

**UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO ACADÊMICO**

ELISÂNGELA DE OLIVEIRA FONTOURA

**UMA ETNOGRAFIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO, RIO RUFINO (SC):
IDENTIDADE CULTURAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL**

**LAGES (SC)
2018**

ELISÂNGELA DE OLIVEIRA FONTOURA

**UMA ETNOGRAFIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO, RIO RUFINO (SC):
IDENTIDADE CULTURAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL**

Texto de Dissertação apresentado como requisito parcial do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

Orientador: Prof^o. Dr. Geraldo Augusto Locks

**LAGES (SC)
2018**

Ficha Catalográfica

Fontoura, Elisângela de Oliveira.

F677e Uma etnografia do Divino Espírito Santo, Rio Rufino (SC):
identidade cultural, economia solidária e emancipação/ Elisângela
Fontoura. – Lages, SC, 2019.

112 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense.
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do
Planalto Catarinense.

Orientadora: Geraldo Augusto Locks

(Elaborada pelo Bibliotecário Silvania de F. R. Dalla Costa - CRB-14/748).



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO ACADÊMICO

Elisângela de Oliveira Fontoura

**UMA ETNOGRAFIA DO DIVINO
ESPÍRITO SANTO, RIO RUFINO (SC):
IDENTIDADE, ECONOMIA SOLIDÁRIA
E EMANCIPAÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação, na L – 2 Educação,
Processos Socioculturais e Sustentabilidade

Aprovada em 15 de fevereiro de 2019.

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks
(Orientador e Presidente da Banca Examinadora)

Profa. Dra. Renilda Aparecida Costa
(Examinadora Titular Externa - PPGSCA/UFAM)

Profa. Dra. Mareli Effane
(Examinadora Titular Interna - PPGE/UNIPLAC)

Profa. Dra. Vanice dos Santos
(Examinadora Suplente Interna - PPGE/UNIPLAC)

Profa. Dra. Maria Selma Grosch
Coordenadora do PPGE
Portaria nº 002/2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço à prefeitura municipal de Lages e ao meu orientador Geraldo Augusto Locks que esteve presente na minha formação acadêmica desde a graduação.

À comunidade do Divino Espírito Santo, pela hospitalidade e maneira carinhosa que me receberam em suas casas.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de realizar uma pesquisa etnográfica na comunidade rural do Divino Espírito Santo, município de Rio Rufino, Estado de Santa Catarina. Trata-se de uma abordagem qualitativa e participativa, pois descreve processos sociais e implica no envolvimento da pesquisadora com seus sujeitos de pesquisa e na produção de um conhecimento para a transformação da realidade. Neste contexto, o trabalho é vinculado a Linhas de Pesquisa dois, “Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade” que “investiga processos educativos, com ênfase na educação popular, movimentos sociais, educação ambiental, cultura e políticas públicas. Com especial interesse nos estudos sobre diferença, etnicidade, gênero, geracional, território e sustentabilidade”. Seguimos as orientações teórico-metodológicas do método etnográfico que pressupõe período mais prolongado, de trabalho de campo, uso do caderno de campo, a observação participante, na qual as habilidades do ouvir, observar e escrever tornam-se indispensáveis na coleta e análise de dados, conforme Geertz (1989); Oliveira (1998); Rifiotis (2012), Mattos (2011). A exploração do campo empírico ocorreu por meio de visitas a um grupo de mulheres que se organiza em um empreendimento econômico solidário na área da panificação. Na sequência, houve um período de dezenove dias em trabalho de campo, fazendo registro em caderno de campo, sendo os dados recolhidos por meio de entrevistas e pela observação participante. Os referenciais teóricos estão baseados em autores que discutem o método etnográfico e as categorias de identidade, grupo étnico, remanescente de quilombos e economia solidária. A descrição de incubação do empreendimento “Morenas do Divino” apontou para a estratégia de emancipação social na medida em que o grupo vem praticando princípios de economia solidária. Enfatizou-se a experiência do trabalho de campo compreendido como mediação pedagógica geradora de conhecimentos voltados para a educação formal e não formal. O estudo de alguns descritores identitários da população evidenciou sinais diacríticos de comunidade rural negra ou população remanescente de quilombo. Outrossim, indicou que, o projeto de futuro, do empreendimento demandará a continuidade da parceria do poder público, da universidade e de outras organizações e modalidades de educação presumindo-se que o empreendimento apresenta potencial para se constituir numa referência paradigmática de desenvolvimento de base local sustentável do território.

Palavras-chave: Etnografia; Divino Espírito Santo; identidade cultural; economia solidária; emancipação social.

ABSTRACT

This dissertation aims to conduct an ethnographic research in the rural community of Divino Espírito Santo, Rio Rufino municipality, State of Santa Catarina. It is a qualitative and participatory approach, since it describes social processes and implies the involvement of the researcher with her research subjects and the production of a knowledge for the transformation of reality. In this context, the work is linked to Research Lines two, "Education, Sociocultural Processes and Sustainability" that "investigates educational processes, with emphasis on popular education, social movements, environmental education, culture and public policies. With special interest in studies on difference, ethnicity, gender, generational, territory and sustainability". We follow the theoretical and methodological guidelines of the ethnographic method, which presupposes a longer period of fieldwork, use of the field notebook, participant observation, in which the skills of listening, observing and writing become indispensable in the collection and analysis of data, according to Geertz (1989); Oliveira (1998); Rifiotis (2012), Mattos (2011). The exploration of the empirical field occurred by means of visits to a group of women who organize themselves in an economic enterprise solidary in the area of the bakery. Subsequently, there was a period of nineteen days in fieldwork, recording in a field notebook, the data being collected through interviews and participant observation. The theoretical references are based on authors who discuss the ethnographic method and the categories of identity, ethnic group, quilombos remnants and solidarity economy. The incubation description of the enterprise "Morenas do Divino" pointed to the strategy of social emancipation insofar as the group has been practicing principles of solidarity economy. It was emphasized the experience of the fieldwork understood as pedagogical mediation generating knowledge aimed at formal and non-formal education. The study of some identity descriptors of the population evidenced diacritical signs of black rural community or remaining population of quilombo. He also pointed out that the future project of the enterprise will require the continuity of the partnership between the public power, the university and other organizations and education modalities, assuming that the enterprise has the potential to constitute a paradigmatic reference for local-based development sustainable development of the territory.

Keywords: Ethnography; Divine Holy Spirit; cultural identity; solidarity economy; social emancipation.

LISTA DE SIGLAS

ADR: Agência de Desenvolvimento Regional.

AMURES: Associação dos Municípios da Região Serrana.

CADunico: Cadastro Único.

CCET: Centro de Ciência Exatas e Tecnológicas da Universidade do Planalto Catarinense.

CEB: Câmara de Educação Básica.

CEIM: Centro de Educação Infantil Municipal.

CEP: Conselho de Ética da Pesquisa.

CISAMA: Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense.

CNE: Conselho Nacional de Educação.

CNPq: Conselho Nacional de Pesquisa.

COHAB: Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina.

CPC: Conselho Pastoral Comunitário.

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social.

DESI: Núcleo de Estudos para Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inovação Social.

ECOSOL: Economia Solidária.

EDUCERE: XIII Congresso Nacional de Educação.

EESMD: Empreendimento Econômico Solidário Morenas do Divino.

ENAPEGS: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social.

FBES: Fórum Brasileiro da Economia Solidária.

GEDETER: Grupo de Pesquisa “Educação e Desenvolvimento Territorial: Políticas e Práticas”.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IFSC: Instituto Federal de Santa Catarina.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ITCP: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

PNAS: Plano Nacional de Assistência Social.

PPGE/ UNIPLAC: Programa de Pós-graduação Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade do Planalto Catarinense.

PSB: Partido Socialista Brasileiro.

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira.

SAMA: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

SECADI: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

SOL: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

TECLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.

UFSCar: Universidade Federal de São Carlos.

UNIPLAC: Universidade do Planalto Catarinense.

USB: Unidade Básica de Saúde.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Visita à Feira e ao Empreendimento Art' Mulher.....	26
Figura 2 – EESMID	30
Figura 3 - Foto do Banner	32
Figura 4 - Mapa de Santa Catarina.....	47
Figura 5 - Escola Municipal Núcleo Rosa Copetti Costa.....	63
Figura 6 - Morro do Rio do Tigre	67
Figura 7 - Fotos da Localidade do Divino Espírito Santo.....	72
Figura 8 - Matraca.....	75
Figura 9 - Altar Religioso.....	76
Figura 10 - Procissão Sexta Feira Santa.....	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	EMPREENHIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO “MORENAS DO DIVINO”: INCUBAÇÃO RUMO À EMANCIPAÇÃO SOCIAL	19
3	PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA	41
3.1	RELATO DO TRABALHO DE CAMPO: UMA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA GERADORA DE CONHECIMENTOS PARA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	46
4	DESCRITORES IDENTITÁRIOS DA POPULAÇÃO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO: UM TERRITÓRIO DE COMUNIDADE RURAL NEGRA?	57
4.1	A IDENTIDADE	57
4.2	ORIGEM DA POPULAÇÃO	59
4.3	AUTODENOMINAÇÃO	62
4.4	OCUPAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO	66
4.5	MUNDO DO TRABALHO	68
4.6	HABITAÇÕES	71
4.7	RELIGIOSIDADE.....	73
4.7	RELAÇÕES DE PODER	79
4.8	POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE	80
4.9	POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	82
4.10	POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	83
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	97
	APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE	106
	APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO	108

APÊNDICE 3 - CODINOMES DOS INFORMANTES E DATAS DE REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	110
---	------------

1 INTRODUÇÃO

“Não basta não ser racista. É pouco.
É preciso ser antirracista”
Elisa Lucinda

A acadêmica buscou em sua própria história de vida a inspiração para a realização desta pesquisa. Mulher, mãe, afrodescendente, trabalhadora da educação pública em escola de educação infantil situada em periferia urbana, fizeram-na repensar e buscar informações sobre a condição de vida de pessoas com estas características ou que se assemelham em algum ponto, os quais foram os principais propulsores deste estudo.

A formação inicial da acadêmica é em Ciências Sociais, com habilitação para a pesquisa e docência. No currículo da formação na graduação obteve contato com a Antropologia, mas sem demonstrar sua articulação com a educação formal ou não formal¹, sem a abordagem da pesquisa etnográfica e o exercício do trabalho de campo. Fato intrigante. Naquele contexto da graduação, também a Licenciatura em Pedagogia na Instituição de Ensino Superior não contemplava a Antropologia na estrutura curricular.

Não é propósito aprofundar esta questão, apenas levanta-la, mas com a convicção de que na contemporaneidade seria interessante para a formação docente possuir uma pedagogia antropologizada, pois, como sustenta Oliveira, A. (2012, p. 130): “a antropologia nos permite, neste sentido, analisarmos criticamente o lugar do outro, inclusive o lugar do outro na construção de nossa própria subjetividade, elemento primordial para nos apropriarmos criticamente do fazer educacional”.

Quando a acadêmica ingressou no Mestrado em Educação, seu projeto estava focado na tematização do preconceito, na perspectiva de retomar os estudos no campo do antirracismo com objetivo de problematizar o mito da democracia racial brasileira. Esta proposição estava vinculada aos tempos de retrocessos em diferentes campos já conquistados no país, sobretudo, nas últimas duas décadas de governo. Havia pouca familiaridade com a bibliografia antropológica, tampouco com os procedimentos do “método etnográfico”, podendo aí estar os

1 “Na educação formal estes espaços são os do território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais. Na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação). Já a educação informal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde se nasceu, etc (Gohn, 2006, p. 28) ”.

limites deste trabalho. Mas o desafio de assumir esta pesquisa foi aceito, cujo objeto privilegiava também o primeiro foco de preocupação. Foram as condições dadas de aproximação do grupo de pesquisa e do orientador que este projeto tomou concretude.

Para Adams (2018, p. 182):

[...] o conceito de mediação, podemos afirmar que se trata das relações que os humanos estabelecem com o mundo real. É um processo contínuo, uma cadeia de muitos anéis que permite ao ser humano produzir-se a si mesmo na relação com os demais seres.

As relações humanas acontecem em todo tempo e em todo lugar onde se expressa a vida social. Esta compreensão nos permite pensar o conhecimento adquirido em nosso trabalho de campo como uma contribuição importante, voltada aos processos formais e não formais de educação, conceitos aqui assumidos na formulação de GOHN (2010).

Através das disciplinas: Processos Socioculturais e Educação, foi possível dialogar com diferentes campos do conhecimento. Momento em que se passou a ter conhecimento do Grupo de Pesquisa “Educação e Desenvolvimento Territorial: Políticas e Práticas” (GEDETER), vinculado ao PPGE com suas três linhas de pesquisa: a) educação do campo; b) educação e economia solidária; c) cultura, diversidade e desenvolvimento sustentável. Em âmbito de Programa, este estudo alinha-se com a Linha de Pesquisa: Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade, “que investiga processos educativos, com ênfase na educação popular, movimentos sociais, educação ambiental, cultura e políticas públicas. Com especial interesse em estudos sobre diferença, etnicidade, gênero, geração, território e sustentabilidade” (PPGE, 2018).

Atualmente o GEDETER desenvolve o Projeto de Pesquisa chamado de: Educação, Economia Solidária e Emancipação Social, uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense - ITCP-UNIPLAC. A incubadora encontra-se institucionalizada na Universidade desde final de 2013, cujo objetivo é desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão no campo da economia solidária, incubar empreendimentos econômicos solidários e contribuir com o desenvolvimento desta política pública na área de abrangência do Planalto Catarinense.

A integração da equipe multiprofissional ITCP-UNIPLAC foi motivada pela vontade de conhecer o “novo”, este Projeto que, é constituído de professores, estudantes e técnicos. No leque de diferentes empreendimentos em processos de pré-incubação e incubação, surgiu a oportunidade de conhecer os primeiros ensaios de aproximação a um grupo de mulheres que

passaria a se autodenominar de empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino²” na localidade do Divino Espírito Santo, município de Rio Rufino, SC, a 80 km (oitenta quilômetros) da cidade de Lages.

Desde a primeira incursão nesta localidade, os integrantes do GEDETER levantavam uma pergunta instigante sobre a referida população: será que não se tratava supostamente de remanescentes quilombolas? A própria agente local, servidora pública, que integra a Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio Rufino, mediadora das ações da ITCP mantinha esta interrogação, embora ninguém assim se reconheça, na localidade como remanescente, tampouco pelos habitantes de seu entorno social, nem existe reconhecimento legal por parte do Estado.

Este cenário arrebatou-nos para a história de vida e prática docente, no qual a acadêmica se encontra. Ainda que se tenha a consciência de sua identidade étnico-racial e da realidade histórica brasileira de relações de dominação, submissão e exploração a que foram submetidos na história colonial escravocrata e contemporânea. A formação profissional oferecida pela política educacional brasileira, não obstante, obteve alguns avanços no que tange ao marco legal, no entanto, ela continua em débito com a história afro-brasileira e com a população trabalhadora em geral. Ainda se vive numa sociedade racista, preconceituosa que convive com milhões de brasileiros constituintes da “ralé de novos escravos” (SOUZA, 2017).

Nestes dias, Santos (2018) articulista do Jornal do Brasil, escreveu

Uma negra acorrentada num fórum no Brasil, hoje sendo essa advogada, é o retrato da normatização da escrotidão sobre uma etnia e nos põe a todos na mira do atraso, nos atola na triste conclusão de que a escravidão não acabou. Valéria não infringiu a lei, não é bandida e foi detida no trabalho ao defender sua cliente, a negra ré.

O curso de mestrado proporciona a construção de outros saberes desenvolvendo o empoderamento de sujeitos nas temáticas étnico-raciais. Também, possibilitou ressignificações de conceitos, valores, princípios e visão de mundo. Naquele início de 2017 emergia a oportunidade de conhecer um grupo social afrodescendente singular no qual logo houve profunda identificação: investigar suas origens, história de ocupação daquele território, conhecer sua identidade cultural e neste contexto demonstrar o processo de organização de um grupo de mulheres que busca, por meio de um empreendimento econômico solidário, romper

2 O termo “Morenas do Divino” é utilizado ao longo do texto por ser a designação escolhida pelo grupo de mulheres para se referir ao empreendimento econômico solidário acompanhado pela Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense.

com condições de empobrecimento e romper com condições precárias de empregabilidade. Esse estudo tornou-se prazeroso e instigante.

A relevância desta pesquisa pode ser constatada de muitos ângulos: dar visibilidade a uma população supostamente caracterizada como uma comunidade quilombola, com reflexos significativos para futuras políticas públicas; contribuir para a construção de um conhecimento emancipatório capaz de gerar consciência e reflexão crítica dos sujeitos envolvidos; testemunhar a relevância da conexão entre processos de educação formal com a educação não formal; compreender a economia solidária como uma alternativa para conquista de autonomia e emancipação de sujeitos individuais e coletivos; e na perspectiva das políticas afirmativas, sensibilizar agentes públicos, governos por meio de políticas públicas garantidoras dos direitos humanos, de justiça social e da democracia.

Este projeto de pesquisa, visto desde Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade do Planalto Catarinense, de caráter comunitária e socialmente relevante, tem potencial para contribuir com sua missão: “Ser uma universidade comunitária que promove a formação humanística, técnico-científica e cultural do cidadão por meio do ensino, pesquisa e extensão priorizando o desenvolvimento regional” (UNIPLAC, 2010-2018, p. 23).

Antecipando dados do campo empírico de pesquisa, que a partir da primeira visita, pode-se verificar que a localidade do Divino Espírito Santo está distante a doze (12) quilômetros da sede do município de Rio Rufino e seu acesso é por estrada de chão. Uma singularidade que chama atenção para quem atentamente se desloca naquela direção é o espaço geográfico ocupado pela população, remetendo para a ideia de esconderijo e proteção. Há um acesso ao povoado por meio de passagem única de uma ponte sobre o rio Canoas. Este fato gerou para a acadêmica maior interesse na pesquisa na medida em que começou a problematizar a identidade daqueles moradores. Afinal, quem são? Por que se estabeleceram neste lugar? De onde vieram? Como vivem? Quais são suas formas de trabalho? Com se veem e como são vistos pelos demais habitantes de seu entorno social? Em outras palavras, estas curiosidades, em muitos aspectos são desconhecidas na região, incluindo o espaço da Universidade.

Conforme é descrito adiante com mais detalhes, trata-se de um povoado subdividido em dois conjuntos que constituem uma unidade sociocultural, podendo se contabilizar em torno de 220 (duzentos e vinte) habitações, aproximadamente, 850 (oitocentos e cinquenta) habitantes. Uma das descobertas durante as primeiras visitas exploratórias foi de que nenhum dos moradores possui titulação de terras, o que leva a perguntar como se originou a ocupação, o assentamento ou reassentamento daquela população? Num primeiro contato com pessoas ou grupos das comunidades, ninguém se reporta à origem e ao processo de ocupação ou posse da

área povoada. O que se observa nos primeiros contatos é uma população pobre, vivendo em habitações precárias e sem título de propriedade.

Da inserção no Grupo de Pesquisa GEDETER, nas ações da ITCP e reflexões realizadas desde as primeiras incursões no campo empírico, que foi se descortinando o problema de pesquisa. Ele tem seu nascedouro em dois vieses advindos da observação e de inquietações. O Primeiro viés foi o interesse em conhecer a identidade cultural da população que habita o território do Divino Espírito Santo, portanto é de ordem étnico-cultural. Como foi visto alhures, torna-se relevante saber se é possível identificar a configuração cultural de uma população remanescente de quilombolas para os pesquisandos. Afinal, esta confirmação, ou pelo menos, indicação a médio ou longo prazo, o que seja, pode alterar os rumos da história desta localidade. O segundo viés advém da observação curiosa do processo de incubação do empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino”. Ainda que se situe numa fase transitória de pré-incubação a incubação, o empreendimento vem se constituindo numa referência no campo da economia solidária para o município e região. Ou seja, poderá ser reconhecido como uma prática educativa de saída da pobreza e conquista de emancipação social, conectado com o desenvolvimento de base local sustentável do território.

Para dar conta dos dois vieses alavancadores dessa investigação, foi elaborada a seguinte pergunta: qual a identidade cultural da população da localidade do Divino Espírito Santo e neste contexto como se insere e que significado tem economia solidária? Por conseguinte, o objetivo geral é descrever etnograficamente a comunidade rural do Divino Espírito Santo, município de Rio Rufino, SC, com ênfase no estudo de descritores de sua identidade e na inserção e significado da economia solidária naquele território³. O desdobramento em objetivos específicos é formulado nos seguintes termos a) compreender alguns descritores indeníveis da população da localidade do Divino Espírito Santo, tais como, localização geográfica, origem da população, ocupação e construção do território, mundo do trabalho, habitação, religiosidade, relações de poder, políticas públicas de saúde, assistencial social, educação, e projeto de futuro; b) relatar a experiência do trabalho de campo visto como mediação pedagógica geradora de conhecimentos na educação formal e não formal; c) descrever o processo de incubação do empreendimento econômico solidário, para verificar os princípios da economia solidária e seu significado para os sujeitos protagonistas;

³ A expressão população remanescente de quilombo é utilizado em âmbito nacional, consagrado na Constituição Federal de 1988. No Estado de Santa Catarina seu equivalente é comunidade rural negra, questão retomada na parte IV deste trabalho.

Os procedimentos teóricos e metodológicos, conforme é detalhado subsequentemente, se orientam pelos critérios da pesquisa etnográfica, encontrados na bibliografia antropológica e no uso de outras ciências sociais, tais como trabalho de campo com estadia mais prolongada no qual se pratica as habilidades da observação, do ouvir e do escrever; a utilização do caderno de campo, seleção de entrevistados, realização de entrevistas, enfim, para posteriormente realizar as interpretações em vista da elaboração do texto etnográfico, conforme Geertz (1989), Oliveira, (1998), Rifiotis (2012), Mattos (2011).

A dissertação organiza-se nas seguintes partes que se articulam e constituem uma totalidade. Após a introdução, vem a segunda parte, na qual são descritas algumas ações que constituem o processo de transição de pré-incubação a incubação do empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino”. São privilegiados aspectos como, metodologia da incubação, os estágios de mobilização e organização do grupo; o planejamento de trabalho e da produção; os processos formativos; a parceria do poder público e das entidades apoiadoras; a produção de panificados em diferentes atos de comercialização. É realçado o significado deste empreendimento para o grupo e suas características que apontam para o paradigma de desenvolvimento de base local do território, caracterizando-o como comunidade educativa para si e para outrem. Na terceira parte, apresentam-se os procedimentos teóricos e metodológicos da pesquisa etnográfica, fundamentalmente constituída de três momentos: a preparação teórica, o trabalho de campo, a análise e sistematização dos dados, traduzido no texto etnográfico. Segue a reflexão da experiência de trabalho de campo, compreendida como mediação pedagógica geradora de conhecimentos. Trata-se de uma reflexão sobre a prática apoiada no conhecimento acumulado do trabalho de campo na tradição antropológica. O trabalho de campo é entendido como uma mediação pedagógica capaz de gerar novos conhecimentos para a educação formal e não formal. Na quarta parte, são apresentados descritores que configuram a identidade cultural da população do Divino Espírito Santo, tendo por referência as informações dos entrevistados e nossas observações em campo. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO “MORENAS DO DIVINO”: INCUBAÇÃO RUMO À EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Este capítulo tem como objetivo descrever elementos do processo de iniciação e transição das ações da pré-incubação a incubação realizadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense junto ao grupo de mulheres da localidade do Divino Espírito Santo, município de Rio Rufino – SC. A descrição é efetuada a partir de análises realizadas pela equipe da ITCP, das anotações de campo em visitas ao empreendimento “Morenas do Divino” e em referenciais teóricos.

Primeiramente trazemos à tona um dos aspectos demonstrado pela teoria, ou seja, uma descrição etnográfica não pretende trazer toda a realidade, conseguindo apenas privilegiar parcelas da mesma. Portanto, dada esta limitação teórica e metodológica, a ênfase será para alguns aspectos deste processo educativo.

Depois de demonstrar a relevância de uma incubadora universitária, segue a concepção de economia solidária de um empreendimento econômico solidário e o processo de incubação, isto é, de mobilização e organização do empreendimento à produção e comercialização de produtos panificados. Finalmente, aponta-se o significado desta iniciativa para suas protagonistas, ou seja, mulheres, mães, afrodescendentes, pobres, ocupadas anteriormente no trabalho doméstico ou em lavouras de maçãs, fumo e vime, com rendimentos mensais abaixo do salário mínimo praticado no país.

Varanda e Bocayuva (2009, p. 21-22), constataam que

[...] as incubadoras de Cooperativas Populares, presentes no interior das estruturas universitárias, assim como em políticas públicas de economia solidária e em organizações da sociedade civil [...] são estruturas formadas por equipes multidisciplinares, que prestam acompanhamento, assessorias e formações a grupos produtivos do segmento popular. Surgem no país, em 1995, a partir de uma experiência desenvolvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, na incubação de uma cooperativa localizada no Complexo de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro.

Vale enfatizar a dimensão educativa de uma incubadora universitária, uma vez que suas ações transitam da educação formal a não formal e vice-versa. A análise de Varanda e Bocayuva apresenta de modo objetivo algumas contribuições, entre outras:

A dimensão educativa atravessa todo o processo de incubação e revela inovações, interfaces e demandas para os sistemas formais de ensino, em diferentes níveis. A relação com a educação pode ser considerada em aspectos, tais como: 1. Na formação dos estudantes das universidades, que ao se envolverem com o trabalho das Incubadoras, entram em contato com as demandas e necessidades dos grupos apoiados, articulando conhecimento teórico e prático; 2. Na indução de reformas nas instituições de ensino, ao impulsionarem reflexões, produção acadêmica, cursos e disciplinas; 3. Nos métodos e materiais pedagógicos produzidos para os processos

formativos dos grupos incubados; 4. Nas demandas por elevação de escolaridade dos grupos produtivos; 5. Na inclusão de conteúdos de economia solidária nos cursos de Educação de Jovens de Adultos – EJA (VARANDA; BOCAYUVA, 2009, p. 22-23).

Há mais de três décadas surgem novos conceitos e nomes para indicar o mesmo fenômeno da economia solidária. Em 2005 o Fórum Brasileiro menciona na Carta de Princípios da Economia Solidária, diferentes denominações: “economia solidária, economia social, socioeconômica solidária, humano econômica, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc”. E neste mesmo documento saúda a economia popular como “práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo (FBES, 2005).

Arcanjo e Oliveira trazem o conceito de economia solidária e de empreendimento econômico solidário, orientadores da política pública desta economia no Brasil e que mostram pertinência para a descrição do empreendimento do campo empírico desta investigação:

- a) Economia Solidária – ES: o conjunto de atividades econômicas [...] – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores/as sob a forma coletiva e autogestionária. Este conceito geral explicita os valores e princípios fundamentais da ES: cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica. [...]
- b) Empreendimentos Econômicos Solidários – EES: são aquelas organizações coletivas [...] tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.; [...] permanentes, [...] que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, e fundos de crédito [...], de comercialização [...] e de consumo solidário. [...] (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017, p. 232).

Na atual conjuntura política Brasileira em estado de crise desde 2016, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho, a exemplo de outras políticas sociais, sofreu retrocessos significativos, sendo rebaixada para subsecretaria. Lá foram encontrados elementos de uma antiga definição de economia popular das mais conhecidas no país.

A Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados (BRASIL, 2015).

Identificam-se no mesmo site do Ministério do Trabalho, os critérios objetivos para se definir um empreendimento econômico solidário no campo da economia solidária.

- 1. Cooperação:** ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;
- 2. Autogestão:** as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem

impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;

3. Ação Econômica: sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;

4. Solidariedade: a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2015);

A ITCP da Universidade do Planalto Catarinense era uma demanda pautada pelo Fórum Regional de Economia Solidária desde 2001. Mas, somente em 2013, por meio da Chamada Pública de nº. 089/2013 do CNPq, é que a Universidade passou a desenvolver o Projeto de Formação e Institucionalização de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. O projeto está vinculado ao Grupo de Pesquisa Educação e Desenvolvimento Territorial: políticas e práticas – GEDETER, no qual uma de suas linhas de pesquisa é “Educação e Economia Solidária”. Portanto a incubadora, originalmente, é vinculada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação – PPGE-UNIPLAC. É constituída por um grupo de professores, estudantes e técnicos de diversas áreas do conhecimento e suas ações são focadas no tripé acadêmico, ensino, pesquisa e extensão.

A missão da incubadora é disseminar a economia solidária e oferecer incubação e apoio técnico aos empreendimentos econômicos solidários novos ou em desenvolvimento, conforme é descrito nos materiais de publicação da ITCP. Atualmente o trabalho está focado em três eixos: incubação de empreendimentos econômicos solidários; desenvolvimento da política pública de economia solidária e apoio à Feira Municipal de Economia Solidária em Lages. Embora a incubação esteja concentrada no universo de constituição e acompanhamento de cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis, o empreendimento das “Morenas do Divino” passou a ser visto como uma referência na região do Planalto Catarinense.

A ITCP nestes seis anos de trabalho, conforme se constatou, tem acumulado ações e experiências educativas altamente relevantes por meio de diferentes processos de incubação apontando para um desenvolvimento regional justo, solidário e sustentável. Os empreendimentos são considerados estratégias de inclusão social e produtiva na medida em que proporcionam oportunidade de trabalho e renda.

Moura (2014) apresenta um quadro amplo das ações de incubação, sistematizando-o em três fases:

A primeira fase corresponde a um tempo de sensibilização e diagnóstico que inclui o diálogo de aproximação com os empreendimentos. Chamada de **pré-incubação**, nessa fase ocorre o estudo de viabilidade econômica do empreendimento, com

estabelecimento de um plano de trabalho e com metas claramente estabelecidas em um processo dialógico instaurado entre equipe e empreendimento. Após essa fase, inaugura-se um período de trabalho intensivo de incubação propriamente dita, com uma presença forte da incubadora, porém dentro do princípio da subsidiariedade para não criar dependências. Essa é a fase chamada **Incubação**. Finalmente, na fase da **desvinculação**, inaugura-se com o encaminhamento para a autonomia do empreendimento, com continuação de uma ação de acompanhamento e apoio (técnico, pedagógico e acesso a crédito, etc.), assessorias pontuais e estímulo para a sua inserção em redes ou outros projetos sociais (MOURA, 2014, p. 13).

Considerando as três fases, destacam-se as ações atuais situadas na transição da pré para a incubação, dado que o empreendimento se organizou, fez seu estudo de viabilidade econômica, tem um plano de trabalho e semanalmente comercializa sua produção. Isto não significa uma organização consolidada, pois os processos educativos e socioeconômicos, devido à cultura ou à lógica do mercado do modo de produção capitalista, inculcado nas pessoas e coletivos humanos, tornam vulneráveis quaisquer alternativas ao sistema hegemônico.

O processo de incubação, desde 2005, foi reconhecido como tecnologia social:

A metodologia de incubação foi reconhecida como uma Tecnologia Social, e sua reaplicação em escala, incentivada através da Rede de Tecnologia Social. O Edital, lançado em 2005 pela Rede, estabelece a seguinte definição: “a incubação e apoio a empreendimentos solidários é uma metodologia de ensino, aprendizagem e transferência de tecnologia de gestão para a criação de empreendimentos, valorizando a autogestão e a inclusão social. O processo envolve a dimensão do letramento e acesso ao conhecimento e tecnologia (VARANDA; BOCAUYUVA, 2009, p. 28).

O conceito acima de incubação demonstra o que fazer de uma incubadora universitária, com uma ressalva de nossa parte, em vez de transferir tecnologias a ITCP, entendemos que ela constrói tecnologias sociais com os integrantes de empreendimentos sob os princípios da autogestão, apropriação dos meios de produção, distribuição equitativa da renda obtida pelo trabalho coletivo.

A lógica da incubação obedece a alguns passos junto a um determinado empreendimento de economia solidária, constituindo-se em um processo social e pedagógico complexo, a exigir ciência e arte.

De modo simplificado, incubar consiste em uma aventura, pois implica o esforço de articulação de inúmeros campos disciplinares, buscando estabelecer conexões entre universos densos, profundos e diversificados. Incubar requer mais do que esforço intelectual, exige disponibilidade para enfrentar o desafio de perder-se em labirintos sinuosos, contando apenas com tênues fios de inteligibilidade. Incubar significa costurar vertentes teóricas distintas – às vezes antagônicas, – garimpando os fragmentos que restaram da necessária ruptura paradigmática que ali se impõe (MOURA, 2014, p. 9)

Participando do grupo de estudo do GEDETER e grupo da ITCP despertou o interesse pelo acompanhamento do empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino”; e ao

longo das incursões feitas em campo, além do estudo etnográfico da população do Divino Espírito Santo.

Descrever elementos do contexto histórico do desenvolvimento socioeconômico de uma determinada região pode ser útil para problematizar o presente e apontar perspectivas futuras a serem instituídas por grupos sociais ou agentes econômicos (LOCKS; BAUMGART; PEREIRA, 2017, p. 33).

O primeiro contato com o grupo das “Morenas do Divino” foi realizado no final do mês de julho de 2017, antes da pesquisa de campo propriamente dita, onde a acadêmica participou efetivamente no processo de incubação do empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino”, nome escolhido pelo grupo.

Antecedido por leituras e reflexão da prática em reuniões semanais da equipe da ITCP, na primeira incursão ao Rio Rufino, o grupo foi recepcionado na prefeitura municipal, e a reunião foi mediada por uma servidora da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, pós-graduanda nível *lato sensu* em Desenvolvimento Regional Sustentável, promovido pela UNIPLAC, campus de São Joaquim.

A disciplina “Desenvolvimento Regional e a Economia Solidária” provocaram a pós-graduanda para o primeiro estudo etnográfico sobre a localidade do Divino Espírito Santo. O estudo permitiu-lhe qualificar sua prática social. Essa primeira pesquisa, além de cumprir os quesitos do Curso, estimulou a continuidade de sua inserção na realidade, ou seja, seu trabalho metamorfoseou-se numa pesquisa-ação na qual: reflexão, participação, intencionalidade de envolvimento com seus pesquisados, clara intencionalidade de continuidade e transformação social, tornaram-se um imperativo ético. O pesquisador assume o compromisso de produzir um conhecimento emancipatório e transformador da realidade, participando inclusive dos projetos de luta dos sujeitos envolvidos (ADAMS e MORETTI, 2011).

Este primeiro estudo etnográfico realizado por uma moradora de Rio Rufino, orientado pelo mesmo orientador nosso, impulsionou mais um estudo etnográfico na localidade, dado o potencial histórico da localidade do Divino Espírito Santo.

Reafirmando, o deslocamento da sede de Rio Rufino até o Divino Espírito Santo é contabilizado cerca de 12 (doze) quilômetros. Acompanhou-se o grupo de educadores da ITCP, onde foi possível avistar paisagens desenhadas por montanhas e morros cuidadosamente esculpidos pelo tempo, hora aparentando o verde das araucárias, hora o tom marrom dos campos queimados pela geada. Apesar de, a estrada ser de chão batido, apresentou-se conservada e propícia para o tráfego. No caminho, a surpresa ficou por conta de uma ponte sobre o rio Canoas e um despraiado, único acesso à vila. Em épocas de chuvas ocorre o ilhamento da população,

pois inviabiliza entradas e saídas do povoado. Em aproximadamente vinte (20) minutos, vislumbrou-se o lugar. Um vale onde não se identifica o horizonte, cercado de montanhas e morros.

Na chegada casualmente encontrou-se um morador, de setenta anos, segundo conversa informal, é originário do Rio Grande do Sul. Era possuidor de uma pequena propriedade rural, mas devido à idade avançada e à esposa doente decidiu viver com o filho que reside no Divino Espírito Santo. Este foi o primeiro “informante” e encontrava-se na rua com um carrinho de mão carregado de grimpas e alguns paus de lenha. “Era para começar o fogo em casa”, disse.

De modo quase espontâneo, adentrou-se na primeira casa de uma moradora. Uma roda de conversa mediou o fluxo dos discursos, apresentações que permitiram descobrir quem era quem, sintetizou o encontro. Percebeu-se, de imediato, a aproximação, o desejo de estabelecer vínculos de afinidade e confiança. Dentre as perguntas disparadas, uma delas referia-se à origem do povoado. Uma das mulheres, respondeu: “os mais velhos contam que subiram a serra, os primeiros habitantes da localidade fugidos da escravidão”. Esta informação causou certa perturbação, aumentando o interesse pela investigação. Outra participante do encontro foi enfática, afirmando que: “quando nós descíamos do ônibus ouvíamos ao chegar à escola: chegou o apagão do Divino”. Estas e outras afirmações evidenciaram o caminho aberto para o estudo que transparecia uma informação de como se estabelecem as relações entre a população local e os “outros” do entorno social. Emergiu, então, a identidade, a identidade étnica e indícios de relação conflituosa mediado pelo fenômeno do preconceito no ambiente escolar.

Torna-se oportuno explicitar dois aspectos que compuseram a metodologia de sensibilização e mobilização das pessoas para o campo da economia solidária e a organização do empreendimento. A primeira, diz respeito a uma pergunta disparadora por parte dos integrantes da ITCP: “O que vocês sabem fazer”? “Sabemos fazer pão, bolo, bolacha”, disse uma das participantes do encontro.

Obviamente que estas mulheres conheciam outras atividades de subsistência, mas no contexto da precariedade do trabalho, o serviço doméstico, o cuidado dos filhos, diaristas no serviço doméstico na sede do município, a colheita da maçã; outras estão fazendo um curso de costura noturno para empregarem-se em uma fábrica de confecção; no passado participaram em clube de mães, desenvolvendo atividades de crochê, mas que fora extinto.

A interrogação acima se impregnava do princípio da economia solidária que parte do saber-fazer dos protagonistas de um empreendimento econômico solidário. Desvia-se da ideia de instituições servidoras do capital que estrategicamente elegem a capacitação da mão de obra em vista da empregabilidade resultando no “incluir para excluir”. A diferença reside na

associação educação e trabalho. A partir do que as pessoas já acumulam da experiência de vida individual e coletivamente, o que permite a prática da autogestão e auto-organização do grupo e vivências de relações sociais igualitárias, como apontava o educador russo Pistrak (1981) ao refletir sobre o espaço da educação escolar.

A segunda traduziu-se numa proposição, qual seja, dado que os integrantes da ITCP conheciam de longa data o empreendimento econômico solidário Art'Mulher localizado no bairro Novo Milênio, cidade de Lages, sugeriu-se, então, uma visita até Lages. É que este empreendimento tem características que se assemelhavam ao projeto de futuro das mulheres do Divino Espírito Santo, tais como, mulheres pobres, composto por 10 (dez) integrantes de um empreendimento do campo da panificação, com sede própria, tem uma cozinha industrial, semanalmente realiza comercialização de sua produção, e expressa uma responsabilidade com o seu entorno social, um bairro de duzentos e trinta famílias, dos mais empobrecidos da cidade de Lages. A visita a este grupo seria antecedida pela passagem na feira de economia solidária, que ocorre semanalmente, às sextas-feiras em Lages.

Nestas duas proposições estava explícita, para os integrantes da ITCP, a potencialização de redes entre empreendimentos, a busca de entidades apoiadoras e o conhecimento da feira de comercialização onde as pessoas veem a concretude da economia solidária. No dizer de Varanda e Bocayuva,

O apoio aos grupos de economia solidária também busca o estabelecimento e a potencialização de redes entre os empreendimentos. Nesse aspecto, cabe uma diferenciação entre as redes desencadeadas pelo capital empresarial e as redes sociais e produtivas, as quais se têm como perspectiva fomentar [...] (VARANDA; BOCAJUVA, 2009, p. 46).

As redes desencadeadas pelo capital empresarial possuem a lógica de relações sociais mercantilizadas, formação de oligopólios e o fortalecimento da concorrência. Enquanto que as redes desencadeadas entre os empreendimentos do campo da economia solidária, busca o fortalecimento de vínculos pessoais e coletivos. Isso ajudou facilitar a comunicação, a troca de saberes e fazeres, espaço de formação política, econômica e cidadã, em vista do conviver e bem viver de todos e todas.

No mês de agosto de 2017, antes do retorno da ITCP ao povoado do Divino Espírito Santo, um grupo de quinze mulheres, contando com o transporte subsidiado pelo Poder Público e o acompanhamento pessoal do Secretário Municipal de Agricultura e da servidora pós-graduanda, numa sexta-feira, no período matutino, chegava à feira de economia solidária, recebidos pelos integrantes da incubadora e os feirantes. Conforme consta nas imagens acima, chamadas de Figura 1.

Figura 1 - Visita à Feira e ao Empreendimento Art' Mulher



Fonte: ITCP– 2017

Próximo ao meio dia, o grupo dirigiu-se até o bairro Novo Milênio. Para surpresa de todas as anfitriãs, as visitantes traziam consigo os ingredientes para a realização do almoço. Enquanto, a “Roda de Conversa” avançava animadamente, três mulheres do Art’Mulher que preparavam e serviam o almoço. A ITCP articulou as duas visitas, apostando na metodologia da participação e do envolvimento dos protagonistas na ação pedagógica. Quando semelhantes se aproximam por afinidades de objetivos, o foco centra-se nas necessidades e interesses comuns.

Tornam-se relevantes algumas observações deste evento a serem destacadas, ou seja, a técnica da “Roda de Conversa”, o diálogo e a mesa.

A técnica da “Roda de Conversa”, como reforça Gatti (2005, p. 11):

Essa técnica [...] permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado.

A “Roda de Conversa” permitiu uma interação livre, um espaço de diálogo e de escuta, de diferentes vozes, quase espontânea, em que dois grupos de mulheres de vida social no espaço urbano e rural, com suas especificidades, identidades e complexidades, encontraram-se pela primeira vez. Entretanto, partilhavam de projetos comuns e utopias. No tempo em que se está escrevendo esta etnografia, a incubadora media a possibilidade do empreendimento ART´MULHER realizar uma visita no empreendimento “Morenas do Divino”. Nada podemos adiantar, mas por certo, o princípio da reciprocidade, base da solidariedade humana deverá ser a tônica do encontro.

Adams (2018, p. 11), citando Mejía (2011), reflete sobre a potência mediadora do diálogo pedagógico:

A partir de Paulo Freire, reconhecemos a mediação educativa/pedagógica libertadora no diálogo amoroso, relação horizontal, onde as situações limites, os conflitos, as opressões e as conquistas individuais e coletivas... onde estas se constituem mediações educativas e potenciais mediações pedagógicas alternativas que se identificam com uma opção político-pedagógica transformadora. Neste sentido, podemos identificar as pedagogias alternativas como crítico-transformadoras, uma vez que estas compreendem que a educação está sempre mediada por interesses econômicos e relações de poder em cujos jogos oportunizam-se a construção de relações sociais educativas capazes de transformar as formas de poder que dominam e produzem exclusões e segregações (MEJÍA J. 2011).

A opção consciente dos educadores e educadoras da ITCP foi pela eleição de uma relação horizontal, uma mediação libertadora, interessada na mútua ajuda, troca de experiências e solidariedade. O processo de ensino e aprendizagem neste contexto torna-se uma opção política pedagógica transformadora. A história do empreendimento econômico solidário Art´Mulher poderia ter sido relatada no espaço das mulheres do Divino Espírito Santo. Mas, teria outro efeito, provavelmente, com menor grau de contágio, estabelecimento de vínculos interpessoais, confiança e estímulo à organização do grupo. Não se nega esta possibilidade, entretanto quando as condições históricas permitem metodologicamente a primeira opção, seria, na visão da pesquisadora, a mais educativa para todos os sujeitos envolvidos na ação.

Não se pode subestimar a importância da mesa posta com alimentos, do ritual da alimentação para fortalecimento de vínculo em qualquer cultura e desde os mais remotos tempos. Borges (2010), trazendo à tona o tema da comensalidade, aborda a mesa como espaço de comunicação, hospitalidade e de interação social, não obstante as mudanças que têm ocorrido com o advento da sociedade urbana e industrial, quando a mesa no espaço doméstico tem perdido sua centralidade.

Mesmo estando inserido neste contexto de industrialização e individualização, o alimento ainda tem um caráter agregador bastante significativo. Em torno dele reuniões familiares acontecem, negócios são fechados, amigos se encontram, faz-se

comemorações, festas e rituais são celebrados. A partilha da mesma comida traz unicidade e comunhão. Faz com que as referências sejam próximas, ainda que não sejam as mesmas (BORGES, 2010, p. 9).

Na visita seguinte da ITCP ao grupo em agosto de 2017, era perceptível a satisfação de suas integrantes e avaliação do acerto metodológico em proporcionar a visita para o intercâmbio. Um conjunto de medidas e decisões foi tomado e assumido nesta fase de pré-incubação do empreendimento. A primeira delas, a definição do local de trabalho, a cozinha e utensílios, algumas iniciativas de formação no campo da economia solidária, pois como afirmou Marielle, uma das futuras protagonistas do empreendimento: “Nós, não temos nada, somente nossos braços”.

Uma alternativa logo surgiu; negociar com o Conselho Pastoral da Igreja Católica a cessão do salão e de sua cozinha. A maioria do grupo era participante da Igreja, fato que as encorajou para a negociação. Sem nenhum recurso, não passou a ideia de aluguel, seria uma negociação à base das boas relações de vizinhança, cimentada por vínculos de solidariedade. Na cozinha havia fogão a lenha, fogão a gás, mesa, pia, água encanada, enfim, os equipamentos necessários que permitiriam o início das atividades do grupo.

Neste contexto, na reunião seguinte com a ITCP, representantes do empreendimento relatavam a negociação bem-sucedida, motivo de satisfação por parte de todas as integrantes. Contudo, surgia um novo desafio a ser enfrentado: o recurso financeiro para aquisição da matéria prima, uma parte dos meios para viabilizar a produção, o gás de cozinha e os ingredientes da panificação. O gás de cozinha foi logo resolvido provisoriamente. A mediação da servidora pública vinculada à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente conseguiu gás subsidiado pelo Poder Público, porém faltava recurso para os ingredientes

Moura (2014) considera a fase de pré-incubação na qual se inaugura um período de trabalho intensivo, com presença forte da incubadora, é um período de risco de se criar dependência, como já visto anteriormente. No encontro em que se pautou a busca de recursos financeiros, perguntou-se: “Onde vocês imaginam que se podem encontrar recursos para comprar os ingredientes”? Após alguns instantes, uma menina de seis anos, interrompeu o silêncio e disse: “Eu dou R\$ 5,00 (cinco reais)”.

Diante desta afirmação, além do espanto geral, as integrantes do grupo chegaram a um consenso construído no momento, cada uma doaria R\$ 20,00 (Vinte Reais), totalizando R\$ 420,00 (Quatrocentos e Vinte Reais). O recurso permitiu a compra dos ingredientes e o início da produção de pães, bolos e bolachas. Estava-se diante das tendências de qualquer

desenvolvimento de base local do território, conforme apontam Alcoforado, Cordeiro e Ferreira (2014, p. 9):

Localizado e integrado, porque parte sempre de contextos particulares para outros mais amplos, alargando-se a todas as dimensões da vida das pessoas (social, cultural e econômica), mobilizando-as e aos seus grupos de pertença, na prossecução dos objetivos comuns que corporizam uma ideia identitária onde todos se reveem; **Endógeno, Ecológico e Equilibrado**, porque utiliza, respeita a potência os recursos naturais e culturais do território, sem gerar impactos ambientais negativos e sem criar tensões sociais; **Social e cultural**, porque se orienta para o bem-estar de todos/as, para a recuperação e valorização das culturas locais e para a reabilitação do patrimônio histórico e artístico; **Participado**, porque são as pessoas (todas as pessoas!), os verdadeiros agentes de todas as suas fases e componentes.

Os critérios acima estão presentes na identidade do empreendimento das mulheres do Divino Espírito Santo. Inicia-se no local (micro) para se constituir em uma comunidade educativa para si e para outros (macro) empreendimentos econômicos solidários na região do Planalto Catarinense. Considera todos os componentes e grupo em todas as suas dimensões de vida social, cultural e econômico; são mulheres, mães, negras, subempregadas, que desenvolvem sentimento de “pertença identitária” com objetivos de buscar trabalho e renda. A endogenia é a marca singular desta iniciativa. As protagonistas vivem e desejam o bem viver em sua localidade de vida. O conceito de economia solidária, entre outros princípios como já visto, foca no cuidado com o meio ambiente e na responsabilidade com o entorno social envolvente. Há um respeito com o desenvolvimento territorial envolvendo seus recursos naturais e culturais. Diante das duas premissas sustentadas na parte anterior, este empreendimento pode se tornar uma importante alavanca para dar visibilidade à identidade cultural e suas respectivas implicações das políticas públicas no que concerne aos direitos de uma comunidade rural negra da população do Divino Espírito Santo.

Dado o atual estágio de desenvolvimento do grupo, a incubadora pautou um encontro para tratar da organização do trabalho, do plano de negócio e da contabilidade, uma vez que o próximo passo a ser dado é a produção e comercialização. As mulheres se anteciparam dizendo que uma delas, já possuía prática de contabilidade e que seu nome tinha aceitação de todas.

Então, a incubadora passou as informações da contabilidade de um empreendimento econômico solidário, ainda em estágio de informalidade. Foram debatidos assuntos como: ética, transparência, comprovantes de compras e vendas, prestação de contas, distribuição dos resultados do trabalho associado de modo equitativo e em que periodicidade iria ser repartida. Não se trata de o grupo terceirizar a sua contabilidade, conforme opera, na maioria das vezes, a empresa capitalista, mas sim de um ato pedagógico com a participação e sob o controle de

todas as pessoas envolvidas no processo de produção e comercialização. Isto não nega a atribuição desta responsabilidade a uma pessoa.

Na medida em que o empreendimento passou a comercializar as primeiras produções, emergiu a necessidade de uma identidade expressa pelo nome e alguns recursos de divulgação. “Morenas do Divino” foi uma autodenominação aceita imediatamente, por referir-se à mulher e à localidade. Para o espanto da equipe da incubadora, no encontro seguinte, após o consenso do nome, o grupo apresentou-se uniformizado, uma camiseta branca com o distintivo “Morenas do Divino”.

Figura 2 – EESMID



Fonte: Elisângela de Oliveira Fontoura– 2018

Percebe-se que as Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, sobretudo, o uso do celular, já era uma prática comum entre homens e mulheres do Divino Espírito Santo. O grupo constituiu uma página no *Facebook* e um grupo de vendas no *WhatsApp*, ambos intitulados: “Vendas das Morenas”. Era notória a inserção no uso das redes sociais no âmbito do marketing digital.

Dias, Oliveira e Dias (2016, p. 526), sustentam que:

Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e com a crescente utilização da internet surge uma nova forma de fazer marketing, a forma digital, em que possibilita um alcance imensurável de pessoas que podem visualizar o objeto divulgado, sem contar com o benefício da fácil e rápida comunicação virtual, tudo isso com o auxílio das redes sociais, como por exemplo, *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp*, etc.

As TIC são excelentes ferramentas a serem implementadas pelos empreendimentos econômicos solidários. Elas permitem divulgar seus produtos em alta escala por meio do Marketing Digital nas redes sociais. Mas, não basta a espontaneidade, sendo fundamental a capacitação para tais iniciativas. Em diferentes partes do país, existem cursos específicos de capacitação de mulheres com empreendimentos econômicos solidários para o uso das redes sociais no âmbito do Marketing Digital, a exemplo do que os autores descrevem no estado do Piauí (DIAS; OLIVEIRA; DIAS, 2016).

Constatou-se que a maioria destas mulheres estava conectada com o mundo da internet e conseqüentemente das redes sociais, como já se notou a popularidade do telefone móvel naquela localidade. E, viu-se que a utilização destes recursos, dinamizou o trabalho de produção e comercialização das “Morenas do Divino”.

A partir da revolução informacional, a inclusão digital que tem como premissa, possibilitar o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, permite a todos a inserção na sociedade da informação. Incluir digitalmente não significa simplesmente ensinar uma pessoa fazer uso das tecnologias, como acessar a Internet, pesquisar, elaborar textos, entre outras possibilidades, mas também, mostrar aos cidadãos como aperfeiçoar os quadros sociais, utilizando-se destes recursos e com isso permitindo a melhoria de vida, a qualificação profissional entre outros benefícios oferecidos pela inclusão digital (BRANCO; PAES; BRANCO; YAMAGUCHI, 2016, p. 165).

Uma discussão mais contundente deu-se por ocasião da elaboração do Banner, em novembro de 2017. Foi a única solicitação dirigida à assessoria da ITCP. Tendo em mãos várias fotografias da localidade, a ITCP apresentou uma proposta de Banner onde aparecia o famoso Morro do Rio do Tigre, localizado na localidade de Rio do Tigre, comunidade limite do Divino Espírito Santo, conforme pode ser visualizada na foto da página 66.

Foi retumbante o “não queremos” e, por conseguinte, as mulheres, apresentaram as imagens do trigo e da pomba, apontando símbolos da cosmologia religiosa, conhecidos e professados por elas. Tal simbologia trazia duas referências tácitas: a presença da força da religiosidade e o trigo que representa o pão de cada dia.

Figura 3 - Foto do Banner



Fonte: Elisângela de Oliveira Fontoura – 2018

A ITCP não teve nenhuma dúvida, confeccionou outro Banner, aquele no qual o grupo viu-se pertencer e ser representado.

Ainda no período de pré-incubação o grupo vivenciou uma crise significativa no que diz respeito à contabilidade e seu controle social. Chegado ao tempo de realização da prestação de contas e da distribuição do “resultado, sobras, excedente”, como se refere Lisboa (s/d)⁴, surgiu um clima tenso no grupo.

⁴Lisboa afirma que “O aspecto central da economia solidária não é sua não lucratividade, até porque a dimensão do lucro – ainda que renomeado como resultado, sobras, excedente ... – está presente nas expressões mercantis da mesma. Falemos bem claro: o lucro é, fundamentalmente, uma dimensão que permite auferir e avaliar a eficiência das atividades econômicas mercantis. Sua presença possibilita a capacidade dum empreendimento de reinvestir em si mesmo, se renovar e expandir, define a sustentabilidade duma atividade econômica, sua vida dinâmica. Porém, é preciso realçar que uma das originalidades da economia solidária é ela estar no mercado sem se

As mulheres mantinham expectativas em receber a distribuição das sobras. Mas, elas não vieram. A responsável pela prestação de contas, e que por sua vez, adquiria os insumos e também realizava as entregas da produção, negou-se a fazer o relatório de prestação de contas e repartir o excedente. O resultado foi caótico, pois somadas todas as consequências apontadas, ainda havia contas a pagar. O caixa geral resultou num déficit de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais). Houve um desvio real significativo deste montante financeiro.

A incubadora recebe um chamado de urgência para mediar a crise. O que se pôde resumir no seguinte relato: Primeiro: A responsável pela contabilidade naturalmente abdicou de sua participação no grupo, houve uma ruptura de vínculos interpessoais. Segundo: as demais mulheres, com impressionante rapidez, resolveram fazer uma promoção social, angariar fundos, saldar as dívidas e tocar o empreendimento em frente. Terceiro: alguns aprendizados foram destacados. A contabilidade tendo como princípio controle social, ou seja, todos os integrantes do empreendimento devem conhecer o dia-a-dia de seu movimento financeiro; não é recomendável esta atribuição a somente uma pessoa, mas a um grupo, e preferencialmente, deveria haver rotatividade para que todas aprendessem esta função. Tudo deve ser notificado e por último a transparência nas relações e no trabalho realizado. Até então, não havia sido construído o Regimento Interno do empreendimento, isto serviu como um aprendizado para a equipe da incubadora.

Esta crise marcou a transição da pré para a incubação. A ITCP passou a visitar quinzenalmente o empreendimento com quinze mulheres associadas e dezenove itens de panificados, considerando a diversidade de doces produzidos, juntamente com pães, bolos, bolachas e salgadinhos. A comercialização, além da local, também atendia consumidores da sede de Rio Rufino, entrega de produtos em comunidades vizinhas no município vizinho de Urubici, na feira de economia solidária em Lages, bem como o serviço de *coffee break* em eventos ocorridos na Universidade. O trabalho é realizado em três dias na semana. Observou-se a disposição das mulheres no engajamento do trabalho e no benefício gerado pela renda obtida.

Picon, (2006) demonstra a relevância do protagonismo das pessoas

subordinar à busca do lucro máximo, como se evidencia pelos seus empreendimentos se guiarem pela prática do preço justo. O novo campo das finanças solidárias (que está a democratizar o crédito) também permite ver bem claramente: a preocupação com a rentabilidade econômica não se exclui, mas suas operações se pautam pelo respeito à valores éticos e humanistas. Quando um empreendimento econômico abre mão da possibilidade de maximizar o lucro em função duma perspectiva social e ecológica, então esta empresa tem uma postura solidária dentro da troca mercantil. Esta é a novidade da economia solidária” (p. 2-3).

Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E10-01.pdf>

Acesso em: 25.09.2018

[...]. Existe a necessidade de recuperar o sentido de missão e propósito da vida humana, a partir do livre arbítrio e de protagonismo das pessoas, movimentos sociais, organizações e coletividades no contexto da dinâmica social de suas respectivas sociedades nacionais (PICON, 2006, p. 166.).

As ações de incubação iniciaram num contexto muito favorável, pois o Projeto que a ITCP havia encaminhado ao CNPq, por meio da Chamada Pública de N° 027 de 2017, foi aprovado. Nele estavam previstos equipamentos de cozinha para o empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino”: forno elétrico, fogão a gás, formas, cilindro, batedeira, liquidificador, etc. A recepção destes utensílios foi indescritível e o grupo retomou os valores de pertencimento, disposição de continuidade e dedicação.

A incubadora continuou suas ações no campo da formação, sobretudo no que tange aos princípios e valores da economia solidária; cursos de boas práticas em parcerias com instituições especializadas em panificação; tematização da ética e a elaboração do Regimento Interno. Os processos formativos apresentam dois fluxos complementares. O primeiro: são proposições de temáticas e metodologias oriundas da incubadora que emergem de sua observação e ações de incubação. O segundo: são traduções que advêm de demandas do empreendimento. Há casos em que as demandas surgem e convergem dos dois lados. Por exemplo, o tema da ética surgiu da crise da contabilidade instalada no grupo. Existe um aspecto extremamente favorável para a incubadora que é a presença e atuação efetiva da servidora pública da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Lembrando que esta agente assumiu a continuidade de seu projeto de curso, agora como parte de seu projeto de vida. Ela faz uma mediação pedagógica permanente entre a incubadora e o empreendimento.

Percebe-se que a ação educativa da ITPC não é concebida por uma determinada ação isolada, como por exemplo, a realização de um curso de capacitação, ou aplicação de uma tecnologia social, mas um conjunto de iniciativas que age processualmente muito semelhante ao que sustenta Moura (2014, p. 15):

O trabalho de incubação desenvolvido enquanto processo educativo fundamenta sua prática pedagógica nos pressupostos da Educação Popular, porque essa perspectiva teórico-metodológica contém os principais pontos de partida para o trabalho com grupos populares. Assim, a prática da incubação não deve ser compreendida como um mero conjunto de atividades e técnicas de ensino/aprendizagem, mas como forma de iniciar a construção coletiva de uma leitura do mundo a partir da realidade dos trabalhadores associados. Trata-se de um processo de aprendizagem que ocorre no espaço de trabalho e precisa estar intimamente relacionado aos problemas, às necessidades e aos anseios dos grupos.

Embora, os professores que atuam na incubadora, são denominados de “professor”, “professora” pelas integrantes do empreendimento, observa-se um respeito e uma relação

respeitosa entre o conhecimento produzido pelo empreendimento e o conhecimento produzindo na universidade. Como observa a autora supracitada,

Constitui uma metodologia de trabalho que leva em conta o saber popular e leva em consideração o conhecimento produzido dentro dos empreendimentos, reconhecendo-o como um conhecimento legítimo e necessário para a transformação da realidade. A metodologia de incubação busca estabelecer a aliança do conhecimento acadêmico com esse outro tipo de saber numa relação dialógica e destituída de hierarquização (MOURA, 2014, p. 15).

Além dos parceiros históricos, como a ITCP e o Poder Público Municipal, na primeira metade de 2018, um novo parceiro apareceria: o Instituto Federal de Educação – Campus de Lages – IFSC-LAGES. Entrou com um Projeto de implantação de um horto de plantas medicinais. A finalidade é a produção de mudas medicinais para disponibilizar para a Casa do Chá⁵, uma instituição vinculada à Secretaria de Assistência Social do Município, visto no descritor da Política de Assistência Social. Portanto, trata-se de um Projeto conectado com a política de assistência social e de saúde em âmbito municipal.

O Projeto foi assumido pelas “Morenas do Divino”, mas o grupo chamou outras pessoas da comunidade, para assumirem efetivamente suas ações. O IFSC tem oferecido assessoria técnico-agronômica e acompanhado pedagogicamente o seu desenvolvimento, já que está em fase de implantação de sua estrutura nesta passagem de inverno.

Após um ano de existência, o empreendimento vem ganhando visibilidade social, acadêmica e política. A primeira, pelo fato de que, gradativamente vem constituindo numa referência regional. Suas ações têm ultrapassado os limites da comunidade local, municipal, regional e acadêmica, porque está relacionado ao processo de incubação assentado nos preceitos de ensino, pesquisa e extensão. No ensino, a economia solidária tem sido curricular nos níveis de Pós-Graduação *lato e stricto sensu*. A experiência tem sido tematizada por meio de trabalhos apresentados em diferentes eventos científicos, em vários Estados do país. A apresentação de trabalho no X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - ENAPEGS 2018 na cidade de Juazeiro do Norte – Ceará, foi atípico por elevar a experiência como se fosse um país⁶.

A pesquisa tem preenchido capítulos de livros e neste ano o GEDETER organizou um livro no qual também privilegia capítulos sobre o empreendimento econômico solidário das “Morenas do Divino”. Na extensão, é objeto de atenção permanente, colocando a Universidade

5 Chás utilizados: melissa, capim cidreira, guaco, arnica, alcachofra, hortelã, mulungu, ipérico, valeriana, camomila, alecrim, erva de bicho, baleeira, calêndula e própolis.

6Disponível em: <https://enapegs2018.ufca.edu.br/>. Acesso em: 26.09.2018

num patamar que pode ser qualificado de socialmente relevante como sustentam Mello, Filho; Ribeiro (2009), e de um centro dinamizador do desenvolvimento de base local do território, como propõem Alcoforado, Cordeiro e Ferreira (2014).

A visibilidade política tem sido mediada pela articulação acadêmica. O poder executivo do município de Rio Rufino tem demonstrado interesse em acompanhar as ações de incubação e numa destas visitas, já propôs um encontro do grupo com a participação de representantes das outras localidades apontando para a estratégia de ampliar o projeto para o âmbito municipal.

A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por meio do Núcleo de Estudos para Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inovação Social – DESIS/UFSC⁷ – cuja linha de pesquisa é empreendedorismo e inovação social, desenvolvimento econômico sustentável e inclusão social - tem demonstrado relevante interesse em acompanhar as atividades desenvolvidas entre a incubadora e as “Morenas do Divino” por identificar em sua prática um projeto educativo local aberto para um desenvolvimento integrado e sustentável do território.

O empreendimento foi escolhido pelo DESIS como um “*case*” e por sua mediação o empreendimento compartilhou sua experiência no âmbito da Agência de Desenvolvimento Regional – ADR⁸ onde participaram representantes do poder público e lideranças sociais dos municípios que compõem a Agência: São Joaquim, Rio Rufino, Urupema, Urubici e Bom Jardim da Serra.

Por ocasião da realização do XII Encontro de Economia de Pesquisadores de Santa Catarina realizado na UNIPLAC em maio de 2018, as “Morenas do Divino” serviram o *coffeebreak*, para pesquisadores da incubadora que apresentaram trabalhos científicos sobre a prática de incubação do empreendimento⁹. Neste mesmo ano realizou-se o 1º Workshop de Identidade Cultural da Serra Catarinense, organizado pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) e Associação dos Municípios da Serra Catarinense (Amures). O evento foi no auditório do Centro de Ciência Exatas e Tecnológicas da UNIPLAC – CCET, no qual o empreendimento relatou sua experiência tendo em perspectiva a conquista da emancipação social no campo da economia solidária¹⁰.

7 Disponível em: <http://desis.ufsc.br/> Acesso em: 18.08.2018.

8 O Governo do Estado de Santa Catarina mantém um conjunto de nucleação de municípios constituindo Agências de Desenvolvimento Regional (ADR). Segundo o governo as ADRs são responsáveis por motivar a integração e a participação da sociedade para, de forma planejada, implementar e executar políticas públicas no estado. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/governo/agenciasregionais> Acesso em: 21.08.2018

9 Disponível em: <http://apec.pro.br/anais-dos-eventos/xii-encontro-de-economia-catarinense/> Acesso em: 26.09.2018

10 Disponível em: www.UNIPLAClages.edu.br/noticias_visualiza/5050-identidade-cultural-da-serra-catarinense-e-tema-de-debate-na-UNIPLAC. Acessos em: 26.09.2018.

As reflexões acima permitem pensar que os empreendimentos econômicos solidários podem se constituir em mediações pedagógicas emancipatórias.

Adams (2010) demonstra que

A palavra emancipação em origem no termo latino “*emancipare*”, composto por “*ex*”, que significa: fora de, não mais...; e “*mancipium*”, que significa escravo, indivíduo dependente. Portanto, emancipar significa liberdade concedida, adquirida ou conquistada” (p 43). Portanto, conclui, “Emancipar-se significa (...) livrar-se do poder exercido por outros, aceder à maioria de consciência, capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais. Neste sentido, emancipação social vincula-se a autonomia individual ou coletiva. É o contrário de dependência, submissão, alienação, opressão dominação, falta de perspectiva. Sugere um sujeito coletivo capaz de atuar com autonomia e liberdade (THIOLLENT, 2006), e não concessão de quem quer que seja (ADAMS, 2010, p. 43).

Outro indício de busca de autonomia criado pela geração de trabalho e renda no empreendimento encontra-se na decisão de umas mulheres abandonarem o trabalho sazonal nas colheitas de maçã. Outras delas, que haviam deixado o grupo em vista dos compromissos rotineiros de trabalhos com seus empregadores, retornaram à panificação. Do mesmo modo, aquelas ocupadas em atividades de diaristas em serviços domésticos na sede do município, pensam em dedicação exclusiva ao trabalho associado.

Muitos desafios a serem enfrentados pelas “Morenas do Divino” são notórios. A curto e médio prazo percebeu-se a importância da coesão grupal e engajamento de todas no Projeto, pois o grupo encontra-se em fase de incubação, com um longo caminho a percorrer. Neste contexto, devem-se considerar as relevâncias de processos educativos e conhecimentos formais, não formais e informais, como o aperfeiçoamento de boas práticas com foco na qualidade da produção, a inserção do grupo na rede de empreendimentos econômicos solidários no Fórum Regional e sua continuidade na feira de economia solidária. O conhecimento da política pública de economia solidária, existente no município de Lages, deverá ser estratégico para sua implantação também em Rio Rufino.

O empreendimento sabe que ocupa um espaço físico de trabalho em caráter transitório. As mulheres projetam a construção de um “Centro de Desenvolvimento Solidário” na própria localidade para desenvolver as atividades da panificação e outras políticas de desenvolvimento. Algumas tratativas com o prefeito municipal e a ITCP iniciaram no final de 2017. Eis, um desafio a ser superado em médio prazo, mas avaliado como necessário e viável.

Outro campo de desafios está na garantia de continuidade dos atuais parceiros de negócios e na busca por novos. Destaca-se a atuação do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA, uma autarquia a serviço da AMURES, também parceira da incubadora na organização de cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis desde 2014, e que

tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua; de maneira articulada e em regime de estreita cooperação entre os consorciados e com outras entidades públicas, privadas e da sociedade civil, nacionais e/ou estrangeiras, formalizadas através do instrumento Contrato de Programa¹¹.

O Consórcio age na perspectiva do desenvolvimento de base local sustentável, podendo ser identificado como um centro irradiador, que desenvolve programas nas áreas de saneamento básico, meio ambiente, infraestrutura urbana e rural, atenção à sanidade, segurança alimentar e mais recentemente, da educação. São políticas demandadas pela população do Divino Espírito Santo. Esta organização, embora já atue no município de Rio Rufino, sugeriu-se considerar o empreendimento Morenas como sendo uma referência à iniciativa de desenvolvimento de base local, ampliando-a para os demais municípios de sua área de atuação, 17 (dezessete) ao todo. O consórcio trabalha com uma concepção de sustentabilidade orgânica ao campo da economia solidária, mais acentuadamente, nos princípios de geração de trabalho e renda, valorização da cultura, inclusão social, cuidado do meio ambiente e responsabilidade com o entorno social:

O CISAMA tem a **sustentabilidade** como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para a Serra Catarinense que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (**dimensão ambiental**); a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (**dimensão sociocultural**), a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, e através da eficiência na gestão dos recursos públicos (**dimensão econômica**).

O segundo parceiro, não menos importante é a Universidade do Planalto Catarinense. Esta instituição de ensino superior já atua na região, por meio da incubadora tecnológica de cooperativas populares e outras iniciativas de ensino e pesquisa. Contudo, recomendamos que a ela, cabe a tarefa histórica de constituir-se em um centro dinamizador com a função de

[...] colocar em rede todos os espaços educadores e potencialmente educadores, articulando uma necessária complementaridade das oportunidades de educação formal, não formal e informal, com particular enfoque na sua adequação às necessidades e interesses de todas as pessoas e todos os grupos (ALCOFORADO, CORDEIRO E FERREIRA, 2014, p. 11).

Em suma, a descrição do empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino” realizada neste capítulo, permite concluir que em dois anos de incubação houve um desenvolvimento não linear, mas constante, não obstante as tensões internas, contradições e

11 <http://www.cisama.sc.gov.br/>

desafios enfrentados. Um notável empoderamento feminino, com indicativos de emancipação individual ou social. O grupo inseriu-se num processo de ensino e aprendizagem revelando, ora relações de dependência, ora relações de autonomia, chegando a surpreender os agentes externos. Em pouco tempo de existência, conquistou visibilidade social, acadêmica e política e consolidou o plano de trabalho percorrendo as etapas da cadeia produtiva.

Foi possível identificar o sentimento das protagonistas do empreendimento por meio de suas próprias percepções.

Segundo Marta, 24 anos: “Pra mim, tá nas Morenas do Divino é um orgulho. Prá min aprendi muito com elas. Adoro trabalhá com elas e ninguém vai nos derrubá”.

Carolina Maria de Jesus, 20 anos: “Significa uma oportunidade de ir para frente crescer cada vez mais”.

Marielle, 48 anos: “Pra mim é ter mais conhecimento e gostar do que faz”.

Antonieta de Barros, 50 anos: “Pra ter um novo conhecimento, por gostar do que fazemos e pra ter uma vida cada vez melhor”.

As percepções expressam diferentemente sentimentos, mas têm também uma significativa convergência e podem ser resumidas em: “orgulho”, “aprendizagem”, “oportunidade de crescimento”, “gostar do que faz”, “vida melhor”, “novo conhecimento”. Uma afirmação chamou a atenção: “ninguém vai nos derrubá”. É possível inferir neste depoimento o significado da economia solidária. Dubeux *et al* (2012, p.17-18) ao sistematizarem práticas de empreendimentos econômicos solidários com a participação de mulheres no nordeste brasileiro, demonstram que:

A economia solidária faz parte da resistência e alternativa ao que está estabelecido – novas contradições e processos sociais e políticos criam novas possibilidades de alianças. A luta é contra a hegemonia neoliberal, de poderes patriarcais, de opressão e do preconceito para que germine o bem viver.

A descrição do contexto geral e dos descritores identitários permitiu uma aproximação com a realidade social, econômica, política e cultural na qual vivem homens e mulheres da localidade do Divino Espírito Santo. A organização do empreendimento, segundo os depoimentos ouvidos, significou para suas protagonistas uma atitude de resistência e alternativa à vida de “sacrifício”. Não seria nenhum excesso de exegese incluir na vida destas mulheres, a economia solidária como alternativa aos poderes patriarcais, à opressão, ao preconceito, e como possibilidade para desabrochar cotidianamente novas relações sociais e econômicas que expressem “bem viver”.

Dubeux *et al* (2012, p.17-18) sustentam a dimensão política da economia solidária.

A economia solidária é uma ação política porque questiona as relações desiguais e patriarcais que se produzem e reproduzem seja na própria produção/comercialização, seja nas relações sociais culturais entre as pessoas e as organizações, entre outras. Sua força está diretamente relacionada a quanto maior for sua capacidade de organização em rede de associação com outros atores e movimentos sociais. Por isso a importância estratégica de sua organização territorial (DUBEUX, 2012, p. 18).

Então, a economia solidária não pode ser reduzida à exclusiva finalidade de geração de trabalho e renda. É sua face utilitarista que move imediatamente àqueles ou àquelas pessoas interessadas em participar do trabalho associado. Ela, antes de tudo, é uma ação política que perpassa todas as dimensões da vida. Tem como centralidade a construção de novas relações sociais, culturais e econômicas construídas e reconstruídas diariamente. Para as “Morenas do Divino”, a incubadora, e demais parceiros, está o desafio deste empreendimento intensificar sua inserção na rede de outros coletivos, organizações e movimentos sociais existentes no local.

Em suma, uma pesquisa etnográfica, registra o fluxo do discurso e da realidade no tempo presente. As protagonistas “Morenas do Divino”, por certo, farão suas histórias nas condições herdadas, em construção e a serem construídas, contudo o futuro promissor do empreendimento, obviamente, estará relacionado com o campo e a rede dos atores coletivos da economia solidária, parceiros como o município de Rio Rufino, a Universidade, o IFSC-Lages e o CISAMA e instituições com suas identidades e especificidades de atribuições complementares.

Assumindo a perspectiva de comunidade educativa para si e para os outros, o empreendimento “Morenas do Divino” poderá se desfiar na mobilização de outros representantes da sociedade civil organizada e do Estado em todas as suas esferas na direção do reconhecimento de população remanescente de quilombo, ou simplesmente, de comunidade rural negra. Eis o seu projeto de futuro, apontado por esta investigação. Neste contexto, torna-se estratégico a viabilização de uma educação em economia solidária envolvendo todos os atores coletivos na busca do bem viver em cada comunidade em que as práticas associativas e de reciprocidade se afirmem.

A partir desta incursão prolongada no trabalho de campo, na sequência relata-se esta vivência à luz da antropologia visto como mediação pedagógica geradora de novos conhecimentos

3 PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Os seres humanos, ao contrário dos pássaros, voam com raízes. Parte das raízes estão nos conceitos que herdamos para analisar ou avaliar o mundo em que vivemos.

Boaventura de Souza Santos

Esta parte do trabalho considera precisamente o sentido de sua epígrafe. Os seres humanos são profundamente dependentes dos conceitos, uma vez que operam como as raízes das plantas, ou seja, situam-se e orientam-se no mundo. Sem eles a vida seria o caos, afinal, a cultura se constitui com eles, pois ao aplicá-los para os procedimentos teóricos e metodológicos, percebe-se que sem os conceitos, sem método, a investigação acadêmica não tem rumo. Objetiva-se, então, trazê-los abaixo para que ajudem a afastar algumas nuvens que se antepõem ao objeto de investigação.

A pesquisa etnográfica marca o início da antropologia moderna no início do século XX, quando Malinowski a partir de 1915, redigiu a primeira monografia etnográfica na Nova Guiné (RIFIOTIS, 2012). Contemporaneamente, o antropólogo norte-americano, Clifford Geertz, revolucionou o método etnográfico ao fundar a corrente teórica do que se denominou de Antropologia Cultural (GEERTZ, 1989). Segundo este autor, considera-se em termos gerais que a etnografia clássica teria as seguintes características: a) Observação direta e participante, ou seja, a validação da pesquisa pela presença em campo do pesquisador; b) Domínio e uso da língua local ou do “idioma cultural” local por parte do pesquisador; c) Centralidade na observação das práticas, modos de falar, e modos de vida em geral dos “nativos”, ou sujeitos do grupo que estão sendo pesquisados; d) Busca de abstração teórica (vaivém constante entre observação em campo e informações teóricas); e) Observação feita a partir das partes, que são integradas em totalidades; e f) A escrita das experiências vivenciadas pelo pesquisador em termos de um “presente etnográfico”, ou seja, considera-se que elas poderiam ocorrer – e fazem sentido para os sujeitos pesquisados – como se tivessem ocorrido sincronicamente (GEERTZ, 1989).

Geertz (1989) passou a distinguir quatro características da etnografia: 1) é interpretativa; 2) interpreta o fluxo do discurso social; 3) é um registro fixo do fluxo do discurso social; e 4) é microscópica. Para a efetivação destas características este antropólogo demonstra que fazer uma etnografia como se um texto estivesse sendo interpretado (uma cultura), e neste sentido, o contexto deste texto se encontra pelo trabalho de campo. O registro deste texto (fluxo do

discurso social) faz-se por meio do uso do diário de campo. Finalmente, que se a interpretação é feita microscopicamente, onde a investigação ocorre em profundidade no contato com pessoas, grupos ou eventos sociais, não quer dizer que esta pesquisa não deva ser pensada em âmbito macro, refletida em grande escala (GEERTZ, 1989).

A etnografia é uma abordagem de investigação qualitativa. E isto tem um significado especial, pois a intencionalidade é associar-se aos estudos das desigualdades sociais e dos processos de exclusão, características desta abordagem (MATTOS, 2011). Se este método emergiu e esteve por décadas sob domínio da antropologia, nas últimas quatro décadas extrapolou para o campo das demais ciências sociais, inclusive as ciências aplicadas.

De acordo com Minayo (1994, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Mainardes e Marcondes (2011), partindo das contribuições de Carspecken, reflete acerca da etnografia crítica aplicada à educação. Eles dão ênfase a atenção ao local e ao micro, mas sem desconectar com o macro (e nisto estão de acordo com a tradição geertziana), tendo presente a concepção de totalidade. Outro aspecto relevante é a concepção de pesquisa qualitativa (social) e o seu compromisso com o desvelamento de situações de opressão, invisibilidade ou silenciamento das vozes de grupos subalternizados. Na literatura antropológica encontra-se a discussão sobre o papel do antropólogo e sua relação com a pesquisa. Se para Malinowski, o etnógrafo deveria permanecer numa posição de neutralidade, atualmente existe uma defesa intransigente na participação e no engajamento do pesquisador juntos aos seus pesquisandos.

O que se deseja ressaltar é a dimensão ética da pesquisa no contexto analisado por Mainardes e Marcondes (2011) com a qual a pesquisadora se identifica: primeiro, a etnografia crítica é mais do que a tentativa de compreender o mundo social; segundo, também uma forma de intervenção melhor de pesquisa-ação, pois se trata de ir além da simples descrição da cultura ou explicação do social, mas tem também a intenção de transformar. É possível associar esta corrente teórica às teses marxianas, particularmente, a de número onze, onde: “Os filósofos só *interpretaram* o mundo; do que se trata é de transformá-lo” (MARX e ENGELS, 1998, p. 103).

Dito com outras palavras, o objetivo de uma pesquisa crítica não se restringe à explicação do social, pois é fundamental que a pergunta respondida não seja apenas como fazer

a pesquisa, mas principalmente perguntar para que fazê-la, para quem e com quem, e quem serão os protagonistas desta atividade teórico-prática.

Entende-se que a abordagem etnográfica não se orienta rigorosamente pelos critérios da etnografia crítica apontada por Mainardes e Marcondes (2011), mas assume alguns de seus princípios descritos acima. É a escolha do tema, do sujeito coletivo e *lócus* de pesquisa, somado à convicção do lugar e condição que a pesquisadora se encontra no mundo em que vive, o qual permite estar próximo da pesquisa crítica etnográfica.

Busca-se a liberdade do pesquisador em campo como é da natureza do fazer etnográfico, mas sem abandonar seus princípios teóricos e metodológicos. Neste sentido, Mattos (2011) pontua que a etnografia se guia pelo senso questionador do pesquisador. Os procedimentos etnográficos não seguem padrões rígidos, mas são desenvolvidos a partir do contexto social da pesquisa. Os instrumentos de coleta e de análise utilizados nesta abordagem devem responder à realidade do trabalho de campo. O que responsabiliza ainda mais o pesquisador.

O que se pretende fazer nesta investigação é o que apresenta MATTOS (2011) ao refletir sobre a etnografia no contexto da educação:

Etnografia é também conhecida como: observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa hermenêutica, dentre outras. Compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos, por exemplo: uma escola toda ou um grupo de estudo em uma determinada sala de aula. (MATTOS, 2011, p. 51).

Foram três momentos vivenciados neste estudo: o primeiro, aquele tempo inicial e corrente do mestrado, pelo período de quase um ano, no qual se teve contato com a teoria, leituras etnográficas, conhecimento do método etnográfico, conceitos básicos, condição de preparação para avançar na investigação. Foi quando o projeto de pesquisa foi elaborado, definindo tema, objeto, campo empírico, metodologia, delineamento da investigação, referenciais teóricos. Isto não se deu de forma isolada, pois concomitantemente, movido pelo compromisso da pesquisa, foi participado do Grupo de Pesquisa GEDETER e das ações de incubação da ITCP no empreendimento das “Morenas do Divino”. Este convívio proporcionou a oportunidade de elaborar os primeiros trabalhos endereçados a eventos científicos, como foi o caso, da participação no XIII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE, 2017), “Lei 10.639/2003: uma análise de sua relevância no contexto escolar” no eixo temático: Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas. Nota-se que este trabalho demonstra aderência ao tema de pesquisa, uma vez refletido sobre a obrigatoriedade da Educação das Relações

Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com ênfase no contexto escolar.

Ainda neste período, alguns procedimentos elementares de preparação ao trabalho de campo foram observados, como: o ingresso do Projeto de Pesquisa no Conselho de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade, aprovado sob o Parecer de nº 2.714.181; a preparação e apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TECLE para a realização das entrevistas (vide Apêndice 1); a elaboração do roteiro de questões para orientar as entrevistas (vide Apêndice 2).

O segundo momento configura-se pela “observação participante” ou “direta” por meio do trabalho de campo definido inicialmente por um período de trinta (30) dias, para conhecer “as formas costumeiras de viver de um grupo”, no caso, a população do Divino Espírito Santo. Motivados pelo propósito, aquele apresentado por Geertz, quando expõe o que um etnógrafo faz em campo que não é somente estabelecer relações, selecionar informantes transcrever textos, mapear campos, manter um diário, “o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa” (GEERTZ, 1989, p. 15).

Metodologicamente para a observação direta e participante é uma importante ruptura com aquela tradição científica, pois há uma significativa diferença entre relacionar-se esporadicamente com os sujeitos de pesquisa ou basear-se em informações coletadas por outros e estar efetiva e cotidianamente junto com os sujeitos sobre os quais queremos fazer a nossa pesquisa. (RIFIOTIS, 2012, p. 108).

Neste período, obteve-se maior consciência de que seria impossível fazer uma radiografia do atual objeto de pesquisa, ou seja, colher todos os dados, conhecer as origens, o desenvolvimento e o modo de vida por completo. É que não se consegue observar o conjunto da realidade sociocultural na qual ela se apresenta, pois se produz e reproduz em interações dinâmicas no seu cotidiano. As leituras permitiram perceber, conforme demonstra a experiência, que apenas foi possível captar parcelas do que eram observadas, ouvidas e registradas no trabalho de campo. Mas, a metodologia exige articulá-las em uma totalidade constituindo o relato a ser descrito no texto daquele momento histórico (RIFIOTIS, 2012).

Duas clássicas ferramentas foram preparadas para utilização no trabalho de campo. O caderno de campo e um questionário semiestruturado para realização de entrevistas. Para Rifiotis (2012, p. 115):

O diário de campo é a base do texto etnográfico [...] Na realidade, (o etnógrafo) ele anota diariamente o que ele observa em campo, como por exemplo, os acontecimentos que têm lugar, o que lhe contam aqueles sujeitos em conversas formais e informais, as suas próprias reflexões pessoais e as relações com conceitos e teorias que fundamentam a sua pesquisa etc. O registro dessas notas se faz temporalmente, a cada

dia enquanto dura o trabalho de campo, e por esta razão dá-se a ele o nome de diário de campo.

Entre as diferentes anotações, Rifiotis enfatiza que as anotações são reflexos da interação social entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Neste sentido, o pesquisador deve registrar o que está observando, considerando o contexto em que obteve a informação, como se produziu a interação, incluindo no relato a própria experiência do etnógrafo. Os dados não emergem em estado puro, mas são produzidos nas interações, subjetividades, tensões e perturbações que ocorrem no encontro do pesquisador com os pesquisados no trabalho de campo e isto vai influenciar na produção do relato (RIFIOTIS, 2012).

Nosso segundo instrumento foi a realização de entrevistas. De acordo com Trivínos (1987, p. 146):

Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

O interesse pela entrevista semiestruturada foi para encontrar dados históricos que trouxessem informações acerca da origem, constituição da população e ocupação do espaço geográfico do coletivo pesquisado, bem como identificar “as formas costumeiras de viver”. Dados que viessem complementar a observação, a escuta e o registro no trabalho de campo (OLIVEIRA, R. 2000). A seleção do entrevistado foi planejada, pois se tinha uma ideia superficial do campo empírico pelas aproximações realizadas. Os sujeitos entrevistados foram selecionados por critério de idade, entre 20 (vinte) e 90 (noventa) anos de idade para realização de 20 (vinte) entrevistas. O período de trabalho de campo na localidade do Divino Espírito Santo foi programado para 02 (dois) meses: julho e agosto de 2018.

O trabalho foi planejado para fazer o registro no caderno de campo e realizar gravação em áudio. Posteriormente, fazer a transcrição para papel impresso, base para o texto etnográfico. Para manter o direito de privacidade e anonimato, para cada entrevistado individualmente, foram atribuídos codinomes, alguns inspirados em negros e negras engajados na insurreição e libertação dos negros escravizados no Brasil. Também foi feito um registro fotográfico do espaço geográfico, a paisagem, habitações e espaços significativos, tais como: terreiro, igreja, escola e salão da comunidade. Com este planejamento prévio, imagina-se estar preparado para o trabalho de campo, ou seja, o terceiro momento da investigação.

Neste último estágio da investigação, a experiência familiarizou-se com maior grau de complexidade. Novamente retorna-se às recomendações de Geertz (1989) que diz: “A

etnografia é uma descrição densa de significados e fazer uma descrição das formas de vida, é descrever a cultura de um determinado grupo social”.

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 1989 p. 15).

Vendo o trabalho de campo como um espaço de reflexividade para ser traduzido no texto (GUBER, 2005). Reiterando que a experiência da escrita deve se articular com o que foi observado, ouvido e escrito (OLIVEIRA, A. 2012).

Oliveira, R. (2000) a distingue nos seguintes termos:

Devemos entender [...] por escrever o ato exercitado por excelência no gabinete, cujas características o singularizam de forma marcante, sobretudo quando compararmos com o que se escreve no campo, seja ao fazermos nosso diário, seja nas anotações que rabiscamos em nossas cadernetas [...] (OLIVEIRA, R. 2000, p. 25).

A pesquisa de campo é o período que se caracteriza pelo diálogo, com autores, informantes, sobretudo, com a experiência vivenciada no trabalho de campo. Convém registrar neste final de procedimentos teóricos metodológicos a real intenção com este trabalho, isto é, produzir um conhecimento para transformação da realidade. Pretende-se trilhar um caminho em que possa ver novas paisagens, uma metáfora para afirmar que a disposição de responder uma pergunta instigante, poderia vir das pessoas encontradas no campo de pesquisa: “O que você veio fazer aqui? O que pode fazer por nós? ”

3.1 RELATO DO TRABALHO DE CAMPO: UMA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA GERADORA DE CONHECIMENTOS PARA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

A localidade do Divino Espírito Santo situa-se em Rio Rufino, SC, município pertencente ao conjunto da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), composta por 18 municípios. Segundo o IBGE (2017)¹², apresenta uma população estimada de 2.489, numa condição socioeconômica onde o índice de desenvolvimento humano é de 0,653,

¹²Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/rio-rufino/pesquisa/23/27652?detalhes=true>

num percentual 25,91 de incidência da pobreza. Em 2015, o salário médio mensal era de 1,6 salários-mínimos.

A Proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, era de 13,6 %. Uma população urbana de 688 habitantes e 1.748 no meio rural. Deste ponto de vista, trata-se de um município, essencialmente rural e os indicativos acima demonstram uma população empobrecida.¹³ Pode se identificar no mapa abaixo a localização do município na região da Amures e no Estado de Santa Catarina.

Figura 4 - Mapa de Santa Catarina



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Rufino

13Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, “No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em abril de 2018 era de 309 dentre as quais: 146 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00; 46 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; 50 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo; 38 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Disponível

em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Contato%20da%20Gest%C3%A3o%20Municipal>

Acesso em: 28.05.2018

Importante observar que, até esta data não se encontra nenhuma família do meio rural no Cadastro Único Beneficiárias do Bolsa Família.

É o último município situado no vale do rio Canoas, reconhecido por suas terras férteis, “mantém uma economia baseada na agricultura familiar, com culturas tradicionais como feijão e milho, e a criação de gado de corte e leite. Nos últimos tempos, no entanto, uma nova cultura ganhou força na região: o vime (...) a região já concentra 90% da produção nacional”¹⁴. Além de Rio Rufino, também em outros municípios de seu entorno, como Bom Retiro, Bocaina do Sul, Urubici e Palmeira. Desse modo, o vime compõe forte significado para a identidade local.

Foi neste contexto que se buscou um dos objetivos centrais desta investigação, ou seja, se aproximar da identidade cultural da população do Divino Espírito Santo. E o foi feito à luz de referenciais teóricos e por meio da eleição de alguns descritores selecionados a partir das entrevistas realizadas.

Este relato emergiu do confronto experiencial de construção do conhecimento antropológico que se pôde realizar ao longo desta investigação, sobremaneira, durante os 19 (dezenove) dias em que se teve permanência ininterruptamente no campo empírico da pesquisa, ou seja, o trabalho de campo teve um lugar proeminente no conjunto deste estudo, onde foram vivenciados literalmente a condição de pesquisadora. Com este relato, pretendem-se demonstrar os fatos, percepções, experiências do cotidiano desta vivência junto às pessoas e grupos encontrados durante a pesquisa.

Em tempos do reconhecimento e valorização da diversidade cultural, de se sustentar uma sociedade multicultural e multirracial de combate a todas as expressões de intolerância e de defesa intransigente da democracia, e fazer educação sem a perspectiva da antropologia social ou cultural, é atrofiá-la.

O trabalho de campo foi uma oportunidade singular de estabelecer relações com pessoas de uma cultura na qual havia identificação e, ao mesmo tempo, teve-se que exercer o estranhamento. Foi como um espelho que reflete a sua própria história. Perceber as semelhanças e diferenças. Esta relação com os “outros” provocou profundas modificações, de tal maneira, que ao sair do trabalho de campo, a acadêmica se sentia outra pessoa, bem diferente daquela que entrou no projeto.

O inverno do ano de 2018 foi um dos mais rigorosos dos últimos tempos na região do Planalto Catarinense. Num desses finais de dia, por motivo de intensas chuvas, precisamente, dia três 03 (três) de julho, a família da acadêmica se dirigiu para a localidade do Divino Espírito Santo com o objetivo de permanecer durante aquele mês. Aproximadamente uma hora e meia de viagem. No carro estavam: a bolsa de agasalhos para enfrentar o clima, alguns livros, o

14 Disponível em: <http://www.riorufino.sc.gov.br/turismo/> . Acesso em: 21.05.2018.

caderno de campo e sentimentos de satisfação, incerteza e ansiedade. Afinal, estava diante da primeira experiência de campo em tempo mais prolongado e com o desafio de realizar uma das primeiras pesquisas etnográficas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIPLAC. Havia também a determinação de cumprir a responsabilidade acadêmica de concluir a dissertação e poder oferecer um conhecimento original com possíveis consequências nas políticas étnico-raciais, de afirmação dos negros e negras em nível micro para os sujeitos pesquisados e no macro, para o desenvolvimento de base local sustentável do território, incluindo políticas possivelmente a serem implementadas pelo Estado em todas as suas esferas.

Devido às fortes chuvas, neste dia, ficou-se na sede do município de Rio Rufino. A hospedagem foi na residência de uma servidora municipal, conhecida pelas outras incursões realizadas na localidade. Nesta primeira noite foi experimentado um ambiente típico da cultura serrana e luso-portuguesa: muita “prosa”¹⁵ ao redor do fogão a lenha¹⁶, oferecendo excelente oportunidade para compartilhar os primeiros sentimentos ante os desafios que iniciariam no dia seguinte. A anfitriã conduziu-nos, no dia seguinte, até o aguardado campo de pesquisa. Dado que o empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino” é familiar, a hospedagem se deu na residência de Marielle, uma de suas integrantes.

O primeiro dia foi de quem chega a algum lugar sem compromisso. Mas, não se tratava de passeio, nem turismo, mas, a rigor, de uma aventura em busca do conhecimento. O alojamento foi organizado. A dúvida que permeava era: onde seria a hospedagem ao longo dos dias que viriam? Seria feito um rodízio por diferentes moradias ou a residência seria fixada em apenas uma delas? Esta foi uma decisão um tanto quanto difícil. O que seria considerado ideal de permanência na comunidade para realizar o trabalho de campo desejado? Ficar numa posição de distanciamento ou de envolvimento direto com todos os informantes?

Algumas leituras anteriores indicavam que nos primeiros tempos da pesquisa etnográfica, os antropólogos, além de fazerem enormes deslocamentos, viviam tempo prolongado de meses ou anos de campo, armavam tendas para dali fazerem suas incursões na pesquisa de campo (MALINOSWKI, 1984). Mais recentemente, esta prática já não tem muito sentido, alguns até dizem que, atualmente, o pesquisador observa seu objeto de pesquisa da “janela de seu apartamento” (LOCKS, 2008, p. 45). Ou seja, hoje os etnógrafos estudam suas

15 “Prosa” é um termo nativo referido para conversa ou diálogo entre pessoas ou grupo de pessoas.

16 Fogão a lenha é um utensílio culinário doméstico tradicionalmente utilizado na cozinha com inúmeras finalidades, entre elas: o uso para o preparar alimentos; aquecer o interior da casa, e até mesmo de decoração na cozinha. É muito utilizado no sul do Brasil, sua energia pode ser a lenha ou gás. Em famílias de baixa renda, este tipo de fogão, pode ser encontrado em funcionamento o ano inteiro devido ao baixo custo de manutenção.

próprias sociedades, quando no passado, estudavam sociedades ditas primitivas (LAPLANTINE, 2000).

O clima intenso do inverno contribuiu para que fosse decidido pela permanência em uma única residência: aquela que acolheu a mestrandia pela primeira vez, a casa da Marielle. E esta foi, sem dúvida, a decisão mais acertada, pois a escolha pela permanência itinerante geraria um desconforto no transportar da bagagem de uma residência para outra, além do mal-estar que poderia gerar para ambos, tanto convidada quanto anfitriões. Este deslocamento entre residências, embora próximo, implicava em enfrentar barro e chuva, nestes primeiros dias.

Sem falar que houve boa recepção, já no primeiro dia, por parte da Marielle, percebeu-se que neste acolhimento traduzia-se uma espécie de dádiva, pois Marielle é protagonista das “Morenas do Divino” e no período de um ano estabeleceu intensa relação com a ITCP e tornou-se participante do dia de comercialização na feira de economia solidária em Lages. Ela e seu grupo têm sido beneficiados por esta relação, e nisto teve-se a percepção de que ela teria agora uma oportunidade de retribuir. Portanto, estava desenhada a circulação da tríade formulada por Marcel Mauss, quando escreveu seu famoso “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, em 1924. Ou seja, a tripla obrigação de dar, de receber e de retribuir bens simbólicos ou materiais – relação necessária para o estabelecimento dos vínculos interpessoais e fundamento da solidariedade (MAUSS, 2003).

A exemplo de Marielle, outra integrante do empreendimento, Marta, ofereceu-nos generosamente sua casa. Com a decisão já tomada, foi apenas aceita uma refeição como forma de agradecimento ao seu gesto de delicadeza. É curioso que as demais mulheres conhecidas do grupo, não se sentiram à vontade para dispor suas residências. Veio a saber posteriormente, que “ficaram envergonhadas” diante da simplicidade e por presumir que isso seria “reparado¹⁷”.

O biótipo semelhante poderia gerar o sentimento de que “estaria em casa” com todas elas. Mas, afinal, não pertencia ao grupo, a condição de professora, de *outsider*, como se usa no jargão antropológico – o Outro, poderia e estabeleceu, uma hierarquia nas relações sociais. É importante lembrar também que agora a situação era de trabalho de campo e na condição de pesquisadora, então, as relações interpessoais se alteram, podendo impactar no diálogo que se estabelece na coleta de dados. Na verdade, tiveram-se relâmpagos desta consciência, uma vez que a rotina e a tendência à naturalização da vida social são uma armadilha constante.

O fato acima, também levou a reflexão sobre as condições psicossociais de pessoas que

17“Reparar” é um termo que se pode classificar com desvio linguístico regional. Utilizado no sentido de avaliar, fazer comentário crítico, manifestar insatisfação.

vivem em condição de subalternidade. São desprovidas de capital social, para usar a expressão, de Souza (2017): baixo grau de autoestima, capacidade de influenciar pessoas, fazer opinião, impor-se diante de situações conflituosas, acessar pessoas e instituições em busca dos direitos dos cidadãos.

No segundo dia de estadia em campo, chuvoso e frio, ocorre a primeira neve do ano, oferecendo no local um espetáculo à parte: o Morro das Antenas que associa os municípios de Rio Rufino e Urupema cobriu-se até sua ponta branca de neve. A sensação era de estar nos alpes Suíços.

É muito provável que a insegurança no trabalho de campo, fizesse inconscientemente, buscar proteção e segurança transformando o empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino”, em uma âncora, melhor, um porto seguro. Aquelas mulheres passaram a indicar as habitações e os respectivos informantes planejados para as entrevistas.

Algumas razões teriam para tal atitude, entretanto com o passar dos primeiros dias foi-se aprendendo sobre as surpresas que o trabalho de campo pode oferecer à pesquisadora. Obviamente que isto deve estar relacionado a cada contexto cultural. Ao fazer uma visita no empreendimento, naquela primeira semana de campo, foram identificadas 03 (três) das mulheres integrantes do grupo ocupadas com a fabricação de massas para bolo. Outras 08 (oito) companheiras de trabalho estavam ausentes. Foi sabido que havia uma comoção geral na comunidade, pois uma criança de 05 (cinco) anos morreu num hospital na cidade de Lages, dias antes. Qual a causa *mortis*? A aplicação de uma injeção de benzetacil /penicilina, a qual a criança provavelmente era alérgica, o que a levou ao óbito. Essa criança estava matriculada no Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM) da localidade do Divino Espírito Santo. Completaria seis anos e o bolo já estava encomendado nas “Morenas do Divino” para a festa no CEIM. Aquelas três mulheres encontradas no trabalho estavam preparando os ingredientes para o bolo confirmado para ser servido no CEIM mesmo com a morte da criança.

Durante todos os dias que se permaneceu na localidade, por convite da família, foi acompanhado o luto dos pais participando todos os dias de visitas ao cemitério. Percebeu-se o significado da religiosidade como mediação para superar infortúnios da vida, o enfrentamento das mazelas do cotidiano e manter a esperança em dias melhores. E o trabalho de campo? Estacionou? Não, afinal não havia afastamento do campo, por sua vez, se estava diante de dados jamais pensado em encontrar. Como reflete Da Matta (2000), quando se está em campo os dados aparecem como pingos de chuva, ou seja, eles aparecem por toda parte e de muitos modos, mas o pesquisador deve estar atento para filtrar e registrar aqueles que lhe convém. Que dialogam com seus objetivos de investigação.

Ao iniciar as visitas para entrevistas, mesmo sem solicitar, mas por decisão do grupo das “Morenas do Divino”, contou-se com o acompanhamento de uma de suas integrantes. Isto ocorreu na primeira semana, depois esta companhia foi renunciada, agradecendo e demonstrando disposição de andar sozinha e realizar o trabalho. Os encontros passaram a ter a duração de um dia em cada família visitada e as visitas iniciavam pela manhã e se encerravam no final do dia. O trajeto da casa onde a acadêmica estava hospedada até o acesso aos informantes levava em torno de 30 minutos. Geralmente as entrevistas ocorriam no período vespertino, quando os entrevistados anciãos se encontravam mais confortáveis em suas casas naqueles dias de frio.

Todos os entrevistados, sem exceção, manifestaram disposição para o diálogo, sentindo-se valorizados por poderem voltar ao passado e falar de eventos e de suas experiências de vida. Houve um caso em especial que mesmo após ter solicitado a autorização para realizar a entrevista e ter informado sua finalidade, o interlocutor, indagou: “Não vai ter problema com minha aposentadoria?” Percebeu-se o seu temor diante de um risco presumido de perder seu benefício. Somente após os esclarecimentos e a garantia de que não haveria qualquer risco desta possibilidade, é que concordou e o diálogo fluiu muito bem. As preocupações do entrevistado apresentam múltiplos significados. O país vive uma conjuntura de estado de crise política, social e econômica. Está na pauta do Governo Federal a Reforma da Previdência Social, resultando em enorme insegurança, e, como é notório, impregnado de retrocessos em todas as políticas sociais e direitos trabalhistas conquistados historicamente.

De outro ponto de vista, o benefício da aposentadoria expressa um direito após o tempo de trabalho e seu respectivo recolhimento; materializa transferência de renda dos segmentos sociais que mais concentram renda para aqueles que têm insuficiência de renda. A seguridade social que representa a aposentadoria está para além da contribuição, é uma solidariedade social administrada pelo Estado social que também deve cuidar daqueles cidadãos e cidadãs que perderam sua capacidade laboral em seu tempo de velhice. Foi a Constituição Federal de 1988 que consagrou a ideia de que o Estado brasileiro deve promover a cidadania e dos direitos sociais.

De nossa parte, no estar em trabalho de campo, sentíamos satisfação semelhante em poder experimentar o “estar lá” ou “estive lá” como diz Geertz, (1998), ouvir “outros livros” com a autoridade de quem já viveu de 60 (sessenta) a quase 100 (cem) anos. Estava tendo oportunidade para conhecer modos de vida, moradias, modo de preparar as refeições, o ritual da refeição à mesa. Foram momentos tensos em que vivemos quando o diálogo era mediado

por histórias consideradas “segredo” por que esteve em cena à vida, a morte presentes ou memorizados.

A entrevista se constituiu em um momento do tempo da visita, que na maioria das vezes, iniciava ao meio dia e era concluída no final da tarde, contava com a presença de pessoas da família ou de vizinhos que acompanhavam as entrevistas. Admite-se que faltou estratégia para estabelecer um ambiente mais isolado para as entrevistas. De qualquer modo esta condição pode ter implicado na falta de privacidade e espontaneidade dos entrevistados. Por um lado, a entrevista tinha testemunhas, mas, por outro, é presumível que muitas afirmações foram silenciadas, exatamente, pela presença de outras pessoas no evento. Nem sempre tudo isto é possível saber de antemão (GUBER, 2005).

Desde a primeira entrevista quando foi pedido licença para gravar, ao mesmo tempo em que permitia, o entrevistado permanecia desconfortável, inibido pelo uso da tecnologia. Trocava palavras. Silenciava. Então, foram seguidas as recomendações de Guber (2005), embora o uso do gravador tenha sido um instrumento previsto no planejamento da pesquisa, foi abandonado, com a intenção de adequar o diálogo ao contexto cultural. Optou-se por anotações em caderno de campo no momento da entrevista e eram acrescentados comentários logo que retornava aos aposentos.

Destaca-se a facilidade para identificar pessoas acima de 60 (sessenta) anos e até 97 (noventa e sete) anos de idade, o que demonstrou, apesar da precariedade das condições de vida daquela população, um significativo indício de longevidade.

De todas as entrevistas realizadas, a mais difícil de agendar foi com o ex-vereador mais votado da comunidade na última eleição municipal. O mesmo tem necessidade de deslocar-se para o trabalho em outro município, retornando uma vez por semana para sua residência.

Neste período de “observação participante”, a pesquisadora também foi observada sob sentimentos de muita curiosidade. Alguns rápidos momentos podem ilustrar tal constatação, como: em um dia participando de um ritual religioso católico, relataram que o padre visitante ficou curioso para saber quem era aquela pessoa e qual seu interesse em estar na localidade. A indagação não foi dirigida diretamente à pesquisadora, mas aos moradores locais. Em outra ocasião, em reunião de famílias na residência de Marielli, uma menina de cinco anos quis saber sobre o estado civil e o que fazia. Percebi que a indagadora mediava a curiosidade de uma pessoa adulta, supostamente preocupada com a condição de mulher da entrevistadora, fora de casa por alguns dias e sem retornar para suas atribuições de mãe, esposa e cuidados da casa. Não sendo esta a condição, quando imediatamente, foi respondido para a interrogante a real identidade de gênero e divisão sexual do trabalho.

O cotidiano neste período mais prolongado de campo foi marcado pela participação em diferentes eventos da comunidade do Divino Espírito Santo, tais como: tomada de posse do novo Conselho Pastoral Comunitário (CPC), uma organização da Igreja Católica local; encontro do grupo de idosos no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) localizado na sede do município, e em encontros de rituais religiosos dominicais que acontecem na igreja católica. Essa participação fazia parte dos eventos de campo, pois estaria privilegiado na concepção teórica e metodológica da investigação participativa, onde o pesquisador se envolve e se insere nos processos de transformação de sua realidade.

Deve-se destacar a participação no ritual de ingresso das mulheres representantes do empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino” no Conselho Pastoral, quando foi passada a chave do salão, local onde trabalham com a panificação. Este gesto garantiu-lhes a continuidade do espaço físico, antes cedido provisoriamente ao grupo pelo Conselho. Nesta oportunidade as “Morenas do Divino” ofereceram um café acompanhado de pães, bolos, doces e salgadinhos, celebrando a passagem dos antigos e novos conselheiros. Historicamente, nenhuma mulher da comunidade havia participado deste Conselho, significando ascensão social da mulher, visibilidade e valorização do empreendimento.

Ao longo da semana, sobretudo, nos finais de semana, foi identificado lacunas de políticas públicas voltadas para o esporte, a cultura e o lazer na localidade. Fato que se repete em comunidades do meio rural regional. Adolescentes e jovens vivem longos tempos ociosos, por encontrarem poucas alternativas de atividades lúdicas ou prazerosas.

Da comunicação na localidade do Divino Espírito Santo, foi observada a conexão usual com o mundo por meio da internet. A comunicação é realizada por telefones móveis. O sinal da internet é de boa qualidade. A TV a cabo é comum nas residências. O futebol foi um esporte frequente e da preferência geral da comunidade. Recentemente esta modalidade vem sendo valorizada. O time de futebol feminino e masculino, infanto-juvenil, participa de campeonatos realizados nos arredores da localidade. Notou-se que a orientação técnica destes agrupamentos esportivos, tem sido feita por algum pai ou avô de integrante do time. Eles manifestam orgulho por acompanhar as meninas e meninos nos torneios realizados.

Cotidianamente se revive a infância no meio rural, pois esta localidade é aquela onde foram passados os primeiros anos de vida. Paequerê¹⁸ detém diferenças, mas, sobretudo, similitudes vistas pelos marcadores das condições socioeconômicas pobre, maior concentração

¹⁸Paequere, localiza-se no município de Capão Alto, a duzentos quilômetros de Rio Rufino, na região norte do Planalto Catarinense fazendo divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

de população negra e ausência de políticas públicas que garantam o bem viver destas populações.

De modo geral a equipe foi bem recebida nas famílias onde foram realizadas as entrevistas. A maior resistência foi encontrada na casa de Elsa Soares, seu esposo incomodou-se com a presença da pesquisadora. Perguntou de modo incisivo: “o que você quer aqui com a gente? Vai visitar outros lugares daqui”? Foi explicado que este estudo não seria somente com eles, a pesquisadora era professora de história, que estudava na Universidade e atualmente desejava conhecer um pouco mais sobre a história da localidade do Divino Espírito Santo. Este fato permite compreender a presença dos atores no campo de pesquisa. Quando o foco de entrevista era Elsa Soares, a interlocução foi interrompida por outro ator social, que a princípio não fazia parte do drama, mas, por sua condição de homem, esposo, chefe de família, determinantemente interrompeu e influenciou o “fluxo do discurso social” na entrevista.

Outro acontecimento que de certo modo provocou espanto foi ao estar numa residência, toda decorada com altares repletos de santos e quadros religiosos na parede, e no centro a imagem de Nossa Senhora Aparecida, no momento em que pedi licença para fotografar, o interlocutor se recusou e respondeu: “deixe os santos em paz”. Então surgiu o questionamento se ali não estaria o fio para mais uma pesquisa dissertativa, ou seja, a religiosidade da localidade. Qual seria a concepção dessas imagens de santos que habita o imaginário daquele sujeito? Teve-se a percepção de que aquelas imagens tinham histórias, eram vivas, falavam e faziam parte do cotidiano do entrevistado. Para alguns seriam apenas “imagens de santos”, mas para ele, certamente aquelas imagens eram mediações de outros significados desconhecidos pela pesquisadora. A negação do entrevistado proporcionou maior reflexão, afinal a intenção ali era aprender e testemunhar o que se observava e escutava.

Na esteira desta reclamação em torno das razões da pesquisa, deve-se registrar uma das dificuldades encontradas na realização das entrevistas: a tentativa frustrada de permanecer a sós com o entrevistado (a). Em quase todos os encontros, fazia parte do evento, algum outro membro da família, ou então, algum vizinho não convidado, que de certa forma, influenciava no diálogo. Isto poderia ser evitado, se a pesquisadora encontrasse um espaço isolado para a realização das entrevistas. O ideal, então, seria num local público. As pessoas entrevistadas eram idosas e tirá-las à distância de um a dois quilômetros submetendo-as ao frio e ao barro naquele período de inverno chuvoso, não seria recomendado. Mas, enfim, estas foram as condições reais da pesquisa.

Após a realização das entrevistas, a permanência em campo foi ficando enfadonha. A partir do momento em que o diálogo era intensificado, os dados iam ficando repetitivos, a

demonstrar certo esgotamento das informações, por esta razão não foi mantido a proposição inicial de um mês em campo e a saudade de casa e dos familiares começou a apertar. Haviam transcorrido 19 (Dezenove) dias, era tempo de voltar para casa. Haviam sentimentos mesclados de incerteza, medo, satisfação, angústia, alegria, pois a experiência vivenciada era única e jamais sentida antes. Agora retornávamos com a expectativa de refletir e sistematizar os dados recolhidos à luz da teoria antropológica, produzir um texto etnográfico que fosse relevante, para nós, e disto já não havia dúvida, mas, nomeadamente, para àqueles com quem convivêramos intensamente, observamos, indagamos sobre inúmeras questões de sua história comum e projetos de vida.

4 DESCRITORES IDENTITÁRIOS DA POPULAÇÃO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO: UM TERRITÓRIO DE COMUNIDADE RURAL NEGRA?

Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Na sequência deste capítulo serão citados alguns descritores que podem contribuir com a aproximação da identidade cultural, ou seja, identificar quem é, como se constituiu e como pode ser compreendida a população do Divino Espírito Santo, tais como: origem da população, ocupação e construção territorial, mundo do trabalho, habitação, religiosidade, relações de poder, políticas públicas de saúde, assistência social, educação e projeto de futuro.

4.1 A IDENTIDADE

Destacam-se as categorias: identidade e identidade étnica para reflexão sobre a população do Divino Espírito Santo. Elas são de grande relevância para orientar e concretizar os objetivos deste trabalho. A identidade responde à pergunta: “quem sou ou quem somos?” Já a identidade étnica demonstra: como a população da localidade se constitui e expressa seu modo de viver, servindo para identificar as semelhanças e diferenças no contexto da diversidade de culturas. É multifacetária manifestando-se de diferentes modos: linguagem, gastronomia, indumentária, modos de pensar o mundo, hábitos, alianças matrimoniais, etnia, relações de gênero, sexualidade, etc.

Para Frederic Barth (2000), a identidade étnica é dinâmica, afirmando que ela não é estática, se transforma como qualquer outra identidade. O seu clássico trabalho: Grupos étnicos e suas fronteiras qualificam um grupo étnico como aquele que

- 1) Se perpetua, principalmente por meios biológicos;
- 2) Compartilha valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais num todo explícito;
- 3) Compõe um campo de comunicação e interação;
- 4) Tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem. (BARTH, 1976, p. 11).

A identidade é uma categoria muito cara às ciências sociais (HALL; SILVA, 2003); (OLIVEIRA, R. 2000). Silva (2000) refletindo sobre a produção da identidade e da diferença, afirma:

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir "identidade". A identidade é simplesmente aquilo que se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou heterossexual", "sou jovem", "sou homem" [...] Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: "ela é italiana", "ela é branca", "ela é homossexual", "ela é velha", "ela é mulher". Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como autoreferenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe (SILVA, 2000, p. 86).

Conclui-se que identidade e diferença estão em estreita relação de dependência. São componentes da condição humana e da vida social. Para o caso da identidade étnica, Oliveira, R. (2000), afirma que ela é relacional e contrativa, ou seja, ela se apresenta na relação “nós-outros”. É construída do “nós em oposição ao outro” a partir das relações que estabelecem consciente ou inconscientemente. Oliveira, R. (2000) se interessou em estudar a dimensão social da identidade, sendo que identidade étnica passou a ser uma forma de identidade social.

Para Cunha (1986, p. 116), “Grupo étnico é uma forma de organização social, cujos membros se identificam e são identificados pelos outros como constituindo uma categoria distinta de outras da mesma ordem”. Nesta perspectiva, Veras e De Brito (2012, p. 111), advertem para o risco de se definir o grupo étnico partindo do pressuposto vinculado ao biológico, convergem para o conceito de grupo étnico de Cunha e aponta um critério, determinante para sua identificação:

[...] logo, não se pode definir etnicamente um grupo partindo do pressuposto biológico, cultural ou linguístico, mas pela forma como se identificam ou são identificados por outros. A cultura, a língua e os aspectos físicos de um povo são dinâmicos, podem sofrer muitas mudanças, mas as formas de identificar-se são construídas de acordo com a interação com os outros, e é a partir dela que se organizam como grupo étnico. Portanto, grupo étnico é um tipo organizacional. (VERAS; DE BRITO, 2012, p. 111)

Royce (1982, p. 1), apud (Locks, 1988, p. 77), afirma que:

A identidade étnica passou a ser um fenômeno poderoso. É poderoso tanto pelo nível afetivo, onde ela toca-nos de um modo misterioso e frequentemente inconsciente, quanto pelo nível da estratégia, onde nós conscientemente a manipulamos. O seu poder é também percebido e interpretado diferentemente por indivíduos e grupos, sendo eles usuários, observadores ou analistas da etnicidade. Ela, a identidade étnica, é desenvolvida, exposta, manipulada ou ignorada de acordo com as demandas de situações particulares.

Eis a razão maior que move a acadêmica, rumo à aproximação da identidade da população do Divino Espírito Santo. Não se sabe se em algum momento a questão da identidade étnica veio à consciência individual ou coletiva desta população, inconscientemente, por certo. Se ela pode ser manipulada é possível que um processo educativo, por meio de diferentes ações

pedagógicas, venha se constituir numa estratégia de ação política afirmativa de direitos, por exemplo. O que se sugere é que, conforme foi demonstrado acima, a identidade étnica compreendida como um fenômeno poderoso pode fortalecer a coesão grupal, a afirmação da autoestima, do movimento de resistência e busca de alternativas para o bem viver daqueles habitantes.

Para ir ao encontro da identidade e apontar a identidade étnica da população do Divino Espírito Santo, foram elencados alguns descritores selecionados a partir das percepções e da compreensão da identidade por ser histórica, dinâmica, não biológica, mas sociocultural, que serão apresentados abaixo.

Os dados foram recolhidos de observações e escutas durante as primeiras incursões no campo empírico, extraídas de fontes secundárias encontradas em sítios eletrônicos, e, sobretudo, das notas em caderno de campo elaboradas no tempo prolongado da pesquisa.

4.2 ORIGEM DA POPULAÇÃO

Buscar as origens implica em buscar as raízes de onde emerge o existir humano, numa perspectiva de projeto, de dever histórico. Não se nasce humano, nem pronto. As pessoas apenas nascem com as aptidões necessárias para a condição e o desenvolvimento humano. E, esta ação é realizada na relação com outros seres humanos.

Grande Otelo, 80 anos, recorda:

Meu avô chegou aqui, não sei bem que ano, vindo de Urupema. Nesta época a vida era difícil sem dinheiro, sem crédito e desacreditado, na localidade não havia outros moradores somente a mata fechada coivara, meu avô derrubou a mata de banhado abriu valos e fez plantio de grãos, milho, feijão, arroz, batata e criava galinhas, para consumo próprio.

Elza Soares, 70 anos, relata

No começo foi tudo muito difícil. Nós era em vinte e dois irmãos. Daí se criou sete. Naquele tempo não tinha farmácia, não tinha médico né, tudo isso não tinha para nós. Então, daí vinham a falecer e outro já nasciam morto né. Até tenho uma irmã que era gêmeos ai a mãe teve eles antes do tempo de nascer. Aí o rapazinho nasceu já morto e a outra nasceu viva mas sem fazer os nove mês para que ela tinha que nascer. Não chorava, ela só fazia assim (estremeceu o corpo). Espreguiçava. Aí a mãe via que ela tava viva. Ficou até atrapalhada pra fala. Daí nos sê criemos em sete. E agora nós estamos em três.

Elsa Soares relata que foi criada na cozinha de chão; sua mãe fazia o pão de milho, pois, o trigo era raro nesse período. Assava na panela ou direto na cinza.

Gilberto Gil, afirmou que:

Os primeiros habitantes daqui foram três famílias, os Silva, Lima e Jesus. Nesta época (começos do século XX) aqui pertencia ao município de Bom Retiro. Os primeiros moradores tinham a documentação das terras que ocupavam, faziam o pagamento de impostos, com alqueires de feijão, milho e arroz. Levavam os produtos nas costas a pé, levavam dias ou mais, por dentro do mato fechado, cruzando rio e sanga, até Bom Retiro.

Dandara, benzedeira, 86 anos, assegurou

Cheguei aqui em 1950. Vim de Urubici, no lombo de um cavalo. Meu pai veio trabalhar de camarada na lavoura dos alemães. Tenho muitos parentes agora por aqui. Vim depois de meu casamento com um morador daqui. O início de nossa vida de casado foi de muito sacrifício.

Abdias do Nascimento, 57 anos, narra que: “o início desta localidade foi com a chegada de duas a quatro famílias juntamente com os filhos”.

Mãe Menininha, 72 anos, confidencia:

Trabalhei na lavoura e de doméstica. Cheguei aqui depois do casamento com um morador daqui. Tinha apenas quatro famílias, que plantavam lavouras de milho, feijão, arroz, batata, criavam galinhas e porco para alimento. Para pegar mais um dinheirinho, trabalhavam de camarada em fazendas da região. Depois vieram as máquinas, mas o trabalho continua pesado.

Uma das primeiras evidências, a partir dos relatos de ocupação do território, é que os primeiros moradores foram chegando gradativamente, uma, duas, três ou quatro famílias, bastante numerosas e de lugares distintos. As primeiras oriundas de Urupema, depois de Urubici e Bom Retiro. As narrativas apontam para uma façanha de desbravamento do local. Não havia outros moradores, encontraram “mata fechada” a ser derrubada para fins de moradia, criar alguns animais e terra para plantar. Esta realidade sugere, como ainda eram comuns, na primeira metade do século XX no sul do Brasil, estes primeiros homens e mulheres entraram em terras devolutas (ABRAMOVAY, 1981).

Celso Antônio Bandeira de Mello (2010, p. 920) define o seguinte:

Pode-se definir as terras devolutas como sendo as que, dada sua origem pública da propriedade fundiária no Brasil, pertencem ao Estado – sem estarem aplicadas a qualquer uso público – porque nem foram trespassadas do Poder Público aos particulares, ou se o foram caíram em comisso, nem se integraram no domínio privado por algum título reconhecido como legítimo.

Portanto, o ato de entrar e ocupar uma terra devoluta implicou na posse da terra, uma vez que esta não havia sido trespassada pelo Poder Público a nenhum particular. Não era propriedade particular, mas tudo indica que, pelas condições a que se submeteram no início do empreendimento, como sem-terra, sem recursos financeiros, sem habitação, sem alimento,

saúde precária, trabalhos pesados, vieram de condições desumanas e de subalternidade. Em outras palavras, pode-se inferir que eram escravizados. Não conseguindo a subsistência com suas pequenas lavouras, alguns se submeteram a trabalhos como diaristas em fazendas da região. É possível presumir que, como era habitual na região do Planalto Catarinense, o trabalho nas grandes fazendas de criação de gado era realizado por peões, capatazes, sendo muitos deles, negros escravizados (COSTA, 2001). Então, este núcleo inicial de população negra, escravizados fugidos de fazendas em busca de uma “terra sem males”¹⁹, onde pudessem encontrar a liberdade, trabalho digno, pão, saúde, enfim, o bem viver. Este mito guarani passa a ser assimilado por outras populações indígenas e afrodescendentes em todo o país.

Com este pequeno núcleo de população constituído, o grupo foi se reproduzindo socialmente com a chegada de outras pessoas pela constituição de alianças com nativos e pela busca de melhores condições de vida, como revelam os informantes, isto é, melhores condições de vida, longe de sua realização, pois, muitas pessoas das gerações que se sucederam vieram para trabalhar “nas lavouras de alemães”, na condição de diaristas em terras de outrem. Note que as famílias que chegaram após quase meio século, todavia, encontraram a pobreza, tendo que buscar trabalho fora do reduto ocupado, uma história de muito “sacrifício”.

Desde um olhar na perspectiva de gênero pode-se presumir que a mulher teve quádrupla jornada de trabalho, ou seja, tem se ocupado no trabalho doméstico, cuidado dos filhos, agricultura de subsistência e, na condição de diaristas em lavouras de outros proprietários.

É necessário, entretanto, problematizar a afirmação de que os primeiros moradores tinham a documentação das terras que ocupavam, faziam o pagamento de impostos, na cidade de Bom Retiro, com alqueires de feijão, milho e arroz. Resta-nos saber qual a natureza desta documentação de propriedade da terra? Como o município tributava em forma de produtos agrícolas? No mínimo há de se estranhar a informação obtida nas entrevistas.

Neste contexto e referenciados nos depoimentos acima, foi identificada importante descoberta para problematizar a questão “quem foram os primeiros ocupantes e proprietários das terras da localidade do Divino Espírito Santo?” Sustentamos a premissa de que as terras onde atualmente reside a população do Divino Espírito Santo, na origem do povoamento, eram terras devolutas e que no começo do século XX foram ocupadas por ex-escravizados fugitivos de grandes fazendas de gado da região circunvizinha.

19 A expressão “Terra sem Males” faz parte da mitologia guarani. “A *terra sem mal* é esse lugar privilegiado, indestrutível em que a terra produz por si mesma a sua frutose não há morte” (p. 30). Afirmação é de Clasires, Hélène em seu texto, Terra sem mal, citado por VENOSA (1980).

Esta situação continua existente, pois não foram encontradas escrituras de terras ou de propriedades na localidade. Tudo é “cedido” pelo Poder Público, ou seja, ali, a rigor, a terra é pública, porém a legislação agrária brasileira prevê a posse da terra como legítima propriedade dos seus ocupantes ou “posseiros”.

Finalmente foi considerado neste descritor, que nenhum entrevistado trouxe à luz, quando inquirido, qualquer conflito agrário existente ao longo da história desde a ocupação até os tempos atuais, o que vem a comprovar a tese de que as terras eram públicas, melhor devolutas. O que ocorre em outros estados brasileiros, fazendeiros, empresas colonizadoras, grupos empresariais, disputam a terra, inclusive praticam o que comumente se denomina de “grilagem”²⁰. Entretanto, a observação do espaço geográfico onde está assentada atualmente a população do Divino Espírito Santo, permite identificar que sua terra se restringe aos lotes de suas moradias. Enquanto que o seu entorno, está demarcado por propriedades particulares, nas quais são cultivados: milho, maçã, fumo, vime. Esta situação não foi objeto do atual estudo e que, certamente, demandaria outras pesquisas relacionadas à questão agrária neste espaço.

4.3 AUTODENOMINAÇÃO

A identidade étnica não está explicitada no campo empírico desta pesquisa. Mas ela se faz presente na relação e no contraste referenciado ao grupo interno, aos moradores e aos outros, e à população das outras localidades do município de Rio Rufino. Quando perguntados sobre como as pessoas ou a população se autodefine, a resposta foi surpreendente: “aqui ninguém gosta de ser chamado de negro”, disse Marielle. Isto é, a identificação de “negro” pelo outro, é considerada uma ofensa. Em seu lugar, aceita-se a denominação “moreno” ou “morenos”. E para se afirmarem como habitantes daquele lugar a preferência é por “Moradores do Divino” e não “Morenos do Divino”, contudo, é o termo utilizado por moradores de outras localidades como foi atestado em trabalho de campo.

A rejeição ao termo “negro” e em seu lugar “moreno” que traz a ideia da mestiçagem, pode se constituir numa estratégia de encobrir o preconceito racial. Segundo Amado (2000),

[...] conseguimos representar a mestiçagem como um atributo positivo, como um jeito de ser que nos identifica, e como uma conquista de nossos povos. Entretanto a

²⁰Segundo o INCRA (2009), Grilagem “É a ocupação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de se colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados (em função dos dejetos dos insetos) e roídos, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro.

Disponível em: <http://www.incra.gov.br/oquegrilagem>. Acesso em: 18.09.2018.

mestiçagem em geral apresentou-se como um dado pronto, acabado, e, sobretudo, como uma solução para os nossos problemas. Em outras palavras, seria como se disséssemos: por sermos mestiços, não temos preconceito racial; por sermos mestiços, aceitamos e praticamos a igualdade social; a mestiçagem resolve todas as nossas diferenças. Nessa perspectiva, a mestiçagem, portanto, serviu como uma espessa capa a encobrir nossos graves problemas sociais e nossos preconceitos raciais [...] (AMADO, 2000, p. 109).

O racismo no Brasil é estrutural e institucionalizado e permeia todas as áreas da vida, o mito da democracia racial na sociedade brasileira de forma que vela o racismo e o nega, gerando baixíssima autoestima, tão necessária para o bem viver e o conviver. Segundo Cerato (2014),

[...] Quando uma pessoa tem respeito por si e pelo outro, ela possui uma autoestima estabelecida. O respeito parte justamente dessa autoimagem saudável, refletindo uma pessoa forte, vibrante e cheia de alegria. A autoestima é importante para melhorar a vida do sujeito e de quem convive com ele (CERATO, 2014, p. 56).

Considerando o campo empírico investigado, observou-se o preconceito que pesa sobre a população local. Foi na educação, mais propriamente na escola, onde se constatou o mascaramento e a revelação do preconceito.

Figura 5 - Escola Municipal Núcleo Rosa Copetti Costa



Fonte: Elisângela de Oliveira Fontoura – 2018

Ao visitar a escola de ensino fundamental percebeu-se em suas paredes decoração de murais e figuras de crianças predominantemente brancas, isso provocou certo estranhamento, uma vez que nessa escola predominava mais crianças negras. As crianças e adolescente da localidade do Divino Espírito Santo sofrem preconceito, sobretudo, aqueles que se deslocam para o Ensino Médio em escola da sede do município. Souza (2000) demonstra a consequência do racismo na escola:

[...] a evasão escolar da criança negra é comprovadamente decorrente do preconceito e discriminação que ela vivência, como podemos verificar em pesquisas de Hasenbalg (1987) e Rosemberg (1987). Eles também demonstram que as crianças negras repetem mais do que as crianças brancas e frequentam os piores cursos: as crianças negras, em sua maioria, tendem a ser empurradas

pelo sistema para escolas menos equipadas, com menos recursos pedagógicos e turnos mais curtos (SOUZA, 2000, p. 139).

Vale ressaltar a importância da educação formal, considerar e assumir a educação para as relações étnico-raciais, cujas referências teóricas e metodológicas devem estar enraizadas na africanidade, pois não teria sentido se não fosse assim.

Um dado histórico a ser considerado na convivência social brasileira, é que

[...] em todas as histórias de vida de pessoas negras vamos indubitavelmente encontrar situações constrangedoras em que vivenciaram a discriminação e o preconceito velado ou declarado. São essas vivências que vão marcando o negro e que muitas vezes lhe causam sensação de estranheza, podendo levá-lo à auto-depreciação e à construção de uma auto-imagem negativa que o induz a procurar as causas e a compreendê-las ou em muitos casos a negá-las; em outros, a buscar sua superação através da ascensão social [...] (SOUZA, 2000, p. 138).

É neste momento que são criadas estratégias de negação, mascaramento da condição étnico racial, ou até mesmo, buscar sua superação por meio da ascensão social (estudo, profissão, liderança social). A própria denominação da localidade “Divino Espírito Santo” pode ter indício da influência da religião católica, uma expressão de sincretismo²¹ religioso fundindo elementos do catolicismo com a matriz religiosa africana. Noutra proposição pode-se destacar o silenciamento da condição étnico-racial.

Esse silêncio não permite aos membros das comunidades oprimidas tomar consciência; esse silêncio passa pelo mito de democracia racial, pois a partir do momento que você não aparece à luz do dia e tudo é escondido, você não possibilita nem sequer a tomada de consciência do outro. Quando ele tenta se conscientizar, diz-se a ele: “olhe, meu irmão, eu não sou racista, a coisa está na sua cabeça; tome e beba um pouco do meu copo de cerveja”. Aí o outro fica completamente confuso e não vai tomar consciência de si mesmo (MUNANGA, 1996, p. 226).

Como transitar do silêncio para a afirmação e disseminação de uma identidade étnico-racial constituinte da diversidade cultural no contexto de uma sociedade intransigente e que mascara a pluriculturalidade? Processos educativos formais, não formais e informais são mediações indispensáveis para se desenvolver uma cultura de acolhimento e respeito às diferenças, defesa intransigente dos direitos humanos, da cidadania e da democracia. Um conjunto de males da sociedade contemporânea está na cultura que se expressa na xenofobia, racismo, sexismo e homofobia.

²¹"O sincretismo realiza-se", afirma R. Ortiz, "quando duas tradições são colocadas em contato, de tal forma que a tradição dominante fornece o sistema de significação, escolhe e ordena os elementos da tradição subdominante" (SOARES, 2002, p. 31)

É oportuno registrar que a Lei Nº 10.639/03 tornou “obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira. Com esta determinação, a educação no Brasil só tem a ganhar, posto que incorpora ao seu cotidiano, princípios de promoção da igualdade racial” (BRASIL, 2013, p. 07). A conquista desta lei antirracista, na medida em que propõe o combate ao racismo pela estratégia da educação, pois: “Mais do que uma iniciativa do Estado, essa lei deve ser compreendida como uma vitória das lutas históricas empreendidas pelo Movimento Negro brasileiro em prol da educação” (GOMES, 2008, p. 67).

A autora afirma:

Como já era de se esperar, muitos nem procuram compreender o contexto do surgimento dessa nova lei e já a criticam. Há até mesmo aqueles que a chamam de autoritarismo do Estado e, outros, de racismo às avessas. Mas, para além de opiniões precipitadas e preconceituosas sobre o tema, é importante refletir sobre o que essa lei representa no contexto das relações raciais no Brasil e, sobretudo, no momento em que as ações afirmativas começam a fazer parte do cenário nacional, extrapolando os fóruns da militância negra e dos pesquisadores interessados pelo tema. Essa reflexão é um caminho interessante para ponderarmos sobre os limites e as possibilidades da lei, suas implicações na formação de professores e professoras e na sala de aula (GOMES, 2008, p. 69).

E continua:

Apesar de decorridos quatro anos após a sanção da Lei 10.639/03 e das iniciativas do Ministério da Educação, do Movimento Negro e dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros para a sua implementação, ainda encontramos muitas resistências de secretarias estaduais, municipais, escolas e educadores (as) à introdução da discussão que ela apresenta. Essa resistência não se dá no vazio (GOMES, 2008, p. 69).

A conjuntura política atual possui um cenário repleto de acontecimentos que conduziram ao retrocesso da legislação brasileira que tiveram como objeto as políticas de reconhecimento da diversidade de populações indígenas, afrodescendentes, LGBT, mulheres e direitos humanos assumidas pela Secretaria da Presidência da República e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). A partir do golpe político sofrido pela presidente Dilma Rousseff e os sucessivos retrocessos que as políticas públicas sofreram, a SECADI está em processo de desmonte.

A questão pertinente a esta análise é problematizar se esta lei está incorporada no currículo das escolas em todas as modalidades e níveis da educação brasileira. No campo empírico desta pesquisa, ainda que a Lei de combate ao preconceito possa integrar o Projeto Político Pedagógico, comprovam que há um hiato entre a intencionalidade e a prática pedagógica.

Ficou patenteado abaixo que o preconceito contra os estudantes do Divino Espírito Santo na escola situada na sede do município é escancarado, resultando em constrangimento

para a vítima e sua família. No Brasil, todavia, é preciso a legislação afirmar que preconceito de raça ou de cor, é crime, conforme a Lei N. 7.716, de 5 de janeiro de 1989²².

4.4 OCUPAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

Na passagem do século XIX para o XX, diferentes grupos étnicos oriundos de “Serra abaixo”²³, passaram a ocupar o Vale do Canoas da Costa da Serra do Corvo Branco, até o município de Bom Retiro.

A região mais abrangente habitada anteriormente por luso-brasileiros (caboclos), descendentes de europeus, alemães e italianos, bem como lituanos constituíram uma diversidade cultural significativa. Além da população do Divino Espírito Santo, outros afrodescendentes podem ser encontrados em outras localidades da região.

A colonização da Serra Catarinense se inicia nos caminhos das tropas de gado e muares vindos do Rio Grande do Sul em direção a São Paulo e Minas Gerais em 1728, assim surgindo os primeiros pousos de tropas, fundando as primeiras vilas do interior do Estado de Santa Catarina, como demonstra Locks, *et al* (2006), na obra “Caminho das Tropas: Caminhos, pousos e passos em Santa Catarina”.

No começo do século XIX em Santa Catarina praticamente um quarto da população era negros e, na capital Florianópolis, havia praticamente um terço de negros. Sendo que no Estado foi praticada uma escravidão doméstica, e alguns casos perduram até os dias atuais. Isto porque, em regiões onde predomina o branco, o negro é mais negro, propenso a ser tratado mesmo contemporaneamente como inferior.

[...] nas regiões onde o negro é minoria, como é o caso do Rio Grande do Sul, o branco é quem ajuda na definição da identidade racial. Isso afirma RAMOS, através da análise dos dados do IBGE de 1940/50, onde os resultados estão a indicar que, no Brasil, o negro é mais negro nas regiões onde os brancos são maioria e é mais claro nas regiões onde os brancos são minoria [...] (LOPES; CESCA, 2000, p. 158).

Do ponto de vista da produção e reprodução da vida na localidade, o que mais chamou a atenção foi o depoimento de Grande Otelo, 80 anos: “Aqui a maioria dos moradores são parentes. Primo casa com primo, e assim vai. Claro, tem também casamento com gente de fora. E quem nasce aqui não pensa em ir embora”.

²²Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L7716.htm

Acesso em: 02.10.2018.

²³O termo “Serra abaixo” é utilizado na região refere-se à região do Vale do Braço do Norte que se situa geograficamente do outro lado da Serra Geral dividindo a região do Planalto Catarinense e o Litoral Catarinense.

Por que esta tendência de reprodução endógena exposta pelo indagado? Não estaria aí uma estratégia de resistência e proteção da identidade étnico-racial? É notório o pertencimento das pessoas ao seu grupo, de afirmação de identidade individual e social.

Dos aspectos geográficos, a localidade do Divino Espírito Santo possui como divisor de águas a Serra Geral, na qual o município de Rio Rufino se encontra na parte mais elevada do Estado, na escarpa da Serra. A paisagem natural da região é de uma beleza que enchem os olhos constatada nas fotos do morro Rio do Tigre e outras, contrastando o vale com seu solo fértil e as montanhas. A fotografia abaixo foi realizada do acesso próximo à localidade do Divino Espírito Santo.

Figura 6 - Morro do Rio do Tigre



Fonte: Elisângela de Oliveira Fontoura – 2018

A realidade socioeconômica do município de Rio Rufino é perversa refletindo as desigualdades encontradas ao longo da história brasileira. Neste sentido a população negra no país é que tem sentido as maiores consequências da desigualdade, no passado e no presente ao constituir a maior parte da “ralé dos novos escravos” (SOUZA, 2017).

[...] as desigualdades no Brasil são fruto de um processo histórico que remonta à formação da sociedade escravocrata, que constituiu uma cultura de mando e subserviência, reaparecendo com o coronelismo e em nossos dias subtraindo os direitos básicos da cidadania. Como consequências políticas de tal cultura, os autores destacam o trato privado da coisa pública, que se opôs ao reconhecimento e legitimação das singularidades e diferenças [...] (BORGES; SCHOLZ; ROSA In SCHOLZ, 2014, p. 67).

Nas últimas décadas houve um fatiamento do território da serra catarinense constituindo-se vários municípios com precária infraestrutura²⁴. Dificuldade de postos de trabalho, arrecadação baixa, falta de recursos financeiros para investimentos em saúde, educação, assistência social, enfim, são dificuldades conhecidas da história brasileira.

Do ponto de vista da infraestrutura e saneamento, é notória que, para quem passeia pela vila do Divino Espírito Santo, nenhuma rua possui calçamento, tampouco, sistema de esgoto. Os dejetos produzidos nas habitações são despejados diretamente no riacho que corta o espaço habitado e no rio Canoas, que serpenteia a localidade. Quem sobe a maior ladeira que dá acesso à parte alta da vila, identificará uma criação de porcos em regime de confinamento, causando odor desagradável no meio ambiente.

4.5 MUNDO DO TRABALHO

A maior curiosidade no trabalho de campo foi saber como homens e mulheres, no surgimento e no desenvolvimento do povoado, se organizaram pela mediação do trabalho para criar e recriar sua existência. Como se relacionaram com a natureza, a terra e os meios de produção que dispunham. De que maneiras se relacionaram com a terra para plantar e colher o seu sustento, ou seja, as energias necessárias para continuarem vivos e fazerem sua história?

Tendo em perspectiva a teoria do materialismo histórico e dialético, Adams (2018, p. 181-182), afirma que,

Somente os humanos, pela mediação da atividade do trabalho, exercem a possibilidade de criação e recriação de suas existências, enquanto transformam a natureza e a si mesmos. Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1985, p. 149).

²⁴Pela lei estadual nº 6058, de 10-05-1982, desmembra do município de Lages o distrito de Correia Pinto. Elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6059, de 10-05-1982, desmembra do município de Lages os distritos de Otacílio Costa e Palmeira. Para formar o novo município de Otacílio. Pela lei estadual nº 9652, de 16-07-1994, desmembra do município de Lages o distrito de Bocaina do Sul. Elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 9677, de 07-08-1994, desmembra do município de Lages o distrito de Paineira. Elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 9697, de 29-09-1994, desmembra do município de Lages, o distrito de Capão Alto. Elevado à categoria de município.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/lages.pdf>. Acesso em: 28.05.2018.

No caderno de campo foi registrado que o trabalho no Divino Espírito Santo, em sua origem, era agricultura de subsistência, ou seja, plantava-se para o consumo interno, e em terras da localidade. Segundo a interrogada Elza Soares, 70 anos, cursou até a 3ª série do Ensino Fundamental, é aposentada, trabalhou na lavoura e no serviço doméstico.

No começo havia apenas duas famílias morenas. Não havia nenhuma família branca onde é hoje o Divino Espírito Santo. A gente vivia da lavoura para se sustentar. Plantava milho, feijão, couve e criava galinha e porco. Quem precisa de mais recurso tinha que buscar fora. A maioria das terras era do Estado. Mais tarde foram compradas por moradores brancos.

Continua Elsa Soares: “Bem no começo o trabalho era feito a pé por dentro da mata, quase não se utilizava animais para o transporte, pois não tinha. Hoje muita coisa melhorou se pensar no passado. Mas, também, hoje, tem que buscar o trabalho fora”.

Grande Otelo, 80 anos, afirma: “Minha vida foi ser lavrador, camarada em chácara de maçã, pêssigo, uva, ameixa, quebrar milho, roçar, fazer valo e colher fumo em roças alheias”. Lembra que: “Meu avô derrubou a mata de banhado, abriu valos e fez planta de milho, feijão, arroz, batata e criava galinhas, para comer”.

Dandara, 86 anos, relata:

Meu pai veio trabalhar de camarada na lavoura dos alemão. Prá buscar o sustento da família meu esposo caminhava vários quilômetros a pé. Trabalhava em roça de milho, feijão, fazendo ponte e roça de meia com o dono da terra. O pagamento era feito com um quilo de feijão, ou banha, ou milho, quando recebia em dinheiro era mixaria. Os filhos começaram no trabalho, eram criança para ajudar no sustento da família. A gente comia feijão, polenta e quirera. A gente passou muita dificuldade. Teve uma vez que meu marido enfiou um toco de samambaia no garrão tendo dor por vários dias. A cura deu com emplasto feito de suas próprias fezes retirando o toco.

Gilberto Gil, 61 anos, demonstra que:

No passado as lavouras eram na base do braço. Havia poucos recursos e eram lavouras para subsistência. O trabalho poderia ser feito no coletivo, de ano em ano, dava as festas, queimada de noite, puxirum para plantar o trigo nos vizinhos distantes da localidade e a noite dançavam e faziam festa. Como modo de trabalho ainda ocorria de levar varas de porco para Grã Para, dois dias a pé. E a terra também serviu como moeda de troca, vendendo os pedaços e entregando por comida e roupa no armazém que se instalou na localidade logo após que chegaram os primeiros moradores.

Cruz e Souza, 80 anos, pondera: “A vida era braba, tinha que colher o milho, deixar secar para fazer a farinha no pilão e arroz ou andar quilômetros com a saca de milho nas costas até a tafona para fazer o fubá e a quirera”.

Quando foi perguntado sobre a realidade do trabalho atualmente, Elza Soares, 70 anos, reafirmou: “Se pensar no passado, hoje melhorou um pouco. Mas, o trabalho continua difícil,

não temos terra para plantar. O trabalho tem que ser buscado fora daqui. A sorte é a aposentadoria, se não fosse ela...”.

Dandara, 86 anos, tem um ponto de vista semelhante, embora suas condições de família tenham melhorado:

A vida deu uma melhorada quando meu marido começou a trabalhar como funcionário na prefeitura de Urubici garantindo o salário mensal. Nossa situação melhorou um pouco. Mas uma boa parte dos homens e mulheres daqui fazem os mesmos trabalhos, na roça, colheita de maçã, de fumo. A renda em casa é muito pouca. E não é sempre que tem o trabalho. Se não é aposentadoria, nossa vida era pior.

Gilberto Gil, 61 anos, fez declarações contundentes:

A terra aqui teve um problema. Quando um filho casava, solicitava sua parte de terra, em vez de levar para trabalhar e sustentar a família, vendia. Entregava por comida e roupa no armazém instalado aqui na localidade. Moradores que não são morenos compravam as terras da prefeitura e dos próprios morenos. As lavouras eram feitas de modo muito simples. Quando nós tinha a terra, o trabalho de ano em ano, tempo do plantio, era feito a queimada de noite e no outro dia, o puxirum para plantar milho, trigo. A noite havia festa, comida e dança.

O indagado acima põe à luz, diferentes aspectos relacionados a terra e ao trabalho. As gerações que se sucederam aos primeiros posseiros, não valorizaram devidamente a terra de morar e de plantar. Ao acessar por herança, fizeram da terra uma moeda de troca por bens de consumo imediato. Ou seja, não tiveram a noção de que a terra era o seu meio de produção da vida. Tornou-se uma mercadoria fácil de vender. Acabaram na condição de sem-terra.

A questão relacionada ao trabalho traz à memória uma prática comum existente em comunidades caboclas da região – o puxirum. Ele existe por todo o Brasil como atesta a literatura. O trabalho coletivo assumido por todos os integrantes do grupo social é um importante indicativo da identidade cultural dos povos tradicionais, indígenas, quilombolas e caboclos. As características são invariavelmente as mesmas. A presença do princípio da reciprocidade, a ritualização mediada pela comida e a festa.

No Divino Espírito Santo, observa-se que atualmente homens e mulheres não possuem terra para garantir sua sobrevivência. Então, submetem-se ao trabalho em lavouras de fumo, maçã e no corte do vime, mas isto na modalidade do trabalho sazonal, ou seja, aquela atividade prestada por um período de tempo específico ou pontual.

[...] prática comum ao campesinato brasileiro, onde os homens pobres saem para fazer roças em terras mais distantes da residência habitual, permanecendo no local, em precários ranchos, até a colheita. A escassez de terras pode ter sido o fator determinante que tenha motivado o deslocamento periódico dos trabalhadores para outros lugares [...]. (FIABANI, 2011, p. 178).

O trabalho encontrado por homens ou mulheres da atualidade consiste em sair de casa e em determinados períodos do ano como: na colheita da maçã, do vime ou em lavouras de fumo. Enquanto a acadêmica se deslocava durante o dia entre uma residência e outra, foi observada a saída e chegada de trabalhadores. Eles se deslocavam em suas motocicletas, geralmente em alta velocidade, até seus locais de trabalho, em ocupações na sede do município ou plantações de fumo, vime e hortifrutigranjeiro.

Nem sempre o trabalho é encontrado no limite do município, forçando-os a viajarem para outros lugares, inclusive Florianópolis, capital do Estado. Há casos em que permanecem até seis meses longe de suas famílias; já entre as mulheres na grande maioria seu trabalho é ocupar-se com as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. Muitas delas também saem em busca de trabalho ocupando-se de algum emprego como diarista na sede do município ou em outros municípios.

Falar sobre desemprego e trabalho significava falar sobre sentimentos, emoções, desejos, afetos, querer esqueceridos ou amordaçados por uma lógica perversa que nos visa impedir de sentir, falar, seguir um tempo próprio, livre da pressa que a lógica do “tempo é dinheiro” nos impõe. Para aqueles/as trabalhadores/ as, o estar junto, o compartilhar histórias, saberes, vivências constituía o próprio ato de viver e trabalhar (MOURA, 2014, p. 10).

Foi identificado neste descritor um dos maiores obstáculos a serem superados pela população do Divino Espírito Santo. A assertiva de que são os humanos, pela mediação da atividade do trabalho, que exercem a possibilidade de criação e recriação de suas existências, na medida em que transformam a natureza e a si mesmos, na realidade conhecida, é profundamente negada. As condições de trabalho historicamente foram continuamente de muito “sacrifício”. A conquista do pão de cada dia tem significado, antes de tudo, um “tripalium”²⁵, do que propriamente uma oportunidade de criar e recriar a existência e o desenvolvimento do ser humano.

4.6 HABITAÇÕES

As visitas domiciliares no trabalho de campo foram intensas. Tendo como parâmetro

²⁵Segundo o Dicionário Etimológico “Palavra trabalho vem do latim *tripalium*, termo formado pela junção dos elementos *tri*, que significa “três”, e *palum*, que quer dizer “madeira”. *Tripalium* era o nome de um instrumento de tortura constituído de três estacas de madeira bastante afiadas e que era comum em tempos remotos na região europeia. Desse modo, originalmente, “trabalhar” significava “ser torturado”. No sentido original, os escravos e os pobres que não podiam pagar os impostos eram os que sofriam as torturas no *tripalium*. Assim, quem “trabalhava”, naquele tempo, eram as pessoas destituídas de posses.

Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/trabalho/>. Acesso em: 21.09.218.

comparativo a cultura em que vive a acadêmica, as moradias são simples, geralmente de madeira. Algumas recebem pintura, outras não. As comportam dois a três quartos, banheiro, cozinha e sala conjugada. O mobiliário muito simples, quadros nas paredes onde são fixadas fotografias da família ou de santos que evocam a devoção religiosa. Nunca falta o fogão a lenha, como se tem visto, um utensílio de multiuso. Esta realidade está dentro dos padrões gerais se considerada a qualidade de moradias em comunidades rurais de baixo nível econômico na região. Contudo, os relatos dos entrevistados demonstram que historicamente, a situação foi diferente.

Grande Otelo, 80 anos, conversando sobre a construção das primeiras habitações, recorda:

No começo foi tudo difícil. A madeira das casas foi tirada do mato. Tudo a machado e cerrote. Era feito torinhas de madeira. Depois era serrado para fazer as tábuas. As casas eram de tábua lascada. A armação era feita com varas tiradas do mato. Varas redondas. A cobertura das casas era feita de taquara. A dificuldade era tão grande que quando falecia algum morador retirava a própria madeira das casas para fazer o caixão. Não havia como hoje, a madeira beneficiada.

Figura 7 - Fotos da Localidade do Divino Espírito Santo



Fonte: Própria Autora (04/04/2018)

As casas foram construídas rente à estrada, sendo este único acesso à localidade, sem nenhum planejamento da vila; casas sem distanciamento da rua, sem pátio ou cercado, geram insegurança pela exposição imediata de crianças diante do risco de acidentes pela passagem frequente de veículos. O primeiro prefeito de Rio Rufino, cujo mandato foi de doze anos, entre 93-96, 2001-2004 e 2010-2012, executou um projeto vinculado à Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB), implantando casas populares distribuição e encanamento de água potável para a localidade (SANTA CATARINA. 1999. p. 90)

4.7 RELIGIOSIDADE

A religião é um universal na sociedade humana. É um fenômeno individual e social. Durkheim, em “As Formas Elementares da Vida Religiosa” de 1912, demonstrou que o fenômeno religioso não se limita às crenças. Ele expressa valores da vida de um grupo social. Envolve rituais, cerimônias regulares que manifestam sentimentos de coesão e solidariedade coletiva.

Os rituais religiosos são essenciais para se viver crises existenciais e momentos de transições sociais como nascimentos, alianças, morte, etc. A religião condiciona o modo de pensar, influencia a visão de mundo e até mesmo na marcação do tempo no cotidiano de um grupo social (DURKHEIM, 2008).

Os depoimentos que seguem demonstram que religiosidade e cotidiano são inseparáveis na vida dos habitantes do Divino Espírito Santo, fato constatado também em comunidades luso-brasileiras, ou caboclas, existentes na região do Planalto Catarinense, como sustenta, Auras (1984). Isto pode ser observado pelas imagens de santos, altares encontrados no interior das habitações como práticas religiosas que envolvem grupos sociais em diferentes expressões religiosas, com Igreja Católica, Pentecostais, Assembleia de Deus e Neopentecostais. Práticas religiosas de matriz africana estão subsumidas e eivadas de preconceitos, mas há quem lembre o espaço do terreiro, como lugar de culto afro na localidade.

Para Grande Otelo, 70 anos:

O povo gosta das festas de igreja. É quando o povo se encontra. Isto acontece desde o início por aqui. Não havia luz elétrica, usava o lampião. Nossas festas são sempre religiosas nos meses de maio ou junho. Alguns são católicos outros evangélicos, tem católicos que são praticantes outros não. Aqui as datas mais importantes é sexta-feira santa e finados.

Mãe Menininha, benzedeira, 72 anos:

De primeiro usavam rezar uma recomenda que chegavam nas casas de noite. Então quando chegavam nós apagava tudo as luzes, tinha uma tal de matraca, que eles batiam, a gente abria a porta eles entravam rezando. Era a coisa mais linda. Agora acabou tudo, na época da quaresma toda as sextas feiras, saia, sete casas, cantavam e saiam com aquela matraca batendo, saiam para outra casa. O final era no cemitério, para entregar as almas no cemitério [...] batiam na oreia do lobisomem. Coisa mais linda. Daí rezava um pouco na frente da casa.

A pesquisada se refere com muita ênfase à “Recomenda das Almas”. Paes (2007), “em seu estudo “A Recomendação das Almas” na Comunidade de Remanescentes de Quilombo de Pedro Cubas” no interior de São Paulo, sustenta que é uma prática típica do catolicismo popular brasileiro e que sua origem advém de Portugal, denominada de “Encomendação das Almas”, e que provavelmente chegou ao Brasil por meio dos Padres Jesuítas ainda no século XVI. Que é uma tradição religiosa da Idade Média baseada na crença do Purgatório, segundo a qual nenhum ser humano está livre de pecado, devendo passar após a morte por um período de purificação, para somente depois ascender ao Reino da Glória (PAES, 2007).

Trata-se de uma prática religiosa espreada por todo o país. Se em Portugal, foi conhecida por diferentes denominações, no Brasil também tem algumas variantes conforme a região, tais como, “Encomendação das Almas”, “Recomendação das Almas”, “Alimentação das Almas”, “Procissão das Almas”, “Procissão da Penitência” (PAES, 2007).

Os ritos religiosos são motivos de orgulho para a população do Divino Espírito Santo, na semana que antecede a sexta-feira santa e o dia de finados são os rituais mais praticados ainda hoje. No trabalho de campo foi possível testemunhar o depoimento de Mãe Menininha, e observar o ritual da “sexta-feira santa”. Elementos comuns, enumerados por Paes (2007), são visualizados neste ritual.

Um deles é o uso do instrumento chamado de matraca. Ela é composta por três tábuas, uma fixa no centro e duas móveis, conforme pode ser visto na figura abaixo. Quando batidas formam um som que segundo a tradição convidam as almas que estão vagando para voltar ao cemitério na procissão, ritual praticado na sexta-feira santa à noite. O toque da matraca significa um chamado às almas que estão vagando sem destino. Percebeu-se que os moradores e participantes do ritual impregnam-se de sentimento de medo de espíritos que possam se manifestar ao toque da matraca. Quem assume a função de fazer o toque da matraca são homens. No trabalho de campo teve-se oportunidade de fazer este registro, conforme a figura abaixo.

Figura 8 - Matraca



Fonte: Elisângela de Oliveira Fontoura - 2018

Nessas observações da vida religiosa da população do Divino Espírito Santo, percebeu-se que se trata de um descritor fundamental com alta relevância para seus praticantes e indispensável para uma maior aproximação de sua identidade cultural, pois:

[...] reconhecer o valor local das manifestações culturais, enfatizando sua importância como referência para a construção da identidade e da memória dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira; renuncia, portanto, à busca por símbolos unificadores nacionais, portadores de uma pretensa identidade comum ao conjunto de todos os brasileiros (GODOY; RABELO, 2008, p. 25).

Outra manifestação religiosa praticada pelos moradores católicos do Divino Espírito Santo são os altares nas casas dispensados para os santos principalmente para Nossa Senhora Aparecida, a figura a seguir, constata essa manifestação.

Figura 9 - Altar Religioso



Fonte: Elisângela de Oliveira Fontoura - 2018

Manifestar sua crença com altares nas casas, cantos, rezas e procissões é motivo de orgulho para os moradores idosos do Divino Espírito Santo. As pessoas mais idosas lamentam que os mais jovens não os acompanhem mais como eles faziam na adolescência e estão vendo as tradições que os representa se perdendo. Os jovens vivenciam outros valores e interesses, novas religiões que também são um entrave para a continuidade dos ritos praticados desde o início da comunidade principalmente as neopentecostais.

Teve-se oportunidade de participar da procissão realizada na sexta-feira santa, nesta ocasião foi registrado o trânsito da Igreja para o cemitério acompanhada de rezas e cantos dedicados às almas dos entes queridos.

Figura 10 - Procissão Sexta Feira Santa



Fonte: Elisângela de Oliveira Fontoura – 2018

Tudo foi registrado no caderno de campo, segundo as tradições dos moradores, o canto, o terço, as expressões religiosas de matriz africana como: Candomblé, Umbanda e Quimbanda, que apesar de velada no passado, ainda assim os moradores participavam no terreiro. Recebiam “benzimentos” e nas encruzilhadas se observava a prática de oferendas aos Orixás. Cantos praticados no terreiro, que os moradores se referem como “Centro Espírita”, pode-se conhecer, conforme relatou a entrevistada Mãe Menininha:

Imaculada tu foste advogada de todos os pecadores, andava por todo o mundo, com sua feliz grandeza, tu foste do céu princesa, espírito santo esposo[...]Eu gostava de cantar em dia de chuva né, nós puxava os cânticos e cantava[...]Canto: Senhora da guia, guia nosso pai, guia seus filhos os caminhos que vai, que viva Jesus nosso pai redentor, que na Santa Cruz seu sangue derramou. Salve Maria Mãe do nosso Senhor [...].

Mãe Menininha, apesar de sua saúde estar debilitada, presenteou a todos com cantos, carregados de uma mística relaxante e revigorante. Ela pode ser vista, segundo Agier (2015, p. 74) como o “informante privilegiado” que pode ser encontrado em campo, interessada e pronta para conversar sobre tudo.

Observou-se que as manifestações religiosas de matriz africana são as que atualmente encontram maior preconceito e discriminação por parte das demais expressões, como neopentecostais e católica. Do mesmo modo, a manifestação cultural do carnaval é combatida pelos seguidores das religiões neopentecostal. As religiões de matriz africana estão amalgamadas com a doutrina e ritos católicos constituindo o fenômeno do sincretismo religioso, praticadas publicamente na localidade e são as neopentecostais que conta com duas igrejas e a católica, sendo que a metade da população é neopentecostal, outra metade é católica.

Os integrantes do Conselho Pastoral da Igreja católica são considerados lideranças na localidade. A participação social deste estudo foi mediada pelo espaço religioso na medida em que se fazia presente nos eventos religiosos, o que demonstra o significado com que a população do Divino Espírito Santo se reveste da religião.

Na última semana de trabalho de campo, veio a óbito um ancião, considerado um dos guardiões da cultura do povoado. Causou uma comoção geral entre os moradores. Foi quando se teve a oportunidade de conhecer no ritual religioso do velório e sepultamento, o canto de despedida de entes queridos; verificou-se o respeito aos idosos atribuído pela população, muito característico da cultura dos povos indígenas e quilombolas no país. No dia do seu falecimento todas as atividades locais existentes na comunidade foram canceladas, inclusive o encontro que as “Morenas do Divino” agendaram com a incubadora da universidade. Nesse dia foi realizada a “recomenda de alma” com cantos da religiosidade popular e tradicional.

As percepções dos entrevistados apontam para uma prática religiosa centrada no calendário religioso onde se cultua a dor, o sofrimento e a morte. Os acontecimentos mobilizadores são: a sexta-feira santa devotada à morte de Jesus Cristo e ao dia de finados, lembrando dos mortos. Obviamente, que estas comemorações contrastam com a celebração das festas quando se interrompe o cotidiano do trabalho árduo e precário, o cansaço, as dificuldades decorrentes da condição socioeconômica, para viver o descanso, alimentar a esperança de dias melhores.

Pode-se afirmar, com base nas observações realizadas, que a religiosidade é fator de maior mobilização social na localidade. O espaço das festas religiosas devotadas ao padroeiro, tanto reúne a população local, como a de localidades vizinhas. Traduz um espaço de forte sociabilidade, em suma, dos fatos observados referentes à vida religiosa privada e pública dos moradores do Divino Espírito Santo onde se pode verificar que, de fato, a religiosidade tem aí sua expressão individual e social. É fator de coesão e solidariedade. Ocupa um lugar central na cultura local, e opera como uma estratégia de resistência, de reprodução social e cultural.

4.7 RELAÇÕES DE PODER

Percebem-se as relações de poder na microfísica, bem como nas relações entre pessoas, famílias ou grupos organizados, mas não se percebe expressões de poder que considere o conjunto de sua população, no sentido da comunidade étnica. Visualizaram-se expressões das relações de poder na organização de uma festa religiosa, na celebração de rituais religiosos, no Conselho Pastoral Comunitário, e, obviamente no recente empreendimento econômico solidário das “Morenas do Divino”. Não foi identificada uma associação de moradores, um conselho de pais, ou participação de pessoas em alguma organização de caráter público municipal, exceto, a participação política partidária.

Foram consideradas as relações de poder na ordem das práticas da política de partido. Nesta população está o maior número de habitantes, por conseguinte, de eleitores do município de Rio Rufino, depois de sua sede. Portanto, a cada eleição municipal, esta população eleitora encontra-se em disputa política. Seu colégio eleitoral define possibilidades de êxito ou de fracasso, para cargos, quer sejam no executivo, ou legislativo municipal.

Ainda que os candidatos políticos persigam ferrenhamente os eleitores divinenses, e tenham obtido êxito com seus votos, não significa que a correspondência ou devolução em ações no âmbito das políticas públicas para a localidade tem o mesmo sucesso. A descrição etnográfica realizada até o determinado momento permite esta afirmação como será mostrada na análise sobre as políticas públicas adiante.

Ouviu-se a narrativa de um fato curioso. Já foi identificado que a ponte sobre o rio Canoas oferece o único acesso à localidade, pois, nesta travessia em tempos de eleição, a corrida para a conquista de votos (poder político) é tensionada entre os interesses de candidatos a cargos públicos e aos eleitores do Divino Espírito Santo. Dependendo dos interesses em jogo, determinado candidato pode ter livre acesso ou ser barrado na ponte por determinado segmento, obviamente, a favor ou contrário àquela candidatura. São estratégias de controle onde o poder de fora e de dentro encontram-se e conflitam-se.

Ficou notória a divisão política partidária no meio desta população. Quando foi informado ao grupo das “Morenas do Divino” que se pretendia subir a parte alta da comunidade para conhecê-la, e se algumas delas tinham interesse de acompanhar, ao que recusarem, ouviu-se esta resposta: “não, subimos o morro do 45”, uma alusão ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), demonstrando a rivalidade com o outro partido, de número 40, o Partido Socialista Brasileiro (PSB). São os efeitos da política de partido no modelo da democracia representativa.

Excetuando a época de eleição municipal, onde os ânimos esquentam; Grande Otelo, 80 anos, considera que: “Não existe briga aqui entre as famílias. Entre os partidos políticos, isto é normal”.

Contudo, nas entrelinhas, a população sabe que a eleição é um ponto estratégico para possíveis melhorias nas condições de vida da população do Divino Espírito Santo. Mas isso não é suficiente. O pressuposto é que existe uma lacuna na formação política de cada cidadão, para enfrentar as expressões de poder, na modalidade do “mandonismo” e “coronelismo”, sustentados pelo assistencialismo social. Espera-se que a população manipulada politicamente e abandonada nas suas condições de pobreza, faça a travessia para o protagonismo de suas lideranças sociais e políticas, mediadoras de melhores condições de vida.

Joaquim Barbosa, 27 anos, candidato na última eleição municipal manifestou suas preocupações e teria como projeto, em suas palavras:

A cultura do Rio Rufino é o vime. Nós estava pensando em construir um pavilhão para segurar os homens. A gente sai para trabalhar em Braço do Norte. Comentei que não era justo deixar a família aqui e ficar a semana inteira lá. Muitos, perdem data de ver o filho caminhar pela primeira vez, por que está longe trabalhando. Então a gente tinha pensado em trazer uma firma para cá. Outra coisa é o trabalho no fumo, verduras, vime e colher maçã. O pessoal sai na segunda e volta na sexta, passa muito pouco com sua família. Os jovens também não têm emprego.

Das políticas públicas conhecidas e utilizadas, pode-se constatar no trabalho de campo, o Programa do Governo Federal, conhecido popularmente por Bolsa Família. A economia solidária passou a ser conhecida recentemente, com a organização do empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino”. Agrega-se ainda o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que realiza encontros com os idosos, a Unidade Básica de Saúde - UBS e a Escola.

As políticas públicas de saúde e educação são preocupações constantes da população. Existe a exigência de maior presença dos profissionais da saúde na localidade. O médico atende uma vez por semana na UBS.

Elza Soares, 70 anos, afirma que: “A saúde deu uma melhoria depois da construção do posto de saúde. Precisamos de um laboratório para fazer exame porque o transporte é ruim para a gente sair daqui numa precisão”.

4.8 POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE

O direito e a garantia do acesso à saúde estão previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Seção II, Artigos 196 a 200, ficando previsto entre outros que

a saúde é um direito de todos e dever do Estado, com acesso universal e igualitário às ações de promoção, prevenção e recuperação (BRASIL, 1998).

Posteriormente a publicação da Constituição, foi promulgada a Lei número 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, obedecendo a um conjunto de princípios, entre os quais, destacam-se alguns pertinentes ao objeto desta análise:

I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; VIII - participação da comunidade; X - integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico; XI - conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população; XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência (BRASIL, 1990).

O Estado por meio de suas políticas públicas tem uma presença considerada pífia, se considerado que na localidade do Divino Espírito Santo tem um terço da população do município, ou seja, mais de 800 (oitocentos) habitantes. Existe uma Unidade Básica de Saúde com a presença de um profissional médico, uma vez por semana. Para o Plano Nacional de Atenção Básica do Ministério da Saúde, é necessário:

Equipes multiprofissionais compostas, conforme modalidade das equipes, por médicos, enfermeiros, cirurgiões-dentistas, auxiliar em saúde bucal ou técnico em saúde bucal, auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde, entre outros profissionais em função da realidade epidemiológica, institucional e das necessidades de saúde da população (BRASIL, 2012, p. 37).

No período de permanência de estudos no local, pôde-se perceber a demanda do serviço da atenção Básica de Saúde, dado a situação de saúde, sobretudo, das crianças e idosos que estão expostos às doenças características de inverno. Sobremaneira, foi perceptível doenças do sistema respiratório, tais como, rinite, bronquite, sinusite, gerando, assim, desconfortos como coriza, tosse e até febre.

As baixas temperaturas conduzem ao hábito das casas permanecerem totalmente fechadas e com o fogão a lenha sempre aceso durante todo dia. Para muitas famílias é hábito ou necessidade e isso transcorre o ano inteiro. Esta é uma forma de compensar a falta de roupas e agasalhos adequados para proteção de ambientes em casa ou ao ar livre.

Quando a população necessita de atendimento de média e alta complexidade obriga-se ao deslocamento para Lages, a cidade polo regional e que dispõe deste serviço. Destaca-se que na sede do município de Rio Rufino existe a “Casa do Chá”, que presta um serviço de excelência à população. Essa casa resgata ervas medicinais em todo o município, faz todo o processamento técnico resultando numa diversidade de chás, distribuindo-os a população.

Os idosos da população do Divino Espírito Santo trazem em sua memória o uso do chá caseiro. A partir do ano de 2018, o empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino”, está desenvolvendo um projeto “Horto de Produção de Ervas Medicinais”, cuja finalidade é fornecer a matéria prima para ser entregue à Casa do Chá localizada no centro de Rio Rufino ao lado da prefeitura municipal, que produz cremes, sabonetes, xaropes, chás, bem como produtos para a higiene, beleza, saúde para distribuir gratuitamente à população.

Atualmente a prefeitura de Rio Rufino adquire a matéria prima, os chás, de outros municípios. Logo, o horto do Divino Espírito Santo poderá disponibilizar a matéria prima para a fabricação dos referidos produtos.

4.9 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Refletindo a questão da desigualdade social no país, Menicucci (2002), citado no Plano Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 44), afirma que “o novo paradigma para a gestão pública articula descentralização e intersetorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território”.

De acordo com a PNAS/2004, “são funções da Assistência Social: a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância social; e a defesa dos direitos socioassistenciais” (BRASIL, 2004, p. 90). Está visível, que a política nacional de assistência social é uma estratégia de combate à desigualdade social, de inclusão social e de garantia da qualidade de vida para as pessoas.

A localidade do Divino Espírito Santo, vista como um território de vulnerabilidade social, em um diagnóstico superficial, realizado durante o período de pesquisa no local; foram identificadas lacunas em diferentes políticas que estão relacionadas com a política de assistência social. Quando há necessidade de buscar o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), as pessoas precisam se deslocar 12 (doze) quilômetros até a sede do município, tendo que enfrentar estrada de chão, transporte precário, e as intempéries climáticas.

Exceto a aposentadoria, que proporciona para algumas famílias transferência de renda, os demais cuidados de competência da Assistência Social, minimamente, careceriam de uma rigorosa avaliação. Inclusive o Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico. Um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda, existentes no País – encontra-se indevidamente realizado. As famílias devem ser cadastradas com renda mínima de até meio salário mínimo por pessoa, tanto do meio urbano, como do meio rural em todo o município. Este cadastro é a porta de entrada para as famílias ou pessoas terem acesso aos programas sociais do governo.

4.10 POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Na introdução deste descritor, reporta-se à educação na origem da ocupação da terra. Evidentemente que a escola só foi conhecida posteriormente. Sabe-se que em Lages, a educação pública chegou tardiamente, em 1912, e seu marco é o colégio Vidal Ramos, também conhecido por “Colégio Rosa”, onde o acesso também foi restrito à classe média. O que dizer da presença da escola em longínquos espaços da região? Os primeiros negros ocupantes das terras não conheceram a escola. A geração com quem foi dialogada nesta pesquisa, entre 60 (sessenta) e 90 (noventa) anos, tiveram acesso à escola até o terceiro ano primário. Dificuldades de mobilidade constante e necessidade de os filhos auxiliarem no trabalho para o sustento da família interferiu no acesso e conclusão dos anos escolares oferecidos pelo Estado.

Mãe Menininha, 72 anos, atesta que: “Cheguei ir na escola, mais meu pai não parava; ele se mudava muito, quando eu queria aprender numa aula ele se mudava, acho que andei estudando até o terceiro ano. Eu era da roça, da lavoura, trabalhei em muitas casa”.

A Educação do campo é um conceito recente e em disputa. Emerge contrapondo ao conceito de educação rural tradicionalmente utilizado no sistema educacional brasileiro. Enquanto que a educação rural se referenciou num paradigma que não reconhecia a população do campo como sujeito da educação com sua identidade, necessidades e interesses específicos, a educação do campo reconhece a especificidade, diversidade e complexidade dos sujeitos do campo. São sujeitos de direitos.

Nesta compreensão está imbricado o conceito do campo, como lugar de vida, de cidadãos que tem sonhos e projetos de vida. O campo não mais hierarquizado em relação à cidade, identificado como um lugar inculto, atrasado e inferior. Cidade e campo são realidades complementares, com suas especificidades e potencialidades.

A política da educação do campo é uma conquista relativamente recente do Movimento Nacional da Educação do Campo. A partir de 2004, o Ministério da Educação por meio da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) oficializou as demandas deste movimento existente desde a metade da década de 1990. Segundo esta Secretaria, ela:

Promove a articulação e convergência das agendas para garantir o direito de todos à educação, com qualidade e equidade. Para orientar políticas públicas educacionais que articulem a diversidade humana e social aos processos educacionais desenvolvidos nos espaços formais dos sistemas públicos de ensino, devem ser consideradas as questões de *raça, cor, etnia, origem, posição econômica e social*, gênero, orientação sexual, deficiências, condição geracional e outras que possam ser identificadas como sendo condições existenciais favorecedoras da exclusão social. Jovens que se encontram fora da escola, adultos não alfabetizados, comunidades indígenas, *comunidades quilombolas*, pessoas com deficiência, *estudantes em situação de vulnerabilidade social*, são apenas alguns exemplos de grupos historicamente excluídos da escolarização (BRASIL, 2004.)

A SECADI foi instituída para atender no sistema educacional brasileiro, aqueles segmentos sociais que historicamente a sociedade brasileira tem dívidas históricas a serem resgatadas e jubiladas. Foram negadas, desrespeitadas ou não reconhecidas em suas expressões diversas. Elas são apresentadas no escopo acima, ou seja, questões de *raça, cor, etnia, origem, posição econômica e social, gênero, comunidades indígenas, quilombolas*, para se ter alguns exemplos.

Neste contexto de promoção de equidade, valorização da diversidade e inclusão, a SECADI, desenvolve diferentes modalidades de educação estabelecidas em Lei: Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos; Educação do Campo; Educação Escolar Indígena; Educação Escolar Quilombola; Educação para as Relações Étnico-raciais; Educação em direitos humanos. (BRASIL, 2004).

Foi identificado no Divino Espírito Santo, um Centro de Educação Infantil, inaugurado em 1984 que conta atualmente com 34 (trinta e quatro) crianças divididas em quatro 04 (quatro) turmas, atendendo faixa etária entre zero (0) e 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses. São 07 (sete) professores, 01 (uma) monitora, e 03 (três) funcionárias. Próximo a esse espaço encontra-se a escola multisseriada instalada em prédio de 1998. A escola oferece acesso do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental. Nesse ano estavam matriculados 80 (oitenta) estudantes distribuídos em três salas de aula. Atualmente encontram-se 34 (trinta e quatro) estudantes, 05 (cinco) professores e 01 (um) funcionário. No período vespertino, a escola recebe estudantes de outras localidades, como Rio do Leste, Itoupava e Tamanduá.

Se um estudante conclui esta etapa de escolarização e deseja continuidade em seus estudos, deve deslocar-se doze quilômetros até a sede do município para ingressar no restante

do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Não se entrará no mérito aqui se o curso oferecido em nível de Ensino Médio está relacionado com os interesses e necessidades destes jovens que vivem do campo.

Há uma questão anterior de alta relevância para esta análise. Ou seja, quando se esteve em campo ouviram-se vozes manifestando surpresa e sentimentos de ansiedade diante de uma ameaça à escola básica existente. É que o Poder Público do município vem pondo em pauta o fechamento da escola para ser nucleada ou reunida com outras escolas na comunidade vizinha de Rio do Tigre. Esta política se associa ao fechamento de escolas do campo por todo o país. “O fechamento de escolas em áreas rurais do Brasil só vem crescendo. De acordo com um levantamento da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, de 2002 até o primeiro semestre de 2017, cerca de 30 mil escolas rurais no país deixaram de funcionar” (BRASIL DE FATO, 2018).

Deve-se lembrar a legislação 12.960/2014, que praticamente proíbe o fechamento de escolas do campo. Nas últimas três décadas o fechamento de escolas do campo foi mais de 30.000 (trinta mil) escolas. O teor da referida Lei consta no

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: "Art. 28. Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escola" (NR – BRASIL, 2014).

A lei não deixa dúvida. O fechamento de uma escola do campo, não se circunscreve exclusivamente à esfera governamental, passa pelo sistema de ensino depois de um diagnóstico sobre os impactos do fechamento, e, mais importante, a manifestação da comunidade escolar (leia-se: estudantes, professores, técnicos, direção e a comunidade beneficiária), os primeiros interessados no objeto de análise.

Fechar uma escola do campo é sinônimo de fechamento da comunidade do campo. Tem primeiramente um impacto emocional, ainda que o número de estudantes seja de número reduzido, a criança, o adolescente tem o direito de estudar onde vive. O marco legal da Educação do Campo é claro em afirmar que a escola do campo tem uma identidade própria, ancorada na realidade dos estudantes, seus interesses e necessidades, saberes e fazeres (RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002).

Quando o Poder Público fecha uma escola do campo, regra geral, ele está referenciado na razão instrumental. Ou seja, a sua lógica é embasada no cálculo econômico, em critérios político-financeiros. Esta lógica se opõe à visão de uma educação social de qualidade, seguindo

nos caminhos do educador, filósofo da educação, professor Paulo Freire que é reconhecido mundialmente como um pedagogo comprometido com uma educação transformadora onde o domínio da palavra só tem significado e sentido se for contextualizada, ou seja, relacionada com o universo cultural, econômico, político em que vive o educando e um direito subjetivo do cidadão, constituindo-se um dever do Estado oferecer o acesso. Então, a lógica é político-pedagógica para liquidar com a nefasta política de esvaziamento do campo.

As instituições públicas materializadas na comunidade como uma Unidade Básica de Saúde, uma escola, um Centro de Educação Infantil, além dos serviços que prestam, são símbolos fortes de representação do Estado, cujo dever é de indutor do desenvolvimento social, cultural e econômico daquela comunidade.

Para onde apontam os descritores identitários? Desenvolveu-se na sequência um primeiro rascunho da identidade cultural constituída pelo conjunto dos descritores acima. Serão feitas algumas ponderações considerando-as estruturais, porque elas contêm elementos para se pensar e desenvolver projeto de futuro envolvendo a população do Divino Espírito Santo e a ação do Estado por meio de suas políticas públicas.

O Estudo resume-se em duas potencialidades: a primeira, explicitada acima, reside na premissa de que na origem do povoamento do Divino Espírito Santo, as primeiras famílias são oriundas da condição de escravizados, e em grandes fazendas da região encontraram e assentaram-se em terras devolutas, ou seja, terras que não foram trespassados do Poder Público a particulares. Não havia proprietário. Portanto, a condição de posseiros lhes garante a propriedade da terra atualmente. A segunda emerge de uma pergunta imbricada na primeira premissa, mas que será refletida com mais propriedade na sequência. Este núcleo de famílias afrodescendentes está habitando praticamente um século naquela terra e que agora já ultrapassa a duzentas famílias, no entanto será que não pode ser identificado como uma população remanescente de quilombo, também denominado de comunidade rural negra? Ao longo deste período o grupo não se configura como uma identidade coletiva quilombola e, portanto, na condição de destinatária, ainda não tem direitos formulados pela legislação brasileira a serem pleiteados e adquiridos?

O termo “remanescente de quilombo” é usualmente utilizado no âmbito do território nacional. Contudo, a colonização europeia em Santa Catarina encapsulou outros grupos étnicos históricos como populações indígenas, afrodescendentes e caboclos.

Em Santa Catarina, por se ter essa situação particular de imigração, a gente não usa muito o termo “remanescente de quilombos”, e sim o termo “comunidades negras”. Por que em Santa Catarina encontram-se situações de fato, mas não da forma que a gente chama de comunidades remanescentes de quilombos. São comunidades negras que passaram por processos muito diferenciados. Elas estiveram sempre no embate,

com populações, inclusive as oriundas de outras nações, principalmente europeias, e que deram ao estado uma nova característica. O estado passou a ter uma característica eminentemente europeia. Inclusive, é alardeado a quatro cantos hoje em dia que é o estado mais branco do país (BRASIL, 2000, p.114).

A população negra foi sistematicamente enfraquecida pela insistente política de branqueamento da raça, negando qualquer possibilidade da diversidade étnica racial. Devido a este contexto histórico específico do Estado, neste texto será mantido o termo comunidade rural negra, entendendo-o pelo mesmo fato conhecido por remanescente de quilombos, ou, ainda população quilombola, existentes pelo país afora.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária²⁶,

O termo quilombo é uma categoria jurídica usada pelo Estado brasileiro a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988, visando assegurar a propriedade definitiva às comunidades negras rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, bem como ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata. Nesse sentido, há outras terminologias para o termo quilombo, como Terras de Preto, Terras de Santo, Mocambo, Terra de Pobre, entre outros (INCRA, 2017, p. 4).

Não foi encontrado no discurso dos interrogados a autoidentificação, seja individual, seja coletiva de se constituírem uma população quilombola. Mas, é perceptível uma diferenciação na relação deles com os outros, isto é, com os demais habitantes do município, por sua forma de organização social, características biológicas, valores culturais compartilhados e formas de comunicação, como se vê na definição de Barth (1976) e Cunha (1986).

A descrição de quilombola apresentada pelo INCRA tem proximidade com algumas afirmações dos entrevistados. O que pode ser identificado nos itens do pertencimento grupal, trajetória histórica própria, práticas religiosas de matriz africana, embora silenciada devido à hegemonia de outras expressões religiosas, como a ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata. Terra de pretos - É um dos classificadores que aponta para um grupo étnico como característica das comunidades quilombolas brasileiras. Destacou-se especial atenção à afirmação do entrevistado “Aqui a maioria dos moradores são parentes. Primo casa com primo, e assim vai”, o que demonstra uma estratégia de reprodução física e sócio-étnico-racial e resistência em relação ao outro, ao diferente.

²⁶Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>
Acesso em: 03.08.2016

Quando se esteve entre as pessoas que residem na sede do município de Rio Rufino, onde “morenos”, como foi visto, essa denominação utilizada por estes moradores, comerciante e até gestores públicos; é perceptível, a diferenciação existente. Um dos sinais diacríticos que foi observado é a característica do “sotaque”, isto é, a pronúncia ou o modo de entoar as palavras quando fala um morador da sede e quando fala um morador da localidade do Divino Espírito Santo.

Na reprodução social do grupo, percebe-se a utilização de estratégias em vista do pertencimento ao coletivo e de afirmação da identidade étnica, ainda que algumas alianças sejam estabelecidas por fora. Ademais, as fronteiras étnicas, mesmo inconscientes das populações do território mais amplo, no qual se encontrou o objeto desta pesquisa, são notórias para o observador externo.

Neste contexto da afirmação de pertencimento étnico, o INCRA reconhece que:

É universal o fato de que os membros de um grupo social qualquer têm a plena consciência de pertencer ao seu grupo, adotando e praticando de forma espontânea, em alguma medida, suas regras, costumes e valores. Mesmo diante de um grande afastamento geográfico do seu território e de seu grupo ou diante de uma proibição política de uma minoria étnica reprimida se expressar enquanto tal, não desaparece nos indivíduos em uma dessas situações a consciência de ser o que é (INCRA, 2017, p. 6).

Um critério que não deve ser desprezado para destacar a possibilidade de configuração de comunidade rural negra é o território, aqui visto como a terra de morar e de plantar. Ele deve ser visto como o elemento mais importante na análise do grupo étnico que reflete a identidade coletiva. No caso em cena, as famílias exercem de forma privada o domínio sobre um pedaço desse território, materializado na casa, raramente em um quintal.

O que não foi identificado foi a porção de área no entorno da vila, comumente destinado às roças. Como visto no testemunho dos entrevistados, no passado eram cultivados: milho, feijão, arroz, batata, bem como criação de animais de pequeno porte numa economia de subsistência. Por que na contemporaneidade, este território ficou reduzido ao lote e à casa de moradia? Nesta relação entre o território e o grupo étnico, o INCRA é enfático:

[...] no contexto de um grupo étnico são as pessoas que pertencem ao grupo social e ao território, e não o contrário, como ocorre em nossa sociedade, onde a terra pertence aos seus donos. Ser membro de um grupo étnico é se submeter a uma série de regras sociais estabelecidas pela tradição e perpetuadas geração após geração. E isso ocorre, a despeito das pessoas manterem sua autonomia enquanto indivíduo e dessas regras tradicionais se alterarem ao longo do tempo. Ou seja, tradição não é submissão e nem estagnação absoluta (INCRA, 2017, p. 7).

As observações de campo permitem afirmar que a terra onde reside a população do Divino Espírito Santo sofreu mutilações históricas. Hoje, o espaço ocupado está reduzido ao lote e a moradia, entretanto, as indicações demonstram que foi terra de morar e de plantar. As habitações estão estruturadas numa vila no meio rural, e o espaço de criar animais e de plantar inexistem, submetendo, então, homens e mulheres ao deslocamento para encontrar trabalho fora de sua localidade.

Para arrematar a segunda premissa a partir dos depoimentos apresentados nas entrevistas e por critérios apresentados pelo INCRA: os moradores da localidade do Divino Espírito Santo podem ser considerados uma população de comunidade rural negra, pelos seguintes sinais diacríticos, a começar: presença de um assentamento populacional de quase um século de existência; não se encontra título público desta terra, e não há demarcação da área sendo ocupada atualmente exclusivamente para moradia. Por conseguinte, no passado foi terra de moradia, de trabalho para plantio e criação de animais numa economia de sobrevivência. Nos termos do INCRA, o qual identifica um território que:

Se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida da configuração sociológica, geográfica e histórica que os membros da comunidade construíram ao longo do tempo, em sua vivência sobre a mesma. Assim sendo, um território seria um ente que sobrepõe a terra e a carga simbólica agregada a mesma, a partir de seu uso pleno e continuado pela ação de um determinado grupo humano (INCRA, 2017, p. 7).

Em outros termos, observa-se que no território do Divino Espírito Santo, um agrupamento humano de população afrodescendente fez história. Tem se reproduzido física, social e culturalmente de geração em geração; na cultura, liam-se também suas expressões religiosas de matriz africana, portanto, este território sobrepõe-se a terra, pois há uma carga simbólica agregada a mesma. Negros e negras pobres que, na sua origem, abandonaram o trabalho de povo escravizado em grandes fazendas de criação de gado da região e foram em busca de uma “terra sem mal” no espaço que significou também “esconderijo” e “proteção”. Portanto, trata-se de uma comunidade com fortes vínculos com o passado.

As premissas podem ser problematizadas, afirmadas ou negadas. Podendo-se cair na armadilha de abandoná-las ou desacreditá-las, mas não é o caso. Esta investigação acadêmica, não tem a pretensão de convencer ou ideologizar determinadas posições. Obviamente, não negamos nosso engajamento e compromisso com as causas de nossos sujeitos de investigação, como já tivemos oportunidade de anunciar nos procedimentos teóricos e metodológicos.

Um dado, de natureza acadêmica abotoou a construção dos argumentos, cujo objetivo tem sido o de demonstrar a origem da população e do atual assentamento (premissa I), e apontar

para os sinais diacríticos configurando uma população remanescente de quilombo (premissa II).
Vejam os:

O conceito antropológico revela que as comunidades remanescentes de quilombo não precisam mais ter um passado que as configurou como resultado de escravos fugidos. Isso já mudou, pois, o fato de serem constituídas quase que por uma única etnia define sua condição de quilombola. Para a Associação Brasileira de Antropologia (ABS), citada em Quilombos e São Paulo (1997, p.47), quilombo “é toda a comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado (LIMA; SILVEIRA, 2000, p. 41).

As pessoas participantes nesta investigação demonstraram fortes vínculos socioculturais com o passado, na reprodução física e social da população, incluindo a religião de matriz africana presente na localidade, em altares observados nas casas, onde juntamente com imagens de santos e santas católicos, estão presente imagens do preto velho e relato de oferenda aos orixás nas encruzilhadas, a forma de reverenciar os mortos com cantos específicos e a recomenda das almas, bem como a forma de velar os mortos, a forma do trabalho voltado basicamente para o cultivo da terra.

Nesta perspectiva, o conceito de quilombo apresenta nova configuração:

[...] quilombo passou a ser considerado um agrupamento de afrodescendentes com cultura própria, formado antes ou depois da Abolição e com história ligada à escravidão. Esta definição foi adotada pelo Estado, fato que facilitou o processo de reconhecimento. No sentido histórico, o quilombo é aquele que viveu no quilombo. Com a resignificação, o quilombo passou a ser todo afrodescendente que se declare como tal. Como historiadores, então, não podemos designar comunidade remanescente de quilombo aquela que não se originou de escravos fugidos (LOPES, 2000, p. 153).

A luta política pelo reconhecimento quilombola é basicamente o reconhecimento das terras e a titulação das mesmas, assim os moradores da localidade do Divino Espírito Santo, deverão se reconhecer quilombolas ou comunidade rural negra e reivindicar o reconhecimento do Estado consignado em legislação a partir da Constituição Federal de 1988.

Nesse ponto, pensou-se no projeto futuro que se deseja investigar nos depoimentos colhidos no trabalho de campo. Eles, como afirma Souza (2017), pela sua condição de pobres desprovidos de capital social e cultural, são “presentistas”, ou seja, não projetam o amanhã, não refletem a partir de possibilidades reais do presente histórico, lançando-o para o futuro numa perspectiva teleológica. Esta constatação não significa que esta condição não possa se modificar. Se num passado mais remoto, as comunidades tradicionais, como por exemplo, a população guarani no sul do continente latino-americano formulou seu mito da “terra sem mal”, é plenamente possível a população em causa, pensar seu projeto de futuro:

Este é o projeto de futuro para a localidade, o reconhecimento de pertencimento negro e quilombola. Bater no peito e lutar por demarcação territorial. [...] muitas comunidades negras rurais não possuem documentos formais de posse da terra. Outras apresentam alguma irregularidade quanto à documentação. Algumas comunidades extraviaram os documentos. Fatores de ordem cultural, burocrática e econômica levaram a este fim [...] (LOPES, 2000, p. 158).

Para além da demarcação da terra, o projeto de futuro desta população deverá incluir um segundo passo a ser implantado em qualquer território de assentamento, reassentamento ou mesmo tradicional, quer seja: um projeto estratégico de desenvolvimento de base local sustentável. Este projeto, de certa maneira, pode ser visibilizado a ser desenvolvido na sequência desta investigação etnográfica.

Como foi ponderado acima, a partir da afirmação de Roice (1982), que na contemporaneidade a identidade étnica passou a ser um fenômeno poderoso, em nível afetivo e político, mesmo de modo inconsciente, sugeriu-se que ela deverá ser assumida pela população do Divino Espírito Santo, como uma estratégia de afirmação de territorialidade e de suas respectivas reivindicações de direitos e de políticas a serem desenvolvidas pelo Estado. Em outras palavras, a apropriação da identidade será estratégica para a efetivação de projeto futuro. Este caminho, presume-se, não será feito sem a implementação de processos educativos formais, não formais e informais.

Para demonstrar indícios do resgate histórico da afirmação de identidade cultural e do desenvolvimento da estratégia em vista da concretude do projeto de futuro na iniciativa de um grupo de mulheres da localidade que se organiza em um empreendimento econômico solidário. Considerando o dinamismo da educação popular, bem como da economia solidária perpassando pela educação que se caracteriza como espaço privilegiado de leituras da realidade local, combinada com as políticas públicas e os movimentos sociais, indo além dos muros escolares, o ambiente alfabetizador com acesso a múltiplas formas de leituras do mundo e projetos culturais.

Sendo assim, capaz de dar uma efetividade e uma dimensão mais plena ao processo de aprender, uma educação independente da faixa etária a que pertence e até independentemente do grau de escolaridade que já tenham adquirido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve o objetivo geral de descrever, etnograficamente, a população da localidade do Divino Espírito Santo, município de Rio Rufino, SC. Foram enfatizados alguns descritores que apontam para sua identidade cultural e sua inserção no campo da economia solidária, por meio do empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino” assessorado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

O desdobramento em objetivos específicos foi formulado nos seguintes termos: a) descrever o processo de incubação do empreendimento econômico solidário e seu significado para os sujeitos protagonistas; b) descrever os descritores identitários da população da localidade do Divino Espírito Santo, tais com: origem da população, ocupação e construção do território, mundo do trabalho, habitação, religiosidade, relações de poder, políticas públicas de saúde, assistencial social, educação, e projeto de futuro; c) demonstrar a possibilidade de vislumbrar esta população como remanescentes de quilombo.

Nos procedimentos metodológicos e teóricos, seguiram-se com relativa liberdade, os ditames da pesquisa etnográfica. O trabalho de investigação, no seu conjunto, resultou em três momentos: o primeiro, aquele tempo inicial e corrente do mestrado, pelo período de quase um ano, no qual se teve contato com a teoria, leituras etnográficas, conhecimento do método etnográfico, conceitos básicos, condição de preparação para avançar na investigação. O segundo: foi quando o projeto de pesquisa foi elaborado, definindo tema, objeto, campo empírico, metodologia, delineamento da investigação, referenciais teóricos. O terceiro: concomitantemente, movida pelo compromisso da pesquisa, participamos do Grupo de Pesquisa GEDETER e das ações de incubação da ITCP ao empreendimento das “Morenas do Divino”. Portanto, esta investigação resultou da orientação do fazer etnográfico: preparação teórica, realização de trabalho de campo por um tempo prolongado de 19 (dezenove) dias residindo no campo empírico de pesquisa para desenvolver as habilidades do conhecimento próprio das ciências sociais, ou seja, observar, ouvir e escrever; foi utilizado o caderno de campo, realizadas entrevistas com 12 (doze) pessoas em idades que variaram de 20 (vinte) a 97 (noventa e sete) anos.

Com finalidade de demonstrar o contexto do cotidiano da acadêmica junto à população pesquisada, descreveu-se a vivência no trabalho de campo, refletindo-o como uma mediação pedagógica geradora de conhecimentos para educação formal e não formal. Dos três momentos desta investigação, este situado no meio, foi surrealista. Esta vivencia demarcou o percurso da

pesquisa pondo uma fronteira e desta acadêmica desprovida do necessário aprofundamento da abordagem antropológica.

Deste fato, emergem lacunas, limites de conhecimento que podem comprometer a qualidade social na prática docente, seja educação formal ou não formal. Teve-se a oportunidade neste relato de confrontar as experiências de campo, com referenciais teóricos da literatura antropológica em que permitiu dialogar com a comunidade acadêmica com pares que já estiveram em outros trabalhos de campo, realizaram outras etnografias, outros temas de pesquisa, com propriedades nas quais se era apenas principiante.

Este percurso foi realizado com engajamento e compromisso de produzir um conhecimento voltado para a transformação social e impulsionador de utopias possíveis de serem realizadas.

O objeto de pesquisa engendrou-se a partir de dois vieses advindos da observação e de inquietações. O primeiro viés foi o interesse em conhecer a identidade cultural da população que habita o território do Divino Espírito Santo, portanto, foi de ordem étnico-cultural. O segundo viés originou-se em motivações que tiveram suas raízes na história de vida da pesquisadora, a formação profissional e engajamento em lutas sociais em movimentos negros antirracistas, no combate intransigente do preconceito, expressões de intolerância e por uma sociedade multiétnica e intercultural.

Para os pesquisandos tornou-se relevante saber se é possível identificar a configuração cultural de uma população remanescente de quilombolas. Afinal, esta confirmação, ou pelo menos, indicação a médio ou longo prazo, poderia alterar os rumos da história desta localidade, demonstrando desse modo as implicações socioculturais e políticas de um conhecimento para a transformação social.

A observação curiosa do processo de incubação do empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino” foi a principal mediação para o acesso e conhecimento da localidade por diversas incursões realizadas antes do trabalho de campo.

Para demonstrar alguns indícios de resgate da identidade cultural e desenvolvimento de projeto de futuro, cuja centralidade está na busca da emancipação social, a mesma foi descrita através de algumas ações, fatos que trazem à tona o processo de incubação do empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino”.

Convém destacar nesta reflexão a metodologia de incubação referenciada em alguns dispositivos da educação popular, como: o diálogo pedagógico, o intercâmbio e formação de rede entre empreendimentos, a importância do poder público e entidades apoiadoras no fomento à economia solidária; o significado simbólico da mesa e da comensalidade, a aposta no

protagonismo dos sujeitos do empreendimento; o respeito e complementariedade dos conhecimentos populares e acadêmicos.

Finalmente, apontou-se o significado desta iniciativa para suas protagonistas, ou seja, mulheres, mães, afrodescendentes, pobres, ocupadas anteriormente no trabalho doméstico ou em lavouras de maçãs, fumo e vime, com rendimentos mensais abaixo do salário mínimo praticado no país.

Não obstante, as crises e contradições vivenciadas pelo grupo de mulheres das “Morenas do Divino”, a pesquisa demonstrou evidências notórias de conquista de autonomia e emancipação individual e social de suas integrantes. Ainda que muito recentemente tenha transitado da pré-incubação à incubação, o empreendimento vem se constituindo numa referência no campo da economia solidária para o município e território do Planalto Catarinense. Ou seja, poderá ser reconhecido como uma prática educativa de saída da pobreza e conquista de emancipação social, conectado com o desenvolvimento de base local sustentável do território.

Pôde-se afirmar ao final da descrição da incubação do empreendimento econômico solidário “Morenas do Divino”, que a economia solidária é uma ação política que se faz para dar resistência e alternativa ao que está estabelecido. Questiona as relações desiguais e patriarcais para construir e reconstruir cotidianamente novas relações econômicas e sociais.

Dos aportes mais significativos encontrados nesta investigação, podemos destacar: o primeiro está relacionado aos descritores identitários que nos aproximaram da identidade cultural da população. A seleção dos descritores deu-se à luz de referenciais teóricos e a partir do diálogo estabelecido com os entrevistados no trabalho de campo. Após a análise deste conjunto de sinais diacríticos sustentou-se duas premissas que surgiram da indagação: de onde vieram e como esta população ocupou a terra habitada por um século.

Qual a primeira premissa? **Na origem do povoamento do Divino Espírito Santo**, as primeiras famílias são oriundas da condição de povos escravizados em grandes fazendas na região, os quais se organizaram para encontrar um lugar de proteção, pois o espaço geográfico da comunidade entre as montanhas pode denotar busca de refúgios. Os depoimentos indicam que na origem esta população ocupou terras devolutas. Ou seja, terras que não foram trespassados do Poder Público a particulares, não havia proprietário. Portanto, as condições de posseiros lhes garantem a propriedade da terra atualmente. Presume-se que na ocupação desta terra, foi concebida como pertencente a quem ali chegasse, era um bem coletivo, e sua destinação seria para morar e trabalhar. O trabalho na origem da ocupação e posteriormente configurou uma economia de subsistência. Nossas pressuposições foram referenciadas nos

depoimentos de campo e no fato de não se encontrar escrituras dos lotes. Nos limitados arredores existentes, a terra continua sendo pública, pois qualquer necessidade de um terreno, o interessado ou a população necessitam recorrer ao Poder Público.

A segunda premissa decorre da constatação acima, e iniciou-se com os seguintes questionamentos: **Este núcleo de famílias afrodescendentes ao habitar praticamente um século naquela terra e que agora já ultrapassa a duzentas famílias, não pode ser identificado como uma população rural negra?** Ao longo deste período o grupo não se configuraria como uma identidade cultural quilombola e, portanto, na condição de destinatária, não tem direitos formulados pela legislação brasileira a serem pleiteados e adquiridos?

A literatura demonstrou que o termo “remanescente de quilombo” é usualmente utilizado no âmbito do território nacional. Em Santa Catarina, o mesmo fenômeno, ainda que, com suas nuances, é denominado de “comunidade negra”. Devido ao processo de colonização europeia, por sua vez, as respectivas identidades autodefinidas pela ideologia do pioneirismo, acabaram encapsulando os outros grupos étnicos históricos ou povos originários como indígenas, afrodescendente, cafuzos e caboclos. A análise desta segunda premissa, também considerou todos os descritores identitários confrontados com a descrição de um quilombo apresentada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Ou seja, a terra para morar e plantar, o território, modo de vida, religiosidade, reprodução física e cultural caracterizando um grupo étnico; a reprodução física e social indica sentido de pertencimento grupal e linguagem.

É necessário considerar que o conceito de território é central na caracterização de um quilombo. As observações realizadas permitem afirmar que a terra onde reside a população do Divino Espírito Santo sofreu mutilações históricas, está reduzida ao espaço de moradia. Entretanto, as indicações demonstraram que a terra sempre foi concebida como lugar de morar e de plantar para subsistência. As habitações estão estruturadas numa vila no meio rural, o espaço de criar animais e de plantar inexistente, submetendo, então, homens e mulheres ao deslocamento para outros espaços em busca de trabalho. A resposta à segunda premissa que partiu da indagação acima é sim, se está diante de uma “comunidade rural negra”, para não utilizar os termos: “população remanescente de quilombo”. Pois em Santa Catarina, devido à especificidade da imigração, principalmente europeias, os embates ocorridos nas comunidades negras com outras nações culminaram com o uso do conceito de “comunidade rural negra”.

O estudo não pretendeu esgotar esta questão, mas constata esta realidade, o que requer outros estudos, busca de novas informações a ser complementado com outros conhecimentos. Espera-se que este estudo de alguma maneira, se constitua numa resposta afirmativa, à pergunta de campo que poderia emergir dos sujeitos encontrados no campo: “Você veio aqui, mas o que

pode fazer por nós? ” Os achados desta pesquisa poderão, quiçá, contribuir, sobremaneira, no projeto de futuro do Divino Espírito Santo, como apontado acima.

Esta investigação chega ao seu final incompleta. Novas pesquisas deverão ser desenvolvidas para aprofundar questões aqui não aprofundadas, nem trazidas a lume para apontarem novas luzes e outras contribuições.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Otávio; ESCOBAR, Marco Lunardi. **Aspectos histórico-legais das rinhas de galo na Paraíba: Uma prática cultural e problema socioambiental.** Revista Memória em Rede, Pelotas, v.4, n.10, jan./Jun.2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9432/6156>

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste do Paraná.** Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH/USP. São Paulo, 1981

ADAMS, T. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado.** Aparecida: Idéias & Letras, 2018.

ADAMS, Telmo. MORETTI, Cheron Zanini. **Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do Sul, Educ. Real.** Porto Alegre. v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011.

_____. **Reflexões sobre mediações pedagógicas, trabalho e tecnologias.** Cad. Pesq. São Luís, v. 25, n. 1, jan. /Mar. 2018. p. 179-193.

_____. **Educação popular, mediações e alternativas pedagógicas: um diálogo com APPEAL.** Estância de Pós-Doutorado. Relatório, 2018.

_____. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado.** Aparecida, SP. Ideias & Letras, 2010.

AGIER, Michel. **Encontros Etnográficos, interação, contexto, comparação.** São Paulo: Unesp; Alagoas: Edufal, 2015.

ALCOFORADO, L. CORDEIRO, A. M. Rochette; FERREIRA, Antônio Gomes. Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável. In: CORDEIRO, A. M. Rochette; ALCOFORADO, Luís. FERREIRA, A. Gomes. (Coords.) **Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável.** Departamento de Geografia – Faculdade de Letras. CEIS 20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Universidade de Coimbra. Portugal, 2014.

AMADO, Janaína. Nós e o espelho. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena; Org. **História Oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Fiocruz / casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getulio Vargas. P. 105-112. 2000.

ARCANJO, Maria Silva de; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos. **A Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: Avanços e Retrocessos.** 2017. Disponível em <https://fpabramo.org.br/csbs/wpcontent/uploads/sites/3/2017/04/T07Perseu13.ARCANJO_OLIVEIRA.pdf> Acesso em 09/11/2017.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla.** Florianópolis: Cortez Editora, 1984.

BARTH, Fredrik. **A Análise da Cultura nas Sociedades Complexas.** In: O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000.

_____. **Los Grupos Étnicos e sus Fronteras**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1976. Disponível em: http://www.cedet.edu.ar/archivos/Bibliotecas_Archivos/id40/Barth-Los-grupos-etnicos-y-sus-fronteras.pdf. Acesso em: 19.10.2018

BORGES, Maria de Lourdes; SHOLZ, Robinson Henrique; ROSA, Graciema Fátima da Rosa. Produção de sentido do trabalho para recicladores por meio da ressignificação da identidade, aprendizagem e superação. In: SCHOLZ, Robinson Henrique. **Economia Solidária e Incubação: uma construção Coletiva de Saberes**. São Leopoldo, RS: Oikos, p. 60 – 82. 2014.

BRANCO, Nelissa Gevaerd Colossi; PAES, Elsa Gomes; BRANCO; Juliana Aparecida Piccoli; YAMAGUCHI, Cristina Keiko. DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A INOVAÇÃO NA SERRA CATARINENSE. In: YAMAGUCHI, Cristina Keiko; TURRA, Neide Catarina; STRASSER, Andréia Teresinha Borges. Org. **Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense**. 2.ed; Lages: UNIPLAC. p. 163-182. 2016.

BRASIL DE FATO. **Uma visão popular do Brasil e do Mundo**. Site de notícias. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos/>. Acesso em 18.09.2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 02.10.2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 1.10.2018

_____. **Decreto nº 12.960, de 27 de março de 2014**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde**. Brasília. 2013.

_____. **Quilombos no Brasil**. Fundação Cultural Palmares; Ministério da Cultura/MinC, 2000.

_____. **Fórum Brasileiro da Economia Solidária. FBES**. Brasília. 2005. Disponível em: <http://fbes.org.br/o-fbes/>. Acesso em: 1.10.2018

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 18.09.2018

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. NOB/SUAS. Brasília, 2004.

Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 18.09.2018.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. CP/DF Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012000000100006. Acesso: 21.09.2018.

_____. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Resolução CNE/CEB nº1, de 03 de abril de 2002**. Brasília, 2002.

_____. Ministério do Trabalho. Economia Solidária. Brasília, 2015. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>. Acesso em: 24.09.2018.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**. Brasília: DOU, 17.2.1998.

Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104091/lei-de-crimes-ambientais-lei-9605-98>. Acesso em: 30.09.2018.

CERATO, Daiana Schwengber. Intervenção psicopedagógico: Educação Ambiental como um caminho de transformação. In: SCHOLZ, Robinson Henrique. **Economia Solidária e Incubação**: uma construção Coletiva de Saberes. São Leopoldo, RS: Oikos, p. 47– 59. 2014. Disponível em: http://www.ufrs.br/edu_realidade. Data de acesso: 01/11/2011.

COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis**: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso Da Escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017. Disponível em: <https://www.forumpopulardearuja.com.br/wp-content/uploads/2017/11/Jess%C3%A9-Souza-A-Elite-do-Atraso.pdf>. Acesso em: 19.10.2018

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil – Mito, História e Etnicidade**. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1986.

DUBEUX, Ana; MEDEIROS, Alzira; VILAÇA, Monica; SANTOS, Shirley. **A construção de conhecimentos em economia solidária**: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no nordeste. Recife: F&A Gráfica e Editora Ltda. 2012. 288 p.

DURKHEIM, E. **As formas elementares de vida religiosa**. 3. ed., São Paulo: Paulus, 2008.

FIABANI, Adelmir. As terras dos quilombolas: In: **Entre o costume e a lei: superando o “silêncio” e descortinando a história afro-brasileira**. Org. LOPES, Maria Aparecida de Oliveira: São José: Premier. p. 155-184. 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Junho de 2003, **IIIª Plenária Nacional**, 2005. Disponível em: <http://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 24.09.2018.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livros, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro; LTC Editora, 1989.

_____. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

_____. *Works and Lives: Anthropologist as author*, Stanford University Press. 1998[1997/98] [Tradução portuguesa parcial (de Fraya Frehse) "**Os dilemas do antropólogo entre 'estar lá' e 'estar aqui'**", in *Cadernos de Campo*, Ano 8, São Paulo (USP), pp. 202-35]. Disponível

GODOY, Clayton Peron Franco de; RABELO, Marcos Monteiro. In: **Ecos e Imagens do Patrimônio Imaterial: Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão de Valongo**. / Org., CASTELLS, Alicia Norma González de; GODOY, Clayton Peron Franco de. Florianópolis, SC: Iphan/11ª Superintendência Regional, p. 23-38, 2008.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimentos e projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 100.

_____. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: avaliação das políticas públicas de educação**. Rio de Janeiro. p. 27-38. Jan/mar de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 22.02.2019

GOMES, Nilma Lino. A Questão Racial na Escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003. In. MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. Orgs. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008

GUBER, Rosana. *El Salvaje Metropolitano: Reconstrucción del Conocimiento Social en el Trabajo de Campo*. Buenos Aires: Paidós, 2005. Disponível em: https://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/guber_rosana_el_salvaje_metropolitano_cap_14.pdf. Acesso em 21.09.2018

HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da. **A identidade cultural nos pós modernidade**. 7.ed. Rio de Janeiro: DP& Editora, 2003. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html <http://www.riorufino.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/14>

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Regularização de território quilombola: perguntas e respostas**. Ver. Atual. Brasília-DF: INCRA, 2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O que é grilagem**. Ver. Atual. Brasília-DF: INCRA, 2009. <http://www.incra.gov.br/oquegrilagem>. Acesso em: 18.09.2018.

DIAS, James L.; OLIVEIRA, Rafael S.; DIAS, Maria da I. O.; Capacitação de Mulheres com Empreendimentos Econômicos Solidários para uso das redes sociais no âmbito do Marketing Digital. **V Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2016). Anais dos Workshops do V Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2016)**. IFPI. Piauí.

JORNAL DO BRASIL. *Quem algemou Valéria Santos*. Elisa Lucinda. Disponível em: <http://www.jb.com.br/>. Acesso: 13.09.2018. Acesso em: 30.09.2018

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LIMA, Ivan Costa; SILVEIRA, Sônia Maria. Org. **Negros, Territórios e Educação: Núcleo de Estudos Negros/NEN**, Florianópolis, 2000.

LIMA, Racil. **Direito dos Animais: Aspectos Históricos, Éticos e Jurídicos**. Brasília: Associação Nacional dos Analistas do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, 2009. _____ . Grupos de Família: **“O modo de ser CEB” em Lages, SC**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação Doutorado em Antropologia. UFSC, 2008.

_____. **Caminho das Tropas**. Caminhos, pousos e passos em Santa Catarina. Lages: Editora UNIPLAC, 2006. 106 p.

_____. **Identidade dos Agricultores Familiares de São José do Cerrito, SC**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFSC. Florianópolis, 1988.

LOCKS, G. A.; BAUMGART, H. C.; PEREIRA, J. A. A Economia Solidária no Planalto Catarinense: origem e desenvolvimento rumo a sua política pública. In: Walter Frantz; Milton César Gerhardt; Antônio Gonçalves do Amaral. (Org.). **Ações e Experiências Educativas no Campo da Educação Popular**. 1ªed. Ijuí - RS: Unijuí, 2017, v., p. 1-176.

LOPES, Dilmar Luiz; CESCO, Vitalino. Mobilidade social e identidade racial: o negro na perspectiva do ensino superior. In: LIMA, Ivan Costa; SILVEIRA, Sônia Maria. (Org.). **Negros, Territórios e Educação: Núcleo de Estudos Negros/NEN**. Florianópolis. p. 153-172. 2000.

LÖWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JYNKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO Murilo. **Por que gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2016.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. **Reflexões sobre a Etnografia Crítica e sua implicação para a pesquisa em educação**. Edu. Real. Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 425-446, maio/ago. 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw. (Ed. Orig. 1921) **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MATTA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução a antropologia social**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco Ltda, 2000. 246 p.

MATTOS, C.L.G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C.L.G., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro terceiro: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Victor Civita, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Teses sobre Feuerbach*. In: **A Ideologia Alemã**. Trad. COSTA. Luis Cláudio de Castro e. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 102-103. Disponível em: <https://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/01/raylane-marques-sousa-marx-e-o-materialismo-histo3b3rico-gt3.pdf>. Acesso em 21.09.2018

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naifty, 2003.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MELLO Alex Fiúza de; FILHO, Naomar de Almeida; RIBEIRO, Renato Janine. *Por uma universidade socialmente relevante*. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Regional de Blumenau, SC. **Atos de Pesquisa em Educação**. v. 4, nº 3, p. 292-302, set./dez. 2009. Disponível em:

<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/1718/1164>. Acesso em: 31.07.2018.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Intersetorialidade, o desafio atual para as políticas sociais**. Revista Pensar BH – Política Social, Belo Horizonte, Maio-Julho/2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. O que fazemos quando incubamos? In: SCHOLZ, Robinson Henrique. **Economia Solidária e Incubação: uma construção Coletiva de Saberes**. São Leopoldo, RS: Oikos, p. 9-24. 2014.

MUNANGA, Kabengele (Org.) **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP.1996.

OLIVEIRA, Roberto de oliveira. **O trabalho do antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, A. **Antropologia e antropólogos, educação e educadores: o lugar do ensino de Antropologia na formação docente**. Percursos – UDESC, Florianópolis, v. 13, p. 120-132, 2012. Disponível em:

<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2444>. Acesso em: 29.09.2018.

UNESCO, **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Proclamada em Assembleia da UNESCO em Bruxelas, Bélgica, no dia 27 de Janeiro de 1978.

Disponível

em: <http://www.urca.br/ceua/arquivos/Os%20direitos%20dos%20animais%20UNESCO.pdf>.

Acesso em: 29.09.2018.

PAES, Gabriela Segarra Martins. **A “Recomendação das Almas” na Comunidade Remanescentes de Quilombo de Pedro Cubas**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01122009160957/publico/GABRIELA_SEGARRA_M.ile:///C:/Users/Cliente/Downloads/GABRIELA_SEGARRA_MARTINS%20\(6\).pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01122009160957/publico/GABRIELA_SEGARRA_M.ile:///C:/Users/Cliente/Downloads/GABRIELA_SEGARRA_MARTINS%20(6).pdf) Acesso em: 10.10.2018.

PICON, César. A Educação Popular Caminhando para o Futuro. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy. **Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, p. 163-172. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=654vol4americalatina-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 09/11/2017.

PISTRAK, Moisei. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

RIFIOTIS, Theóphilos. Etnografia e os fundamentos do trabalho de campo. In: Antropologia aplicada à Administração. Departamento de Ciências da Administração. UFSC. Florianópolis. 2012.

ROYCE, Anya Peterson. *Ethnic Identity. Strategies of Diversity*. Bloomington, Indiana University Press, 1982.

SANTOS, Valéria. **Jornal do Brasil**. Disponível em: <http://www.jb.com.br/>. Acesso: 13.09.2018.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102

SOARES, Afonso Maria Ligorio. **Sincretismo afro-católico no Brasil: Lições de um povo em exílio**. Revista de Estudos da Religião, nº3/2002/pp. 45-75. PUC-SP. Artigo disponível em https://www.pucsp.br/rever/rv3_2002/p_soares.pdf. Acesso: 06. 03. 2019.

SOUZA, Irene Sales de. Os educadores e as relações interétnicas na escola. In: LIMA, Ivan Costa; SILVEIRA, Sônia Maria. (Org.). **Negros, Territórios e Educação**. Florianópolis. p. 137-154. 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1.ed; São Paulo: Atlas, 2013.

UNIPLAC. **Plano de Desenvolvimento Institucional** (PDI UNIPLAC 2010- 2018), Lages, SC. Disponível em: <https://data.UNIPLAClages.edu.br/documentos/f6989a0f6bb67e9a0ec1517dfa952cdd.pdf> Acesso em 31.05.2018.

VARANDA, Ana Paula de Moura; BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. 2009. Disponível em: <http://www.nuredam.com.br/files/livros/tecnologia_social.pdf> Acesso em 09/11/2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTA CATARINA. Associação dos Municípios da Região Serrana. **Plano básico de desenvolvimento ecológico-econômico**. SC. 1999. 394 p.

VERAS, Marcos Flávio Portela; DE BRITO, Vanderli Guimarães. **Identidade Étnica: A dimensão política de um processo de reconhecimento**. Antropos. Revista de Antropologia. Ano 4. Vol. 5. Maio de 2012. Disponível em: <http://revista.antropos.com.br/downloads/maio2012/Artigo4-IdentidadeEtnica.pdf>. Acesso em: 01.10.2018.

TRIVIÑOS. A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas. 1987. Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em 21.09.2018

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se você concordar em participar basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa. Obrigada pela atenção, compreensão e apoio.

Eu, _____, residente e domiciliado _____, portador da Carteira de Identidade, RG _____, nascido (a) em ____/____/_____, concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário da pesquisa UMA ETNOGRAFIA SOBRE A IDENTIDADE SOCIOCULTURAL DA POPULAÇÃO “MORENOS DO DIVINO”, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO – SC” E AUTORIZO A PUBLICAÇÃO DE IMAGEM E SOM.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Estou ciente que:

1. O principal objetivo da pesquisa é Descrever a identidade sociocultural da população da localidade dos “Morenos do Divino” município de Rio Rufino, SC, por meio da pesquisa etnográfica.
2. A pesquisa a ser realizada é de relevância social porque, além de produzir novos conhecimentos voltados para o fortalecimento da organização social, econômica do grupo investigado; oferece notável visibilidade por meio da descrição da identidade sociocultural da população, sensibiliza agentes públicos e o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas e emancipatórias.
3. Participarão da pesquisa os moradores da localidade dos “Morenos do Divino”, município de Rio Rufino, SC.
4. As entrevistas serão realizadas através de visitas domiciliares, com horário previamente definido com os participantes; as entrevistas serão gravadas com autorização do

- entrevistado; pesquisadora permanecerá por um determinado tempo na localidade, fazendo a observação participativa, escuta e registro por meio do uso do caderno de campo;
5. Toda pesquisa envolve riscos e constrangimentos e, nesse caso, sendo uma pesquisa qualitativa, em caso os sujeitos participantes da pesquisa sentirem-se constrangidos durante a realização da mesma serão encaminhados para o atendimento psicológico, junto ao profissional capacitado da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense, gratuito para amenizar os efeitos de possíveis constrangimentos ou mal-estar provocados;
 6. Se ao transcorrer da pesquisa, eu tiver alguma dúvida ou por qualquer motivo necessitar posso procurar Elisângela de Oliveira Fontoura, responsável pela pesquisa, no telefone (49) 991074260;
 7. As informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e; em caso de divulgações científicas, os meus dados pessoais não serão mencionados;
 8. Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa estarão disponíveis na UNIPLAC – CCJ;
 9. Estou ciente de que não precisarei arcar com custos de nenhuma ordem, para que eu possa participar dessa pesquisa.

DECLARO, igualmente, que após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que foi explicado, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Lages, _____ de _____ de _____

Elisângela de Oliveira Fontoura

Entrevistado

Responsável pelo projeto: Elisângela de Oliveira Fontoura

Endereço para contato: Rua Walter Hoeschl, 153, bairro, Santa Cândida, Lages, SC

Telefone para contato: (49) 99107-4260 e-mail: oliveiranegaf@hotmail.com

CEP UNIPLAC

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 – Bloco I - sala 1226.

Bairro Universitário

Cep: 88.509-900, Lages-SC - (49)3251-1086

E-mail: cep@UNIPLAClages.edu.br e cepUNIPLAC@gmail.com

APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Será aplicado como guia para as entrevistas realizadas com sujeitos da população “Morenos do Divino” da localidade do Divino Espírito Santo, município de Rio Rufino – SC.

Bloco I

Identificação

1. Nome completo _____
2. Local de nascimento _____
3. Idade _____
4. Escolaridade _____
5. Ocupação profissional _____
6. Gênero _____
7. Grupo étnico/racial _____
8. Como a população do Divino se autodenomina? Como se percebe?
9. Como as localidades do entorno do Espírito Santa denominam ou percebem vocês?

Bloco II

Formação social da população

1. Qual a origem de sua família?
2. Quando chegou na localidade?
3. Como foi este trajeto?
4. Por que motivo veio para esta localidade?
5. Como foram os primeiros tempos de vida na localidade?
6. Tem parentes na localidade?
7. Como acontecem os casamentos/alianças?
8. Os moradores permanecem ou saem da localidade?
9. Com quem as pessoas se relacionam fora da localidade?
10. Quais as músicas, danças, festas preferidas pela população?

Bloco III

O modo de produção da vida

1. Na origem da localidade como a população ocupou a área? O que encontrou?
2. Quais eram as formas de trabalho?

3. Como era a alimentação?
4. Atualmente houve mudanças na forma de trabalhar e de se sustentar?
5. Como tem sido a relação com a terra. As pessoas têm documento de propriedade?
6. Como era a relação com a terra na origem e hoje?
7. Como era a forma de trabalhar na origem e hoje?
8. Como é a situação econômica dos moradores do Divino?
9. Ocupação da mulher e ocupação do homem?

Bloco IV

A religiosidade

1. Qual a sua religião?
2. Existem outras religiões na localidade?
3. Como é a vida religiosa da população?
4. Existe algum evento religioso na localidade?

Bloco V

Relações de poder

1. Existem conflitos que envolvem famílias ou a população local?
2. É possível destacar alguma liderança no meio da comunidade?
3. Como se dá a relação dos moradores com os partidos e políticos do município?
4. Quais as políticas públicas que chegam e beneficiam os moradores?
5. Alguma pessoa dentre os moradores já participou de alguma candidatura em alguma eleição?
6. Como é a relação entre homens e mulheres?

Bloco VI

Projeto de futuro

1. Quais são as principais dificuldades vividas pelos moradores em vista da melhoria das condições de vida no Espírito Santo Divino?
2. Quais as principais reivindicações que os moradores apresentam hoje para o município ou o Estado?
3. O que os moradores podem fazer para melhorar as condições de vida no Espírito Santo?

APÊNDICE 3 - CODINOMES DOS INFORMANTES E DATAS DE REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Grande Otelo, 80 anos, entrevista realizada em 4 de julho de 2018

Dandara, 86 anos, entrevista realizada em 5 de julho de 2018

Elza Soares, 70 anos, entrevista realizada em 6 de julho de 2018

Abdias Nascimento, 57 anos, entrevista realizada em 9 de julho de 2018

Mãe Menininha, 72 anos, entrevista realizada em 9 de julho de 2018

Joaquim Barbosa, entrevista realizada em 11 de julho de 2018

Gilberto Gil, 61 anos, entrevista realizada em 13 de julho de 2018

Cruz e Souza, 80 anos entrevista realizada em 13 de julho de 2018

Marta, 24 anos, entrevista realizada em 07 de julho de 2018

Carolina Maria de Jesus, 20 anos, entrevista realizada em 08 de julho de 2018

Marielle Franco, 48 anos, entrevista realizada em 10 de julho de 2018

Antonieta de Barros, 50 anos, entrevista realizada em 12 de julho de 2018